

Mai - Jun

2015



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

3º bimestre | 2015



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES

FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Roberto Gomides de Barros Filho

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Karine de Souza Vargas

Larissa Gonçalves Nogueira

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, nº 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910



SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	12
I.I The Domestic and International Context.....	12
I. Panorama Econômico.....	20
I.I O Contexto Internacional e Doméstico	20
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	29
III. Resultados Fiscais.....	38
III.I Resultado Orçamentário	38
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	39
III.III Resultado Primário	40
IV. Receita Estadual	44
IV.I Receitas Correntes.....	45
IV.I.1 Receita Tributária	46
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	53
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	56
IV.I.3.1 Receita de Transferências	61
IV.I.3.2 Transferências da União.....	62
IV.II Receitas de Capital	68
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	71
V.I Despesa Total.....	71
V.II Créditos Adicionais.....	72
V.III Despesas por Fonte de Recursos.....	73



V.IV Despesas por Grupo	74
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS	82
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	101
VI.1 Cota Financeira.....	101
VI.2 Pagamento de PD's	101
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	102
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	103
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	105
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	106
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	115
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs.....	115



Apresentação

Este é o quadragésimo quinto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2015. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.



A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/07/2015.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 3º bimestre de 2015, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 14.577,89 milhões, ultrapassando a meta prevista para o bimestre em 14,6%.

As receitas correntes apresentaram variação de 17,7% acima do esperado (+ R\$ 2.028,38 milhões), quando comparadas à meta estipulada para o bimestre, totalizando R\$ 13.507,67 milhões. As Outras Receitas Correntes constituíram uma das principais fontes para esse desempenho bimestral em relação à meta estipulada, superando a meta estipulada para o período em 772,7% (+ R\$ 3.283,49 milhões), totalizando R\$ 3.708,44 milhões. As receitas tributárias, devido ao seu valor absoluto, possui destaque no montante das receitas correntes realizadas, realizaram 96,5%, da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 7.070,77 milhões. O principal tributo do Estado, o ICMS, arrecadou o valor total de R\$ 5.312,69 milhões, com uma variação positiva de 5,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 60,0%, alcançando R\$ 952,28 milhões. Desmembrando esta receita, observa-se que a variação negativa ocorreu na receita de royalties, que caíram 37,9% (- R\$ 1.427,33 milhões), ainda que tenha havido aumento da produção no período e elevação da taxa de câmbio. O preço do *brent*, que é outra variável que influencia a arrecadação do petróleo, não foi favorável para o Estado no segundo bimestre de 2015.

Com relação às receitas de capital, a receita realizada ficou abaixo da meta esperada para o período, alcançando 86,5% da meta. Seu desempenho foi significantemente inferior ao do 3º bimestre de 2014 (-70,5%). Esse comportamento ocorreu, principalmente, em função, principalmente, da redução em Alienações de Bens no montante de R\$ 3.375,60 milhões, explicado pelo ingresso financeiro, atípico, de receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014.

Quanto ao resultado orçamentário, o 3º bimestre de 2015 fechou com superávit de R\$ 1.330,84 milhões, porém com variação negativa de 36,9% em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado decorreu de um superávit corrente de R\$ 1.876,87 milhões. Já as despesas de capital superaram as receitas de capital em R\$ 570,53 milhões. Se analisarmos desconsiderando a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado ser deficitário em R\$ 532,57 milhões, afetando negativamente as contas do Estado, considerando que, nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor positivo de R\$ 1.863,41 milhões (563,61% frente ao ano anterior).

Por outro lado, as contas públicas fluminenses apresentaram superávit primário de R\$ 1.425,77 milhões no 3º bimestre por conta da prevalência das receitas primárias ou não financeiras frente às despesas primárias ou não financeiras no período.

As despesas do ERJ para o exercício 2015 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 82,8 bilhões, um crescimento de R\$ 5,71 bilhões (+7,4%) frente ao aprovado para o exercício 2014.

No 3º bimestre de 2015, a dotação autorizada chegou a R\$ 85,2 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 2,4 bilhões (+2,9%) sobre o inicial (LOA), contudo, R\$ 8,7 bilhões permaneceram



contingenciados (10,3% orçamento atual autorizado). Esta expansão orçamentária foi motivada pela abertura de créditos adicionais, dos quais o maior acréscimo foi registrado na função Segurança Pública (R\$ 1,06 bilhão), dos quais R\$ 922 milhões foram por meio de recursos do Tesouro e R\$ 133 milhões de Demais Fontes: R\$ 848,66 milhões foram alocados na ação Pessoal e Encargos Sociais (folha de pessoal) e R\$ 126,43 milhões na manutenção das atividades Operacionais e Administrativas. Outra função em destaque no período foi a Transporte: acréscimo de R\$ 892 milhões por conta de superávit de Operações de Crédito dos quais R\$ 708 milhões foram alocados na melhoria do sistema metroviário estadual.

Em relação à execução, até junho foram liquidados R\$ 26,47 bilhões no Poder Executivo e R\$ 2,95 bilhão nos Outros Poderes, totalizando R\$ 29,42 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 9,0% menor que o apurado no mesmo período de 2014. Deste montante, R\$ 18,12 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 11,31 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, respectivamente, variações de -18,9% e +13,3% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Correntes do ERJ (R\$ 25,10 bilhões) apresentaram queda quando comparadas aos valores de 2014: -9,9% (-R\$ 2,8 bilhões). O impacto negativo é resultado da utilização de contas retificadoras na contabilização das Transferências aos Municípios em 2015: no bimestre foi liquidado R\$ 1,54 bilhão; no acumulado foram R\$ 5,23 bilhões.

As despesas relacionadas ao grupo de Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 13,75 bilhões liquidados, apresentando uma redução de 22,7% (-R\$ 4,02 bilhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 2,51 bilhões, redução de 11,2% (-R\$ 317,40 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Esses recursos foram aplicados basicamente em obras de melhoria do transporte metroviário (R\$ 1,46 bilhão), melhoria no sistema de transporte ferroviário (R\$ 206,1 milhões) e no apoio ao desenvolvimento dos municípios (R\$ 98,39 milhões), respondendo, juntas, por 70,2% do total liquidado.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou evolução em relação ao verificado em 2014 (+0,93%). Apenas este índice apresentou uma liquidação compatível com a receita arrecadada no período, superando o mínimo a ser aplicado e alcançando os 26,6%. No índice da Saúde, foi constatada elevação na receita base de 0,7% (+R\$ 113,09 milhão) e na execução 20,9% (+R\$ 207,88 milhões) quando comparado ao ano de 2014. A FAPERJ apresentou aumento em sua receita base (+0,5%, +R\$ 47,69 milhões) e aumento em suas despesas em 6,7% (+ R\$ 8,31 milhões). No FECAM, diminuição tanto na receita base (-38,3%, -R\$ 1,54 bilhão) como na despesa liquidada (-64,3%, -R\$ 69,34 milhões). Por fim, o FEHIS apresentou elevação das receitas: 2,8% (+R\$ 41,32 milhões) na receita base, porém com decréscimo na despesa liquidada em -16,1% (-R\$ 12,06 milhões).



EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed the 3rd bimester of 2015 with total revenues of R\$ 14,577.89 million, exceeding the target for the bimester at 14.6%.

Current revenue changed by 17.7% above than expected (+ R\$ 2,028.38 million), when compared to the target set for the bimester, totaling R\$ 13,507.67 million. Other Revenue Chains were found to be a major source for this bi-monthly performance against the set target, surpassing it by 772.7% (+ R\$ 3,283.49 million), totaling R\$ 3,708.44 million. Tax revenues, due to its absolute value, has highlighted the amount of current revenue collections, held 96.5% of the target, reaching R\$ 7,070.77 million. The main tax, the ICMS, collected a total amount of R\$ 5,312.69 million, an increase of 5.2% compared to the same period in 2014.

The execution of oil revenues decreased by 60.0%, reaching R\$ 952.28 million. Breaking apart the oil revenues, it is observed that the negative variation occurred in royalty revenue, which fell 37.9% (- R\$ 1.42733 billion), even considering an increase in production in the period and in the exchange rate. The price of *brent*, which is another variable that influences the storage of oil, was not favorable for the state in the second bimester 2015.

Regarding to capital revenue, the performance was below the expected target for the period, reaching 86.5% of the target. Its performance was significantly lower than in the 3rd bimester of 2014 (- 70.5%). This behavior was mainly explained by the reduction in Asset disposals in about R\$ 3,375.60 million, mainly driven by atypical financial entry of revenues from RIOPREVIDÊNCIA in June 2014.

The balanced budget, in the 3rd bimester of 2015, closed with R\$ 1.330,84 million superavit, but a negative variation of 36.9% over the same period of 2014. This result was due to a current superavit of R\$ 1,876, 87 million. The capital expenditures exceeded the capital revenues by R\$ 570.53 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the bimester budget result reached R\$ 1,863.41 million (563.61% over the previous year), presenting a deficit of R\$ 532.57 million for the bimester, negatively affecting the government accounts.

On the other hand, Rio's public accounts showed a primary surplus of R\$ 1,425.77 million in the 3rd bimester due to the prevalence of primary income or non-interest in the face of primary expenditure or non-financial in the period.

RJ State Expenditures for the year 2015 were fixed in State Budget Law in R\$ 82.8 billion, a marked increase (+7.4%), the growth was R\$ 5.71 billion, compared to approved for the year 2014.

In the 3rd quarter 2015, the authorized expenditure reached R\$ 85,2 billion, showing a budgetary expansion of R\$ 2.4 billion (+ 2.9%) was incorporated in the budget (LOA), however, R\$ 8.7 billion remained contingent (10.3% of the final allocation). This budgetary expansion was driven by the opening of additional credits, of which the largest increase took place in Public Safety (R\$ 1.06 billion), of which R\$



922 million was Treasury Resource and R\$ 133 million Other Sources: R\$ 848.66 million were allocated in action "Personnel and Social Charges" (the payroll) and R\$ 126.43 million in the maintenance of operational and administrative activities. Another highlight in the period was the Transportation: R\$ 892 million was allocated through credit operations of which R\$ 708 million was allocated to improve of the state subway system.

In relation the execution, until June was liquidated R\$ 26.47 billion in the executive branch and R\$ 2.95 billion in Other Powers totaling R\$ 29.42 billion, excluding intrabudgetary expenses and independent public companies (CEDAE and Official Press). This amount is 9.0% lower than calculated in the same period of year 2014. Of this amount, R\$ 18.12 billion was supported by the State Treasury resources and R\$ 11.31 billion from Other Sources of Funds, respectively, -18.9 % and +13.3%.

The current expenditure executed (R\$ 25.10 billion) showed a decrease when compared to the values of the same period of 2014: -9.9% (-R\$ 2.8 billion). The negative impact is due to a different methodology applied on public accounts used to register the resources transferred to subnational governments in 2015: in the bimester, R\$ 1.54 billion was executed; and R\$ 5.23 billion until June.

The expenditure group Other Current Expenditures showed liquidated expenses of R\$ 13.75 billion, a decrease rate of 22.7% (-R\$ 4.02 billion).

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 2.51 billion, an decrease of 11.2% (-R\$ 317.40 million) in the same period of 2014. This resource were application of New Subway Lines (R\$1.46 billion), improving the rail system (R \$ 206.1 million) and supporting the development of municipalities (US \$ 98.39 million) , accounting together for 70.2 % of the total paid.

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement when compared with the same period of last year (+0.93%). Only this index showed a settlement compatible with the revenue collected in the period, exceeding the minimum to be applied and reaching 26.6%. In Public Health, the Constitutional index indicated an increase on the base income as well in the expenditure side: 0.7% (+R\$ 113.09 million) and 20.9% (+R\$ 207.88 million), respectively. The FAPERJ index presented an increase in the revenue (+0.5%, +R\$ 47.69 million) and an increase in the expenditure 6.7% (+R\$ 8.31 million). The FECAM also presented a decrease in revenue base (-38.3%, -R\$ 1.54 million) as in the public spending (-64.3%, -R\$ 69.34 million). At least, the FEHIS index also showed an increase of revenues: 2.8% (+R\$ 41.32 million) in revenue base, but a decrease in expenses paid by -16.1 % (-R\$ 12.06 million).



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The intense economic fears about China are forcing a reassessment of the global strategy for economic growth. Even when markets show signs of stabilization, the resulting shock waves could be lasting, exposing a new reality. The country, while it has large and widespread presence in the global economy, is now exporting uncertainty around the world with the potential for choppy growth and volatile swings.

The Federal Reserve (Fed, the US central bank) may postpone until later this year – or perhaps 2016 – the first increase in basic interest rates in nearly a decade. Earlier, analysts had thought that the beginning of monetary tightening would come at the September meeting. But inflation continues to defy those expectations. Consumer prices rose by just 0.2% in the 12 months ending in July, well below the 2% target. The expectation of the postponement came from the statement of the Federal Open Market Committee in July, which states that 'almost' all the Committee members understand that they need more evidence on economic growth, especially if this is enough to bring inflation closer to its target. It should be noted that the Fed has taken a position that is approaching the limit of its ability to improve labor market conditions. However, the percentage of Americans with jobs remains much smaller than before the recession, and wage growth has been slow. On the other hand, the unemployment rate decreased to 5.3% in July.

In the Eurozone, despite the economic problems of Greece being the headlines on the European economy, the rest of the block – which represents more than 98% of GDP in the region – is not in a bad situation. There was growth in economic activity in the second quarter, albeit slightly (+0.3%). It should be noted that this almost no growth is sustained for two years, even with the massive ECB quantitative easing – amounting to 60 billion euros per month – and the euro losing value by 20% against the dollar, i.e., a monetary policies that stimulate economy. However, maintaining the current rate of growth – and certainly any hope of improvement – is at risk due to the economic slowdown in China.

Chinese industry production decline in recent months suggests the exhaustion of the industrial sector. In order to soften the fall, People's Bank of China (PBoC) decreased the reference exchange rate of the yuan against the dollar. It is expected that with the devaluation, which can be a long-term movement, the Chinese exporters gain more competitiveness. This move has several implications: it generates speculation about the possibility of China's economy being in worse shape than previously thought; drives investors to seek government bonds, affecting the stock exchanges; and has negative repercussions on commodity-exporting countries, considering that the devaluation of the currency makes these products more expensive. The slowdown of the Chinese economy especially nurtured the decline in oil prices in the international market, impacting other currencies, such as the Russian ruble. These events led to turmoil in the domestic financial market, which led to the PBoC to cut its interest rate by half a percentage point and reduce the reserve requirements of banks also half a percentage point. It is the fifth time that the PBoC

¹ This analysis uses data available to August 28, 2015.



cuts interest rates since November, and the third time this year it cuts the reserve requirements for all banks.

In Brazil, Gross domestic product (GDP) showed again a negative change (-1.9%), this time in the second quarter 2015 over the previous. The decline is stronger than expected by the market and the worst since the 1Q 2009 (-1.9%). Because it is the second consecutive fall (-0.7% in the first quarter after revision), the situation is of technical recession, as occurred in the first half of 2014. Highlights are 'Agriculture' (-2.7%), 'Industry' (-4.3%) and 'Services' (-0.7%). In the industrial sector, highlights for 'Construction' (-8.4%) and 'Manufacturing Industry' (-3.7%). Only 'Oil & Gas and Mining' recorded a positive result in the second quarter (+0.3%). In 'Services', 'Administration, health and education' (+1.9%) and 'Real estate activities' (+0.3%) grew; negative emphasis on 'Trade' (-3.3%) in the period. This result reflects the overall decline in economic activity, given that no sector grew in the second quarter over the previous. Compared to the same quarter of 2014, the level of activity decreased 2.6%. Emphasis on 'Agriculture', the only sector with a positive result (+1.8%). In the year, highlights for the 'Oil & Gas and Mining' (+10.4%) and 'Electricity and gas, water, sewage and urban sanitation' (-8.5%), in the industrial sector; and 'Trade' (-6.6%) and 'Real estate activities' (+2.8%) in the service sector. Accumulated in 12 months in June, there was a decrease of 1.2%.

On the demand side, 'Gross fixed capital formation' (-8.1%) is the state of low retrospect of GDP in the second quarter over the previous, presenting the eighth consecutive decrease. Compared to the second quarter of 2014, there was the largest decrease (-11.9%) since the first quarter of 1996 (-12.7%). Consequently, the investment rate fell from 19.5% of GDP (the second quarter of 2014) to 17.8% in the second quarter of this year, what should deteriorate further the current situation. Studies² show that the peak of the recession was not this 2nd quarter. With the recent worsening conditions in the labor market, there is space for reduction in demand in the third quarter (mainly in the service sector), which is expected to record a decrease of 3.0% YoY. The fall should also persist in the fourth quarter compared to the same in 2014 (-2.9%), and the GDP is expected to close the year at -2.6%. With the increased uncertainties, the estimate for GDP at the end of 2016 also entered the negative territory (-0.5%), i.e., current expectations are towards the recovery of economic activity only in 2017.

The Balance of Trade recorded in June the fourth consecutive surplus this year (US \$ 4.53 billion), sufficiently high to make positive the balance in the year for the 1st time (US \$ 2.22 billion). This is above the result in June 2014 (US \$ -2.51 billion). Again, there were decreases in both exports and imports, being sharper the fall in imports in June compared to the same month of 2014 (-16.7%). In exports, highlights the surplus in the year for 'Iron ores and concentrates' (-49%) and 'Soy' (-22%). In imports, highlights for 'Petroleum oils' (-56%) and 'Motor cars' (-28%). With the slowdown in domestic economic activity higher than the falls in activity of some of the major trading partners of Brazil, imports should continue decreasing more than exports this year despite the marked decline in commodity prices. For the end of the year it is expected³ a surplus of US \$ 6.4 bi.

² IBRE/FGV.

³ Focus Bulletin, August 21, 2015.



The IPCA increased 0.79% in June 2014, the highest rate for the month of June since 1996 (+1.19%). YTD through June, up 6.17%, the highest elevation for the first half since 2003 (+6.64%). In 12 months, the overall index increased 8.47%, the highest increase since December 2003 (+9.30%). In the month, highlights for 'Personal Expenses' (+1.63%), 'Health and personal care' (+0.91%) and 'Housing' (+0.86%). Gambling, airline tickets and water and sewage were the major villains in June when they represent a third of the index variation. In the year, highlights for 'Housing' (+12.46%) and 'Food and beverage' (+6.61%). Expectations⁴ for the IPCA at the end of 2015 are +9.29%, with direct influence of administered prices (+15.15%).

The number of net number of registered workers, according to CAGED/MTE, remained negative in June, when there were 111,199 dismissals (25,363 jobs created in June 2014), which influenced the dismal results of the 1st half (345,417 layoffs), reflecting the overall slowdown in economic activity. In 2014, the 1st half ended with 588,000 new jobs. In the 1st half of 2014, there were 588,000 net employment contracts. The most affected sectors in 2015 are 'Manufacturing industry', 'Construction' and 'Commerce'.

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 607.2 billion in the first half of 2015. This result represented the nominal increase of 4.94% and real decrease of 2.87% (IPCA), compared to the previous year. In May 2015, the monthly federal revenues totaled R \$ 95.5 billion. In June, there was nominal growth of 6.24% and real decrease of 2.44%, compared to the same month of 2014, reaching R \$ 97.1 billion.

Among the several factors that contributed to this result YTD, include: reduction in the collection of income tax/social contribution by 22.58% in June, and by 9.11% in the first half, compared to the same periods of the previous year; tax offsets; extraordinary collection in February, approximately R \$ 4.6 billion, due to transfer of assets between companies; and tax exemptions. The main declines in 2015, over the previous year, were recorded in the following taxes: IPI-Beverages (-20.53%); Income Tax-Financial Entities (-7.45%); and IPI-Other (-4.35%). On the positive side are the following increases: IRRF-Incomes from Overseas Residents (+35.46%); IRRF-Capital Income (+28.80%); IOF (+18.87%); and IPI-Linked to Import (+13.07%).

Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the industry Rio de Janeiro in June fell by 0.21% over the previous month (seasonally adjusted); this movement repeats itself when compared to the same period last year, down 4.3%. Brazil presented the same downward trend in both comparisons, having retreated 0.32% compared to May and 3.2% compared to June 2014. This situation reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the Brazilian economy. In the first half 2015, the industry in Rio de Janeiro recorded a negative result of 4.8%, a scenario that is also observed in Brazil, which fell by 6.3%. In 12 months (June), the industrial activity in Rio de Janeiro was down 3.7%, while in the country the fall was 5.0%.

⁴ Idem.



In terms of the main aggregates, in June, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry in Rio de Janeiro grew 3.9% and decreased 7.5%, respectively, over the same period last year. Nationally, the industries also showed the same movement, growth of 8.0% and decrease of 4.6%, respectively, over the same period of 2014.

Among the thirteen activities in which the manufacturing industry is broken down in the ERJ, nine show deceleration in industrial production in June 2015 over the previous month: the main negative impact came from Coke, petroleum and biofuels (-12.1%), mainly due to the reduced production of fuel oil, diesel oil and liquefied petroleum gas. Other important negative contributions came from Rubber and plastics products (-22.4%); Vehicles, trailers and bodies (-11.0%); Printing and reproduction of recorded media (-25.9%); Maintenance and repair of machinery and equipment (-9.7%); Food production (-7.1%); and Beverages (-6.3%), explained largely by the decrease in the production of rubber tires for buses and trucks, plastic household articles, bottles, carboys, flasks and similar articles of plastic, and plastics films for packaging in the first activity; car, bus bodies and chassis engines for buses or trucks in the second; customized printed newspaper and security printing with tampering control in the third; maintenance and repair of floating structures, non-electric prime mover and ships or other vessels for any use in the fourth; ice cream, popsicles, frozen foods, crystal sugar and embedded products or Charcuterie and other pork preparations in the fifth; and beers and draft beers in the last. On the other hand, the most relevant positive contribution to the manufacturing industry came from pharmaceutical-chemistry industry (+11.8%), driven especially by medicines.

In the first half of 2015 over the same period of 2014, production in the manufacturing industry of Rio de Janeiro faced decrease of 9.5%, with eleven out of thirteen activities surveyed on a downward trend in production. The main negative impacts came from the sectors: Coke, petroleum and biofuels (-11.3%) and Vehicles, trailers and bodies (-30.6%). These were pressured mainly by the lower production of diesel oil, liquefied petroleum gas (LPG), gasoline, and fuel oil; and trucks, chassis engines for buses or trucks and cars, respectively. It is also worth mentioning the decreases observed in Metallurgy (-6.9%), Beverages (-11.6%), Food production (-12.4%), Metal products (-17.7%), and Rubber and plastics products (-13.5%), explained mainly by the lower production of carbon steel thick coils, carbon steel wire rod, carbon steel cold coil, and galvanized steel coils or sheets in the first activity; beer, draft beer and soft drinks in the second; ice cream, popsicles and ices products in the third; anchors, iron and steel grapnels and parts, tubular scaffolding for frames and for shoring, iron and steel structures plates (or other forms), iron and steel containers for transportation or storage of compressed gas, locks for various uses, and aluminum frames in the fourth; rubber tires for buses and trucks, bottles, carboys, flasks and similar articles of plastic, and plastics films for packaging in the last.

Commerce. Retail sales (restricted) in Rio de Janeiro retreated 3.3% in May-June 2015, well above the decrease observed in March-April (-0.1%) as in January-February (+1.4%). Consequently, in the first half of 2015 it fell by 0.7% (+3.6% in the same period of 2014). Analyzing by activity, four of them showed positive growth in May-June: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+53.7%), 'Other articles of personal and domestic use' (+7.2%), 'Articles pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+10.1%) and 'Fuels and lubricants' (+0.7%). Except for 'Fuels and lubricants', these are



the same segments that have grown both in the period March-April and in January-February; and again, these activities had higher growth in the state compared with Brazil (+3.6%; +0.9% and +3.9% respectively). In the other activities, there were retractions in sales, highlighting 'Furniture and household appliances' (-24.0%) and 'Textiles, apparel and footwear' (-13.1%). YTD (first half of 2015), highlights for the state performance in 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+41.7%) and 'Other articles of personal and domestic use' (+12.5%). However, even with significant increases in some activity, they were not sufficient to prevent the fall of the restricted index during the period in the state.

Expanded retail sales, in turn, decreased by 5.7% in Rio de Janeiro and by 7.1% in the country in May-June 2015, highlighting 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-9.7% and -12.0%, respectively). The segment 'Building Material', after significant improvement in the second bimester, returned to record poor results in the third, both in the state (-7.1%) and in Brazil (-5.5%). Therefore, the recent retrospect of the aforementioned activities directly influenced the bad result of the expanded index in the year in both the ERJ (-3.6%) and the national average (-6.4%). 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' and 'Furniture and household appliances' remain among the activities, the ones with the largest declines in accumulated sales volume. It's no surprise, given that the enhancement of credit and falling real income of the population affects mainly the sectors of durable consumer goods.

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	January-June		June (12 months)	
	RJ	Brazil	RJ	Brazil
Fuels and lubricants	-3.0	-3.3	-0.7	-1.0
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	-2.1	-1.8	0.2	-1.2
Textiles, clothing and footwear	-7.0	-5.0	-3.9	-2.9
Furniture and appliances	-14.3	-11.3	-10.4	-7.1
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	5.0	5.2	5.9	6.6
Books, newspapers, magazines and stationery	-7.1	-8.3	-7.7	-9.1
Equipment and office supplies, computer and communication	41.7	10.1	11.4	4.4
Other articles of personal and domestic use	12.5	3.9	13.1	5.3
Retail Trade	-0.7	-2.2	1.1	-0.8
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-10.9	-15.6	-5.6	-13.0
Building material	-2.2	-4.7	-0.9	-3.2
Expanded Retail Trade	-3.6	-6.4	-0.9	-4.8

Source: PMC/IBGE.

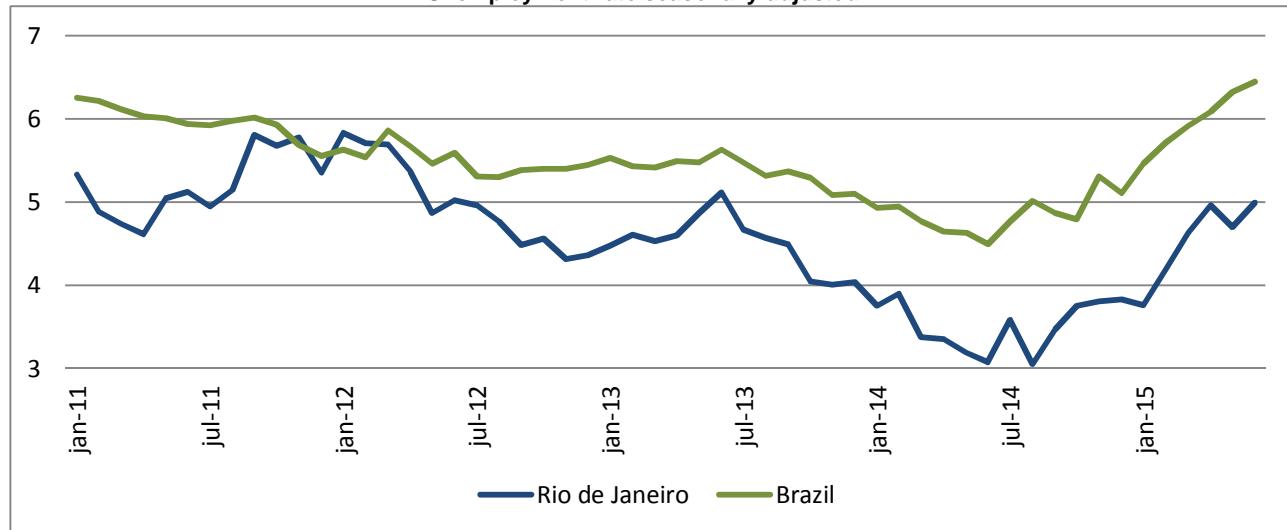
Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 0.22% in the first half of 2015, YoY. As for the employed population in Rio de Janeiro, it reduced 1.4% in the same period. It can be observed that this result is a consequence of the reduction of the occupation as a whole: the number of registered workers decreased by 1.7% in the period; and the



informal sector (35% in June) maintained the downward bias, with self-employment practically stable (+0.14%) and unregistered workers decreasing 4.4%. Still outnumber jobs in 'Military or civil servants' (+2.4%), the only meaningful occupation with considerable growth. The combination of movement, considering that both the labor force and the occupancy decreased in the first half of the year, culminated in an increased of the unemployment rate (in Rio de Janeiro, the rate was 5.20 in June 2015).

Graph 1
Unemployment rate seasonally adjusted



Source: PME/IBGE

Assessing the economic activities in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+1.4%), corresponding to 21% occupancy in June. On the other hand, the other activities that presented retraction in the occupation were: 'Construction' (-8.0%), corresponding to 6%, 'Household services' (-3.8%), corresponding to 6%, and 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (-1.5%), corresponding to 17%.

Regarding registered workers, the CAGED data show that in the first half of 2015 there were net disconnections in the state of Rio de Janeiro totaling 80,247 jobs, less than in the previous year (32,850 admissions in 2014). This result is due to the volume for net disconnections in the sectors 'Services' (-20,050 in 2015, compared to +38,803 in 2014), 'Manufacturing Industry' (-18,793 in 2015, compared +3399 in 2014), 'Construction' (-11,892 in 2015, compared +7,213 in 2014), and 'Commerce' (-20,050 in 2015, compared -19,734 in 2014). It is noted, however, that in just two activities there was no net disconnections: 'Agriculture' (403 net admissions) and 'Public administration' (341 net admissions).

As for the average real income of workers in RMRJ in the first half of 2015, there was a decrease of 2.9% over the previous year, reversing the trend observed last year. This result is a consequence of rising inflation in the period.



Inflation

In 2015, the Broad National Consumer Price Index (IPCA) in the state of Rio de Janeiro changed by 0.35% and 0.65% in May and June, respectively. Regarding Brazil, the indexes in the same period were 0.74% and 0.79%, respectively. It should be noted that the inflation in Rio de Janeiro reached 6.2% in the first half of 2015, higher than the variation observed in 2014 (+4.3%). Regarding Brazil, the index YTD was 6.2%, a rate higher than in the same period last year 3.7%. The inflation target for 2015 remains 4.5%, despite the expectation in the country to be 9.29%⁵ and the IPCA in 12 months (June/2015) to be 8.9%. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to raise the Selic rate for the fifth time this year (July), currently at 14.25%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Sectors	January-June		June (12 months)	
	RJ	BR	RJ	BR
General Index	6.2	6.2	9.6	8.9
Foods and Beverages	6.1	6.6	9.7	9.6
Housing	12.9	12.5	19.6	18.0
Household Articles	1.0	2.7	3.8	4.6
Clothing	1.0	1.4	3.8	3.5
Transport	6.1	5.1	7.9	7.4
Health and Personal Care	5.1	5.0	8.0	7.7
Personal Expenses	4.7	5.9	8.9	8.2
Education	8.0	7.5	8.7	8.6
Communication	-1.3	-0.2	-0.6	-0.7

Source: IPCA/IBGE.

In Rio de Janeiro, the groups with the highest increases in the year were Housing (12.9%), Education (8.0%), Transport (6.1%) and Food and Beverage (6.1%). The increase in Housing is due to an increase in energy prices. Education reflects increases at the beginning of the school year, especially in fares of regular courses values. Regarding Transport, it was influenced by the increase in gasoline and diesel oil, affected by the increase in the PIS/COFINS. Finally, Food and Beverage was impacted mainly by the increase in 'Tubers, roots and vegetables' (+55.2%). Among the groups with the smallest variations in the period are Clothing and Household Articles, which showed a slight increase (during the period January-April virtually maintained the 2014 prices) and Communication presented deflation.

External Sector

The exports through the RJ reached US \$ 8.75 billion in the first half 2015, a reduction of 2.9% compared to the same period 2014. This result is due to the reduction of operations with Basic products (-11.5%), representing 55.8% of total sales in the period. Also stand out operations with Industrialized Products, which increased 16.1%, representing 40.1% of the total. On the import side, goods receipt also fell

⁵ Focus Bulletin, August 21, 2015



considerably (-24.1%) to US \$ 8.75 billion. Reductions were observed in operations with Industrialized Products (-14.5%), representing 83.6% of total amount purchased, and Basic Products (-51.9%), representing 16.4% of the total. The balance for the period was a surplus of US \$ 442.6 million.



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁶.

Os intensos temores econômicos sobre a China estão forçando uma reavaliação da estratégia global para o crescimento econômico. Mesmo quando os mercados mostram sinais de estabilização, as ondas de choque resultantes poderiam ser duradouras, expondo uma nova realidade. O país, embora tenha presença grande e generalizada na economia global, agora está exportando incerteza ao redor do mundo com o potencial de crescimento entrecortado e oscilações voláteis.

O Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) poderá adiar para o final do ano – ou talvez para 2016 – o primeiro aumento dos juros básicos em quase uma década. Anteriormente, muitos apostavam que o início do aperto monetário viria na reunião de setembro. Mas a inflação continua a desafiar essas expectativas. Os preços ao consumidor aumentaram apenas 0,2% nos 12 meses encerrados em julho, bem abaixo da meta de 2%. A expectativa do adiamento surgiu a partir da declaração do Comitê de Mercado Aberto Federal em julho, onde informa que 'quase' todos os membros do Comitê entendem que precisam de mais evidências sobre o crescimento econômico, em especial se este é suficiente para trazer a inflação para mais perto de seu alvo. Cabe observar que o Fed tem se pronunciado que está se aproximando do limite de sua capacidade para melhorar as condições do mercado de trabalho. Contudo, a percentagem de americanos com empregos continua sendo muito menor que a de antes da recessão, e o crescimento dos salários tem sido lento. Por outro lado, a taxa de desemprego diminuiu para 5,3% em julho.

Na zona do euro, apesar dos problemas econômicos da Grécia ocuparem as manchetes sobre a economia europeia, o restante do bloco – que representa mais de 98% do PIB da região – não se encontra numa situação tão ruim. Houve crescimento da atividade econômica, embora baixo, no segundo trimestre (+0,3%). Cabe observar que este crescimento quase nulo se sustenta há dois anos, mesmo com o maciço programa de compra de títulos do Banco Central Europeu – no valor de 60 mil milhões de euros por mês – e o euro perdendo valor em 20% em relação ao dólar, ou seja, políticas monetárias que estimulam a economia. Contudo, a manutenção da taxa atual de crescimento – e, certamente, qualquer esperança de melhoria – está em risco devido à desaceleração econômica na China.

A retração da produção na indústria chinesa nos últimos meses sugere o esgotamento do setor industrial. A fim de suavizar a queda, o Banco do Povo da China (PBoC) diminuiu a taxa de câmbio de referência do yuan em relação ao dólar, pois espera-se que com a desvalorização, que pode ser um movimento de longo prazo, os exportadores chineses ganhem mais competitividade. Este movimento tem implicações diversas: gera especulação sobre a possibilidade da economia chinesa se encontrar em pior estado do que se imaginava; impulsiona investidores a buscarem títulos da dívida do governo, afetando as Bolsas; e repercute negativamente nos países exportadores de commodities, tendo em vista que a desvalorização da moeda encarece estes produtos. A desaceleração da economia chinesa especialmente alimentou o

⁶ Esta análise utiliza dados disponíveis até 28/08/2015.



reco do preço do petróleo no mercado internacional, atingindo outras divisas, como o rublo russo. Esses acontecimentos geraram turbulências no mercado financeiro do país, o que levou ao PBoC cortar sua taxa de juros em meio ponto porcentual e reduzir o compulsório dos bancos também em meio ponto porcentual. O corte na taxa de juros é o quinto do banco central chinês desde novembro, enquanto o corte no compulsório para todos os bancos é o terceiro do ano.

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou nova queda, desta vez no segundo trimestre de 2015 na comparação com o trimestre anterior (-1,9%). O recuo é mais forte que o esperado pelo mercado e o pior desde o primeiro trimestre de 2009 (-1,9%). Por ser a segunda queda seguida (-0,7% no primeiro trimestre após revisão), o quadro é de recessão técnica, assim como ocorreu no primeiro semestre de 2014. Os destaques são 'Agropecuária' (-2,7%), 'Indústria' (-4,3%) e 'Serviços' (-0,7%). No setor industrial, destaques para 'Construção civil' (-8,4%) e 'Indústria da transformação' (-3,7%). Observa-se que apenas a 'Indústria extrativa mineral' registrou resultado positivo no segundo trimestre (+0,3%). Em 'Serviços', apenas 'Administração, saúde e educação públicas' (1,9%) e 'Atividades imobiliárias' (0,3%) variaram positivamente; destaque negativo para 'Comércio' (-3,3%) no período. Este resultado reflete a queda generalizada da atividade econômica, tendo em vista que nenhum setor apresentou crescimento no segundo trimestre em relação ao anterior. Na comparação com o mesmo trimestre de 2014, houve retração de 2,6%. Destaque para 'Agropecuária', sendo o único setor com resultado positivo (+1,8%). No acumulado no ano, destaques para a 'Indústria extrativa' (+10,4%) e 'Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana' (-8,5%), no setor industrial; e 'Comércio' (-6,6%) e 'Atividades imobiliárias' (+2,8%) no setor de serviços. No acumulado em 12 meses em junho, retração de 1,2%.

Pela ótica da demanda, 'Formação bruta de capital fixo' (-8,1%) é o retrato do baixo retrospecto do PIB no segundo trimestre em relação ao anterior, apresentando a oitava queda seguida. Na comparação com o segundo trimestre de 2014, houve a maior queda (-11,9%) desde o primeiro trimestre de 1996 (-12,7%). Consequentemente, a taxa de investimento caiu de 19,5% do PIB (no segundo trimestre de 2014) para 17,8% no segundo trimestre deste ano, o que deve deteriorar ainda mais a atual situação. Estudos⁷ mostraram que o pico da recessão ainda não foi neste 2º trimestre. Com a piora recente dos números no mercado de trabalho, ainda há margem para redução da demanda (principalmente no setor de serviços) no terceiro trimestre, que deverá registrar retração de 3,0% na comparação interanual. A queda deve persistir também no quarto trimestre na comparação com o mesmo de 2014 (-2,9%), e o PIB deve fechar o ano em -2,6%. Com o aumento das incertezas, a estimativa para o PIB ao final de 2016 também entrou no terreno negativo (-0,5%), isto é, as atuais expectativas atuam no sentido de recuperação da atividade econômica apenas em 2017.

A balança comercial registrou em junho o quarto superávit consecutivo do ano (US\$ 4,53 bi), elevado o suficiente para tornar positivo, pela 1ª vez no ano, o saldo acumulado no ano (US\$ 2,22 bi). Este resultado é superior ao verificado em junho de 2014 (US\$ -2,51 bi). Novamente, houve queda tanto nas exportações quanto nas importações, sendo mais acentuada a queda nas importações em junho na comparação com o mesmo mês de 2014 (-16,7%). No saldo acumulado no ano, destaque na exportação de 'Minérios de ferro

⁷ IBRE/FGV.



e seus concentrados' (-49%) e 'Soja' (-22%). Na importação, destaque para 'Óleos brutos de petróleo' (-56%) e 'Automóveis de passageiros' (-28%). Com a retração da atividade econômica doméstica superior à queda na atividade de alguns dos grandes parceiros comerciais do Brasil, as importações devem seguir caindo mais que as exportações neste ano, apesar da redução acentuada dos preços das commodities. Para o final do ano, é esperado⁸ saldo de US\$ 8,00 bi.

O IPCA variou 0,79% em junho de 2014, a maior taxa para o mês de junho desde 1996 (+1,19%). No acumulado no ano em junho, alta de 6,17%, a maior elevação para o 1º semestre desde 2003 (+6,64%). No acumulado em 12 meses (em junho), o índice geral variou +8,47%, a maior variação desde dezembro de 2003 (+9,30%). No mês, destaque para 'Despesas Pessoais' (+1,63%), 'Saúde e cuidados pessoais' (+0,91%) e 'Habitação' (+0,86%). Jogos de azar, passagens aéreas e taxa de água e esgoto foram as grandes variações de junho ao representarem um terço da variação do índice. No ano, destaque para 'Habitação' (+12,46%) e 'Alimentação e bebidas' (+6,61%). O resultado é que as expectativas⁹ para o IPCA ao final de 2015 são de +9,29%, com influência direta dos preços administrados (+15,15%).

O fluxo de postos líquidos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, continuou negativo em junho, quando houve 111.199 desligamentos líquidos (25.363 novos postos em junho de 2014), o que influenciou o péssimo resultado do primeiro semestre (345.417 desligamentos líquidos). Este resultado reflete a retração generalizada da atividade econômica. Em 2014, o primeiro semestre terminou com 588 mil novos postos de trabalho. Os setores mais afetados são 'Indústria de transformação', 'Construção civil' e 'Comércio'.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 607,2 bilhões no primeiro semestre de 2015. Esse resultado representou aumento nominal de 4,94% e queda real de 2,87% (IPCA) em relação ao ano anterior. Em maio de 2015, a arrecadação federal mensal somou R\$ 95,5 bilhões. Em junho, houve crescimento nominal de 6,24% e queda real de 2,44% ante o mesmo mês de 2014, chegando ao valor de R\$ 97,1 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: redução da arrecadação do IRPJ/CSLL em 22,58% no mês de junho, e de 9,11% no primeiro semestre, em relação a iguais períodos do ano anterior; compensações tributárias; arrecadação extraordinária em fevereiro de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, decorrente de transferência de ativos entre empresas; e desonerações tributárias. Os principais decréscimos verificados em 2015, em relação ao ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: IPI-Bebidas (-20,53%); IRPJ-Entidades Financeiras (-7,45%); e IPI-Outros (-4,35%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+35,46%); IRRF-Rendimentos de Capital (+28,80%); IOF (+18,87%); e IPI-Vinculado à Importação (+13,07%).

⁸ Boletim Focus de 21/08/2015.

⁹ Idem.



Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em junho apresentou queda de 0,21% em relação ao mês anterior, o movimento repete-se quando comparado ao mesmo período do ano anterior, quando a queda foi de 4,3%. Em nível Brasil, há a mesma tendência de queda em ambas as comparações, onde a produção industrial ficou em -0,32% em relação a maio, e em -3,2% em relação a junho de 2014. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado a economia brasileira. No acumulado de janeiro a junho, a indústria fluminense registra resultado negativo de 4,8%, cenário que se repete quando comparado a Brasil, que registrou queda de 6,3%. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 3,7%, e variação negativa de 5,0% em nível Brasil.

Em termos dos principais agregados no Rio de Janeiro, as indústrias extrativa e de transformação apresentaram em junho crescimento de 3,9% e queda de 7,5%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias extrativa e de transformação também apresentaram o mesmo movimento, crescimento de 8,0% e queda de 4,6%, respectivamente, em relação ao mesmo período de 2014.

Das treze atividades em que a indústria de transformação é desagregada no ERJ, nove mostram desaceleração na produção industrial em junho 2015 em relação ao mês anterior: o principal impacto negativo ficou com o setor de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-12,1%), pressionado principalmente pela menor produção de óleos combustíveis, óleo diesel e gás liquefeito de petróleo. Outras pressões negativas importantes vieram dos setores de produtos de borracha e de material plástico (-22,4%), de veículos automotores, reboques e carrocerias (-11,0%), de impressão e reprodução de gravações (-25,9%), de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos (-9,7%), de produtos alimentícios (-7,1%) e de bebidas (-6,3%), explicados, em grande medida, pelos recuos na produção dos itens pneus novos de borracha usados em ônibus e caminhões, artigos de plástico para uso doméstico, garrafas, garrafões, frascos e artigos semelhantes de plástico e filmes de material plástico para embalagem, no primeiro; automóveis, carrocerias para ônibus e chassis com motor para ônibus ou para caminhões, no segundo; jornais impressos sob encomenda e impressos de segurança com controle de adulteração, no terceiro; serviços de manutenção e reparação de estruturas flutuantes, máquinas motrizes não-elétricas e de navios ou outras embarcações para qualquer uso, no quarto; sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, açúcar cristal e produtos embutidos ou de salamaria e outras preparações de carnes de suínos, no quinto; e cervejas, chope e refrigerantes, no último. Por outro lado, as contribuições positivas mais relevantes sobre o total da indústria vieram de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (11,8%), impulsionada especialmente por medicamentos.

No primeiro semestre de 2015, comparado ao mesmo período de 2014, a produção na indústria de transformação do Rio de Janeiro assinalou recuo de 9,5%, com onze dos treze atividades pesquisadas apontando queda na produção. Os principais impactos negativos vieram dos setores de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-9,0%) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (-27,8%), pressionados, sobretudo pela menor fabricação de óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), gasolina automotiva e óleos combustíveis; e de caminhões, chassis com motor para ônibus ou para



caminhões e automóveis, respectivamente. Vale mencionar também os recuos vindos de metalurgia (-6,9%), de bebidas (-11,6%), de produtos alimentícios (-12,4%), de produtos de metal (-17,7%) e de produtos de borracha e de material plástico (-13,5%), explicados, principalmente, pela menor produção de bobinas grossas de aços ao carbono, fiomáquina de aços ao carbono, bobinas a frio de aços ao carbono e bobinas ou chapas de aços zinkadas, na primeira atividade; de cervejas, chope e refrigerantes, na segunda; de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, na terceira; de âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, andaiques tubulares para armações e para escoramento, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, recipientes de ferro e aço para transporte ou armazenagem de gases comprimidos ou liquefeitos, fechaduras ou ferrolhos e latas de alumínio para embalagem de produtos diversos, na quarta; e de pneus novos de borracha para ônibus e caminhões, garrafas, garrafões, frascos e artigos semelhantes de plástico e filmes de material plástico para embalagem, na última.

Comércio. O comércio varejista (restrito) no Rio de Janeiro retraiu 3,3% no terceiro bimestre do ano, queda bem superior à verificada tanto no segundo bimestre (-0,1%) quanto no primeiro bimestre (+1,4%). Consequentemente, no primeiro semestre de 2015 houve queda de 0,7% (+3,6% no mesmo período de 2014). Analisando por atividade, quatro apresentaram variação positiva no período maio-junho: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+53,7%), 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+7,2%), 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+4,2%) e 'Combustíveis e lubrificantes' (+0,7%). Com exceção de 'Combustíveis e lubrificantes', são os mesmos segmentos que variaram positivamente tanto no período março-abril, quanto no período janeiro-fevereiro; e, novamente, estas atividades apresentaram crescimento superior no estado em comparação com o Brasil (+3,6%; +0,9%; e +3,9%, respectivamente). Nas demais as vendas retrairam, destacando-se 'Móveis e eletrodomésticos' (-24,0%) e 'Tecidos, vestuário e calçados' (-13,1%). No ano (janeiro-junho), destaque para o desempenho estadual em 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+41,7%) e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+12,5%). Contudo, mesmo com crescimentos expressivos de alguns setores, estes não foram suficientes para evitar a queda do índice restrito no período no estado.

O comércio varejista ampliado, por sua vez, decresceu 5,7% no Rio de Janeiro e 7,1% no país no período maio-junho, com destaque novamente para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-10,8% e -14,9%, respectivamente). Já o segmento 'Material de construção', após sensível melhora no segundo bimestre, voltou a registrar resultados ruins no terceiro, tanto no estado (-7,1%) quanto no país (-5,5%). Assim sendo, o retrospecto recente dos segmentos citados influenciou diretamente no péssimo resultado do índice ampliado no ano, tanto no ERJ (-3,6%) quanto na média nacional (-6,4%). 'Veículos, motocicletas, partes e peças' e 'Móveis e eletrodomésticos' continuam sendo, entre todos os segmentos, aqueles com as maiores quedas no volume acumulado de vendas. Não é nenhuma surpresa, dado que o encarecimento do crédito e a queda do rendimento real da população afetam, principalmente, os setores de bens de consumo duráveis.

Tabela 1**Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)**

Atividade	Janeiro-Junho	Junho (12 meses)
-----------	---------------	------------------



	RJ	Brasil	RJ	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	-3,0	-3,3	-0,7	-1,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,1	-1,8	0,2	-1,2
Tecidos, vestuário e calçados	-7,0	-5,0	-3,9	-2,9
Móveis e eletrodomésticos	-14,3	-11,3	-10,4	-7,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,0	5,2	5,9	6,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,1	-8,3	-7,7	-9,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	41,7	10,1	11,4	4,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,5	3,9	13,1	5,3
Comércio varejista	-0,7	-2,2	1,1	-0,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	-10,9	-15,6	-5,6	-13,0
Material de construção	-2,2	-4,7	-0,9	-3,2
Comércio varejista ampliado	-3,6	-6,4	-0,9	-4,8

Fonte: PMC/IBGE.

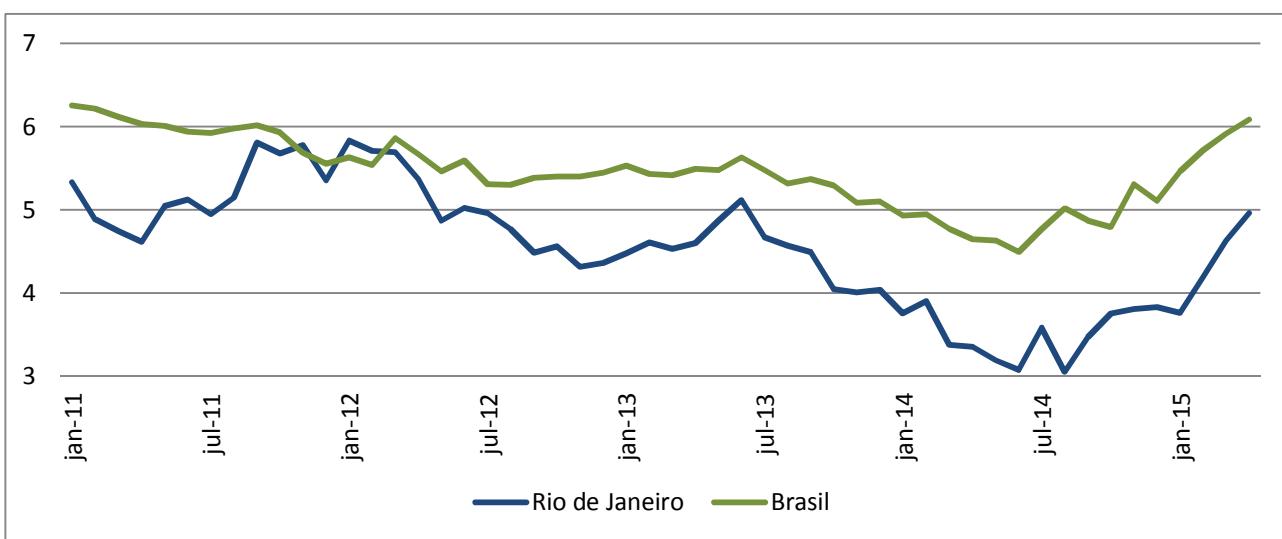
Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 0,22% no primeiro semestre de 2015, na comparação anual. Quanto à população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 1,4% no mesmo período. Pode-se observar que este resultado é consequência da redução da ocupação como um todo: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram queda de 1,7% no período; o setor informal (35% do total em junho) manteve o viés de baixa, com emprego por 'Contra própria' praticamente estável (+0,14%) e emprego 'Sem carteira assinada' diminuindo 4,4%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+2,4%), única ocupação significativa com crescimento considerável. A combinação dos movimentos, considerando que ambas a PEA e a ocupação decresceram no ano, culminou no aumento da taxa de desocupação (no Rio de Janeiro, a taxa foi 5,20 em junho de 2015).



Gráfico 1

Taxa de desocupação com ajuste sazonal



Fonte: PME/IBGE

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações na atividade 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+1,4%), correspondendo a 21% da ocupação em junho. Por outro lado, em as demais atividades houve recuo da ocupação, com destaque para: 'Construção' (-8,0%), correspondendo a 6%, 'Serviços domésticos' (-3,8%), correspondendo a 6%, e 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-1,5%), correspondendo a 17%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no primeiro semestre de 2015 houve desligamentos líquidos no Estado do Rio de Janeiro no total de 80.247 postos, resultado muito inferior ao observado no ano anterior (32.850 admissões líquidas em 2014). A situação deste ano é decorrente do volume de desligamentos líquidos nos setores 'Serviços' (-20.050 em 2015, frente +38.803 em 2014), 'Indústria de Transformação' (-18.793 em 2015, frente +3.399 em 2014), 'Construção Civil' (-11.892 em 2015, frente +7.213 em 2014), e 'Comércio' (-20.050 em 2015, frente -19.734 em 2014). Observa-se, contudo, que em apenas dois setores não houve desligamentos líquidos: 'Agropecuária' (403 admissões líquidas) e 'Administração Pública' (341 admissões líquidas).

Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores na RMRJ, no primeiro semestre de 2015 houve queda 2,9% em relação ao ano anterior, revertendo a trajetória observada no ano passado. Esse resultado é consequência do aumento da inflação no período.

Inflação

Em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,35% e 0,65%, nos meses de maio e junho, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 0,74% e 0,79% no mesmo período. Ressalte-se que a inflação no Rio de Janeiro alcançou 6,2% no primeiro semestre de 2015, variação superior à observada em 2014 (+4,3%). No que tange o Brasil, o acumulado no ano foi 6,2% também, índice maior que o apresentado no mesmo



período do ano anterior (+3,7%). A meta para inflação estabelecida para 2015 continua sendo 4,5%, apesar da expectativa no país ser 9,29%¹⁰ e o IPCA acumulado em 12 meses (até junho 2015) ser 8,9%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu elevar a taxa SELIC pela quinta vez no início do ano (julho), atualmente em 14,25%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Setores	Janeiro-Junho		Junho (12 meses)	
	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	6,2	6,2	9,6	8,9
Alimentação e bebidas	6,1	6,6	9,7	9,6
Habitação	12,9	12,5	19,6	18,0
Artigos de Residência	1,0	2,7	3,8	4,6
Vestuário	1,0	1,4	3,8	3,5
Transportes	6,1	5,1	7,9	7,4
Saúde e Cuidados Pessoais	5,1	5,0	8,0	7,7
Despesas Pessoais	4,7	5,9	8,9	8,2
Educação	8,0	7,5	8,7	8,6
Comunicação	-1,3	-0,2	-0,6	-0,7

Fonte: IPCA/IBGE.

No Rio de Janeiro, os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Habitação (12,9%), Educação (8,0%), Transportes (6,1%) e Alimentação e bebidas (6,1%). O aumento no grupo Habitação é consequência do aumento da energia. O grupo Educação reflete os reajustes praticados no início do ano letivo, especialmente nos valores das mensalidades dos cursos regulares. Em relação ao grupo Transporte, este foi influenciado pelo aumento de preço na gasolina e no óleo diesel, impactados pelo aumento nas alíquotas do PIS/COFINS. Por fim, o grupo Alimentação e bebidas foi principalmente impactado pela alta em 'Tubérculos, Raízes e Legumes' (+55,2%). Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Vestuário e Artigos de Residência apresentaram ligeira alta (no período janeiro-abril praticamente mantiveram os preços de 2014) e Comunicação apresentou deflação.

Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 8,75 bilhões no primeiro semestre de 2015, redução de 2,9% em relação a igual período de 2014. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Básicos (-11,5%) que representam 55,8% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Industrializados, as quais aumentaram 16,1%, operações que representam 40,1% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias reduziu consideravelmente (-24,1%), alcançando US\$ 8,75 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-14,5%), que representam 83,6% do valor total comercializado no período, e

¹⁰ Boletim Focus de 21/08/2015.



com produtos Básicos (-51,9%), que representam 16,4% do valor total. O saldo no período foi de superávit de US\$ 442,6 milhões.



II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 842 de 10 de fevereiro de 2015.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 14.577,89 milhões / 114,6% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 39.859,83 milhões / 108,2% da meta realizada.

Tabela 3
Metas de Receita

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2015	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA	(R\$ milhões)
RECEITAS CORRENTES (1)	11.479,30	13.507,67	117,7%	33.513,60	38.104,02	113,7%	
RECEITAS DE CAPITAL (1)	1.237,83	1.070,22	86,5%	3.324,64	1.755,81	52,8%	
TOTAL	12.717,13	14.577,89	114,6%	36.838,24	39.859,83	108,2%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes¹¹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹² são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no 3º bimestre de 2015, atingiu o montante de R\$ 14.577,89 milhões, valor que ultrapassou a meta estipulada em 14,6%; R\$ 1.860,76 milhões.

A receita total realizada, até o 3º bimestre de 2015 superou a meta em 8,2% e atingiu o montante de R\$ 39.859,83 milhões.

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

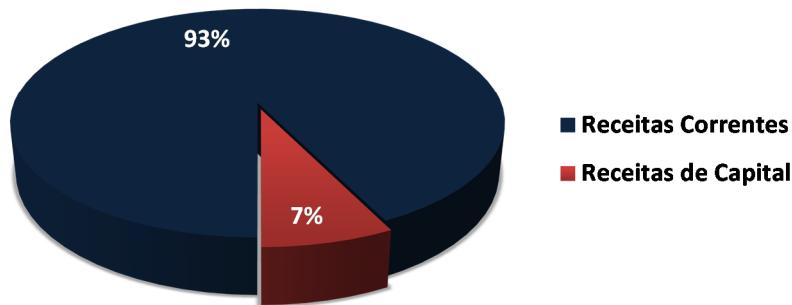


A superação da meta, no bimestre, decorreu, principalmente, das receitas correntes. No bimestre, essas receitas ultrapassaram a meta em R\$ 2.028,38 milhões (+17,7%), totalizando R\$ 13.507,67 milhões, o que corresponde a aproximadamente 93% da receita arrecadada. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas Receitas Tributárias, principal receita do Estado e pelas Outras Receitas Correntes. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.II.

Já as receitas de capital tiveram performance aquém da meta estabelecida para o bimestre. O desempenho abaixo da meta prevista ocorreu, basicamente, devido à receita de operações de crédito. Mais informações sobre as receitas de capital na seção IV.II.

Gráfico 2

Composição da Receita Total 3º Bimestre



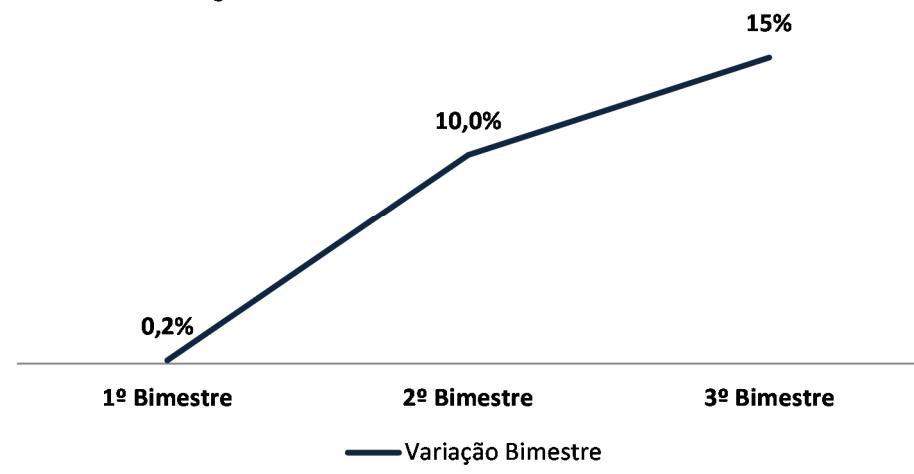
Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

No acumulado, até junho, a receita total realizada alcançou 108,2% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 39.859,83 milhões. A superação da meta da receita no ano de 2015 se deve, principalmente, às receitas correntes, as quais ultrapassaram a meta prevista no ano em 13,7% ou, em valores absolutos, R\$ 4.590,42 milhões. Desmembrando as receitas correntes, obtém destaque as outras receitas correntes, que ultrapassaram a meta em R\$ 6.623,59 milhões (+ 551,9% da meta estipulada).



Gráfico 3

Variação Meta x Realizado Bimestral



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

**- Receita Corrente Realizada**

Bimestre: R\$ 13.507,67 milhões / 117,7% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 38.104,02 milhões / 113,7% da meta realizada.

Tabela 4**Metas de Receita**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2015	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.479,30	13.507,67	117,7%	33.513,60	38.104,02	113,7%
TRIBUTÁRIA	7.324,55	7.070,77	96,5%	22.153,56	22.195,92	100,2%
CONTRIBUIÇÕES	258,73	334,25	129,2%	776,10	935,40	120,5%
PATRIMONIAL	1.625,21	1.118,23	68,8%	3.775,82	3.128,97	82,9%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,00	3,9%	0,24	0,03	12,8%
INDUSTRIAL	49,57	3,46	7,0%	99,21	46,63	47,0%
SERVIÇOS	87,73	69,11	78,8%	291,10	180,23	61,9%
TRANSF. CORRENTES	1.036,76	967,61	93,3%	3.128,88	3.023,46	96,6%
OUTRAS	424,95	3.708,44	872,7%	1.200,07	6.623,59	551,9%
INTRAORÇAMENTÁRIA	671,72	235,81	35,1%	2.088,63	1.969,80	94,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹³:

- Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

A receita corrente alcançou, no 3º bimestre de 2015, o valor de R\$ 13.507,67 milhões.

¹³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

As receitas correntes, no terceiro bimestre de 2015, totalizaram R\$ 13.507,67 milhões, o que representa 117,7% da meta estipulada para o período. As outras receitas correntes e as receitas tributárias, devido ao seu valor absoluto, possuem destaque no montante das receitas correntes realizadas. Ao detalhar as receitas correntes, verifica-se que as outras receitas correntes obtiveram um resultado superior à meta estipulada para o período: R\$ 3.708,44 milhões. Tal resultado equivale a 872,7% da meta estipulada, (+ R\$ 3.283,49 milhões). Este desempenho foi influenciado pelos recursos provenientes da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015, que transferiu recursos do Tribunal de Justiça para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA. Foram realizadas em maio e junho transferências nos valores de R\$ 1.630,00 milhões e R\$ 1.550,00 milhões de reais, respectivamente. Mais informações acerca das outras receitas correntes, na seção IV.I deste boletim.

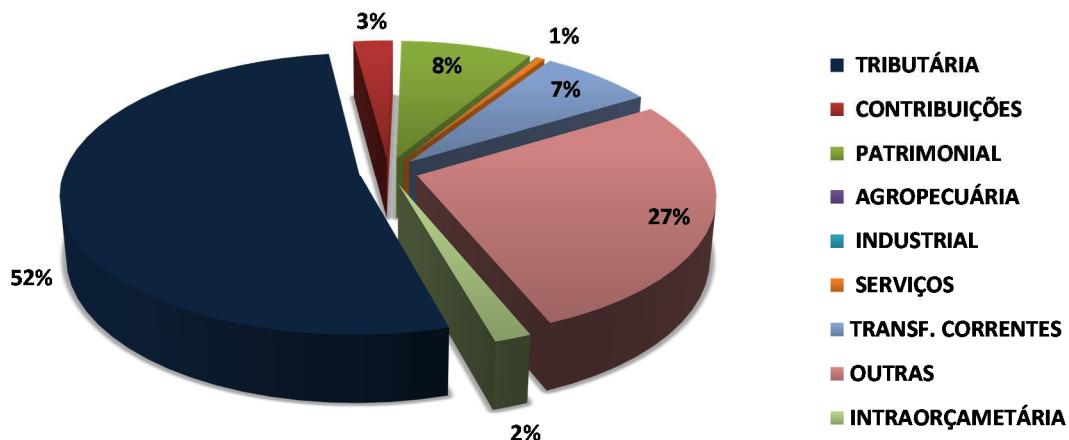
Já as receitas tributárias, no final do terceiro bimestre, realizaram 96,5%, da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 7.070,77 milhões. Seccionando a receita tributária, observa-se que da receita do ICMS, principal tributo do Estado, arrecadou o valor total de R\$ 5.312,69 milhões, com uma variação positiva de 5,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior. O IRRF arrecadou R\$ 505,48 milhões, tal valor é 314,69 milhões aquém da receita realizada no ano anterior ou, em termos percentuais, 38,4% a menor que o montante arrecadado no mesmo período de 2014.

Considerando o período acumulado de 2015, as receitas tributárias representaram 52,4% das receitas correntes.



Gráfico 4

Composição da Receita Corrente Realizada 3º Bimestre



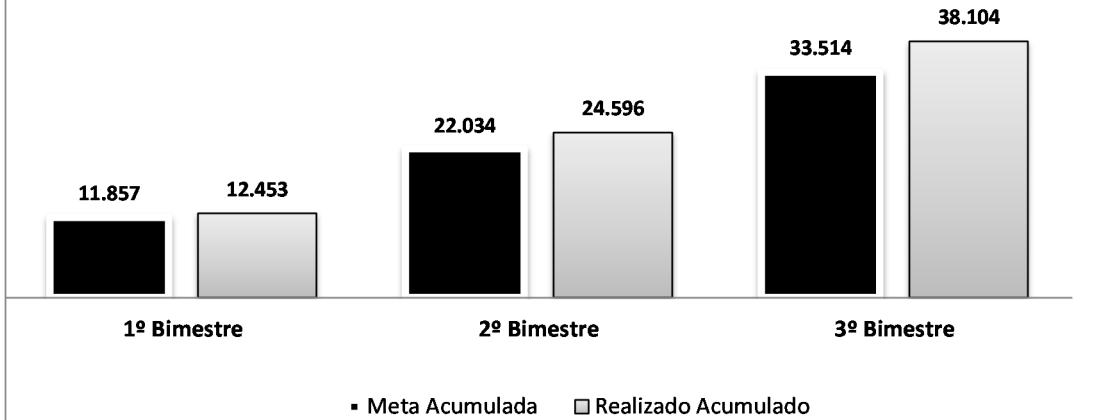
Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 38.104,02 milhões. Tal resultado excedeu a meta em 13,7%. As receitas tributárias e as outras receitas correntes influenciaram positivamente este resultado.



Gráfico 5

**Receita corrente
Acumulada 2015 Meta x Realizado
(em R\$ milhões)**



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 1.070,22 milhões / 86,5% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 1.755,81 milhões / 52,8% da meta realizada.

Tabela 5

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2015	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	1.237,83	1.070,22	86,5%	3.324,64	1.755,81	52,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.083,43	969,77	89,5%	2.823,72	1.429,70	50,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	2,50	0,84	33,8%	7,53	2,93	39,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	41,81	60,44	144,6%	124,92	177,11	141,8%
TRANSF. CAPITAL	110,00	39,07	35,5%	368,37	145,87	39,6%
OUTRAS	0,10	0,00	0,0%	0,10	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,09	100,0%	0,00	0,19	100,0%
TOTAL	12.717,13	14.577,89	114,6%	36.838,24	39.859,83	108,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

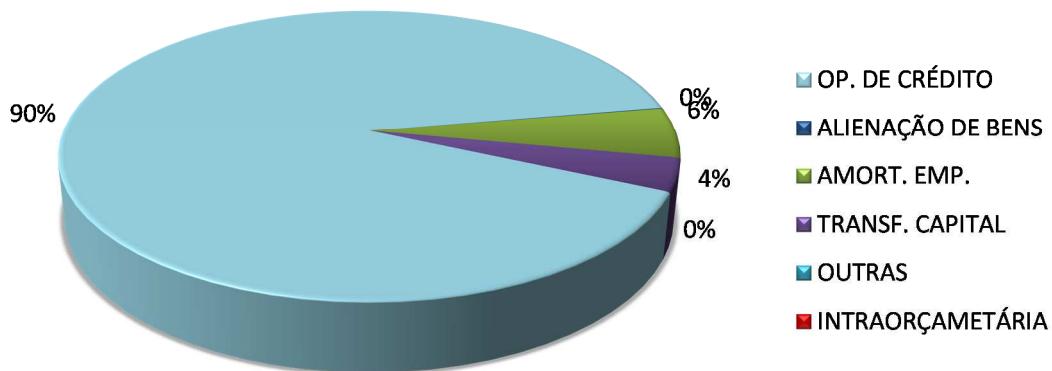


De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁴:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.
- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 6

Composição Receita de Capital Realizada 3º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

¹⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.



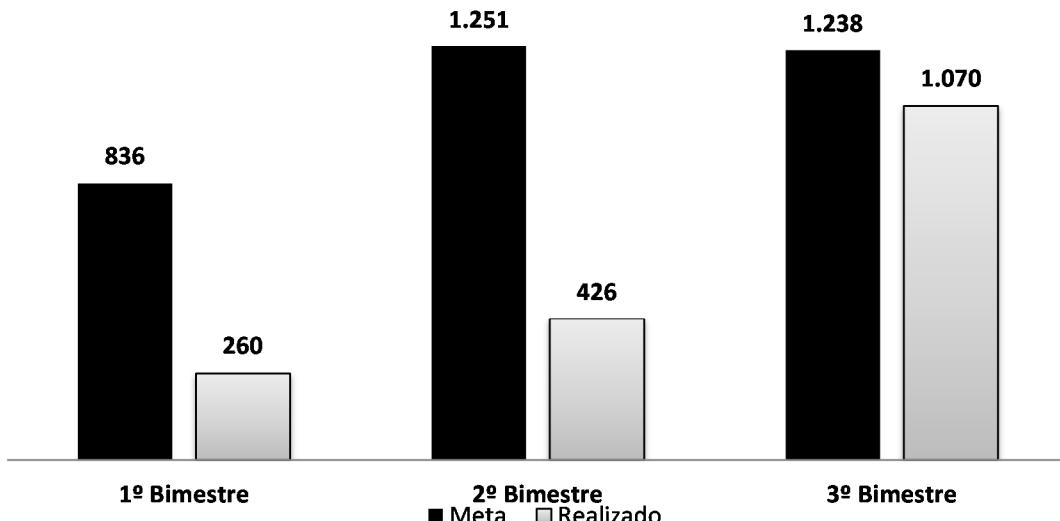
No terceiro bimestre de 2015, as receitas de capital realizaram 86,5% da meta estimada para o período, ou, em valores absolutos: R\$ 1.070,22 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente em função da alteração do cronograma de desembolsos das receitas de operações de crédito, que previa o recebimento dessas receitas para momento diverso do que de fato ocorreu.

O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 1.755,81 milhões, 52,8% do previsto para o período. O desempenho das operações de crédito foi preponderante para este resultado por mais que não tenham atingido a meta proposta (50,6%). Estas atingiram o valor de R\$ 1.429,70 milhões. Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 1.070,22 milhões no 3º bimestre 2015, o que representa 86,5% da meta proposta.

Gráfico 7

Receita de Capital Acumulada 2014 Meta x Realizado (em R\$ milhões)



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro



III. Resultados Fiscais¹⁵

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 1.330,84 milhões / -36,9%
 Acumulado: - R\$ 950,18 milhões / -129,2%

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014 - 2015.
 Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL (A)	11.840,60	11.911,43	0,6%	32.922,67	31.349,99	-4,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.468,25	10.605,39	12,0%	28.193,55	27.624,39	-2,0%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.455,92</i>			<i>-5.203,67</i>		
I.2 RECEITA DE CAPITAL	3.627,52	1.070,13	-70,5%	7.370,36	1.755,61	-76,2%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	200,75	235,90	17,5%	2.562,43	1.969,99	-23,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	9.733,03	10.580,59	8,7%	29.664,42	32.300,17	8,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.189,95	8.728,53	-5,0%	27.862,94	25.096,62	-9,9%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.455,92</i>			<i>-5.203,67</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.786,77	1.640,66	-8,2%	4.469,50	4.327,69	-3,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	212,24	211,40	-0,4%	2.535,64	2.875,87	13,4%
RES. ORÇAM. (A-B)	2.107,57	1.330,84	-36,9%	3.258,26	-950,18	129,2%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 19/05/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e as despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 3º bimestre de 2015, a presentou um superávit de R\$ 1.330,84 milhões, porém com uma variação negativa de 36,9 % em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido a um superávit corrente. As receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes o que ocasionou um superávit corrente de R\$ 1.876,87 milhões. Já as despesas de capital superaram as receitas de capital em R\$ 570,53 milhões.

No acumulado, o resultado deficitário foi decorrente das despesas de capital, uma vez que essas despesas realizaram R\$ 4.327,69 milhões, enquanto as receitas de capital atingiram R\$ 1.755,61 milhões. As

O resultado orçamentário, no 3º bimestre de 2015, foi superavitário em R\$ 1.330,84 milhões.

¹⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



receitas correntes totalizaram R\$ 27.624,39 milhões enquanto as despesas correntes somaram R\$ 25.096,62 milhões. Como consequência, o resultado orçamentário acumulado no ano de 2015 atingiu o valor de - R\$ 950,18 milhões, com uma variação negativa de -129,2% frente ao acumulado de 2014.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 532,57 milhões / - 121,22%

Acumulado: - R\$ 2.172,84 milhões / - 144,1%

Tabela 7

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014 - 2015.
Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL (A)	10.074,12	7.482,87	-25,7%	28.146,07	22.249,93	-20,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	7.802,39	6.367,31	-18,4%	25.620,37	20.196,24	-21,2%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.455,92</i>			<i>-5.203,67</i>		
I.2 RECEITA DE CAPITAL	3.583,80	1.035,72	-71,1%	7.285,07	1.694,27	-76,7%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	143,85	79,84	-44,5%	444,31	359,43	-19,1%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.564,62	8.015,44	6,0%	23.224,30	24.422,78	5,2%
II.1 DESPESA CORRENTE	7.022,18	6.164,23	-12,2%	21.424,87	17.357,37	-19,0%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.455,92</i>			<i>-5.203,67</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.786,77	1.640,66	-8,2%	4.469,34	4.327,69	-3,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	211,59	210,55	-0,5%	2.533,76	2.737,72	8,0%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)	2.509,50	-532,57	-121,22%	4.921,78	-2.172,84	-144,1%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.766,48	4.428,56	150,70%	4.776,60	9.100,06	90,5%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.168,42	2.565,15	18,30%	6.440,12	7.877,40	22,3%
RES. ORÇAM. DO RIOPREVIDÊNCIA (C-D)	-401,93	1.863,41	563,61%	-1.663,52	1.222,66	173,5%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)+(C-D)	2.107,57	1.330,84	-36,85%	3.258,26	-950,18	-129,2%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015

SIG 16/07/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

Analizando o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o terceiro bimestre foi deficitário em R\$ 532,57 milhões. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor positivo de R\$ 1.863,41 milhões (563,61% frente ao ano anterior).

No acumulado, desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o resultado orçamentário também foi deficitário em

O resultado orçamentário no 3º bimestre excluindo o RIOPREVIDÊNCIA obteve um déficit de R\$ 532,57 milhões.



R\$ 2.172,84 milhões, com uma variação negativa de - 144,1% frente ao acumulado de 2014. Incorporando o resultado do RIOPREVIDÊNCIA - superávit de R\$ 1.222,66 milhões - ao resultado orçamentário geral do Estado, observa-se que o resultado orçamentário até junho de 2015 passa a ser um déficit de R\$ 950,18 milhões.

III.III Resultado Primário

Bimestre: R\$ 1.425,77 milhões / 433,6 %
Acumulado: R\$ 1.546,41 milhões / 229,4%

Tabela 8

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014-2015.
Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	11.840,60	11.911,43	0,6%	32.922,67	31.349,99	-4,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	3.728,23	1.175,97	-68,5%	7.648,11	2.006,87	-73,8%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	200,75	235,90	17,5%	2.562,43	1.969,99	-23,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	7.911,63	10.499,55	32,7%	22.712,13	27.373,13	20,5%
DESPESAS TOTAL	9.733,03	10.580,59	8,7%	29.664,42	32.300,17	8,9%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.181,76	1.295,37	9,6%	3.221,40	3.597,58	11,7%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	212,24	211,43	-0,4%	2.535,64	2.875,87	13,4%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.339,04	9.073,79	8,8%	23.907,37	25.826,73	8,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-427,41	1.425,77	433,6%	-1.195,24	1.546,41	229,4%

SIG 16/07/2015

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analizando o resultado primário, no 3º bimestre, observa-se que a receita primária excedeu a despesa primária em R\$ 1.425,77 milhões, ocasionando um superávit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o mesmo período de 2014, observa-se uma variação de + 433,6%. Este resultado é consequência da prevalência das receitas primárias ou não financeiras, frente às despesas primárias ou não financeiras. As receitas primárias atingiram R\$ 10.499,55 milhões, enquanto as despesas primárias terminaram o bimestre com o valor de R\$ 9.073,79 milhões.

No terceiro bimestre de 2015, o resultado primário apresentou o valor de R\$ 1.425,77 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma variação positiva frente a 2014 (R\$ 4.661,00 milhões ; + 20,5%) o que totalizou em uma receita primária de R\$ 27.373,13 milhões. Já as despesas primárias cresceram em menor proporção (+ 8,0% ; R\$



1.919,36 milhões), o que possibilitou um resultado primário superavitário de R\$ 1.546,41 milhões.

Resultado Primário excluindo Rioprevidência

Bimestre: - R\$ 664,62 milhões / + 37,5%
Acumulado: - R\$ 2.524,30 milhões / - 364,3%

Tabela 9

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014-2015
Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	10.074,12	7.482,87	-25,7%	28.146,07	22.249,93	-20,9%
RECEITAS FINANCEIRAS	3.429,97	53.055,2	-98,5%	3.524,37	130,18	-96,3%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	143,85	79,84	-44,5%	444,31	359,43	-19,1%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	6.500,29	7.349,97	13,1%	24.177,40	21.760,32	-10,0%
DESPESAS TOTAL	7.564,62	8.015,44	6,0%	23.224,30	24.422,78	5,2%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	0,00		0,00	0,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,65	0,85	30,8%	1,88	138,15	7232,0%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	7.563,97	8.014,59	6,0%	23.222,41	24.284,62	4,6%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-1.063,68	-664,62	37,5%	954,98	-2.524,30	-364,3%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDÊNCIA	-5.654,64	-2.773,42	51,0%	-12.080,73	-9.479,99	21,5%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015

SIG 16/07/2015

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 664,62 milhões, com uma variação de 37,5% frente ao mesmo período de 2014. No acumulado, o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA é de - R\$ 2.524,30 milhões, com uma variação negativa de - 364,3% frente a 2014. Ressalta-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que seu resultado primário, no acumulado, foi negativo em R\$ 9.479,99 milhões.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 30,95 bilhões / 95,2%¹⁶

Até Junho, a dotação autorizada no Orçamento foi suplementada em R\$ 2,4 bilhões¹⁷ (aumento de 2,9%) por conta de alterações orçamentárias: incorporação de superávit financeiro de convênios e de operações de crédito.

Do total autorizado atualmente (pouco mais R\$ 85,2 bilhões), quase R\$ 8,7 bilhões permanecem contingenciados, ou seja, 10,3% do orçamento atual. Vale ressaltar que tal montante poderá vir a ser liberado ao longo do exercício mediante comportamento da arrecadação. Dados explicitados na Tabela 10.

Até o 3º bimestre, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 841 de 2015), foi de R\$ 32,52 bilhões. Neste período, a despesa total paga (R\$ 30,95 bilhões) ficou abaixo do estimado no Cronograma em 4,8% (variação negativa de R\$ 1,58 bilhão). Do total gasto, uma parcela diz respeito ao pagamento de Restos a Pagar (R\$ 2,2 bilhões). Este valor correspondeu a 7,1% da meta de execução do total. A Tabela 11 traz o descritivo para o período.

Tabela 10

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - JUNHO			
DOTAÇÃO	INICIAL	82.801.361.911	-
	ATUAL	85.214.812.136	102,9%
	DISPONÍVEL	76.453.126.624	89,7%
CONTINGENCIADO		8.761.685.512	10,3%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		2.413.450.225	2,9%

Valores em R\$

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

Tabela 11 – Cronograma de Desembolso

GRUPO DE DESPESA	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	JANEIRO A JUNHO	RP 2014 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA		
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	9.983	10.139	919	11.058		110,8%
OUTRAS DESP. CORRENTES	16.282	12.841	938	13.779		84,6%
INVEST/INVERSÕES	2.723	2.180	354	2.533		93,0%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	3.532	3.574	0	3.574		101,2%
TOTAL	32.520	28.734	2.211	30.945		95,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 841

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2014.

¹⁶ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁷ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.



Na análise por grupo de despesa, a maior execução frente à meta ocorreu no grupo Pessoal e Encargos Sociais. Até abril foram executados R\$ 11,06 bilhões, superando a meta em R\$ 1,07 bilhão (+10,8%).

As despesas pagas com os Serviços da Dívida (Juros e Amortização da Dívida) também ficaram acima da meta prevista até o bimestre: + 1,3%, ou seja, +R\$ 42,60 milhões. No total foram R\$ 3,57 bilhões de recursos alocados para assegurar os compromissos assumidos pelo ERJ.

Por outro lado, motivado principalmente pela necessidade de compatibilizar os gastos públicos com a nova realidade macroeconômica, o grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma execução bem abaixo da meta (R\$ 2,50 bilhões abaixo do estimado, ou seja, -15,4%). O grupo registrou R\$ 13,78 bilhões de despesas pagas até o momento. Do total, R\$ 938 milhões foram gastos com RP do exercício anterior. Já com despesas do exercício, R\$ 7,13 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 1,18 bilhão em Saúde e R\$ 1,35 bilhão em Encargos Especiais.

As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras também registraram realização a menor. Em termos percentuais, o grupo alcançou 93,0% da meta (-R\$ 189,87 milhões). Incluído o pagamento de Restos a Pagar, R\$ 2,53 bilhões de despesas foram executadas até o bimestre, dos quais R\$ 2,05 bilhões (81,0%) foram financiados com recursos de Operações de Crédito.

Cabe ressaltar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

**IV. Receita Estadual¹⁸**

Bimestre: R\$ 14.577,89 milhões / - 2,2%¹⁹
 Acumulado: R\$ 39.859,83 milhões / - 4,4%²⁰

Tabela 12

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2014/2015.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %	(R\$ milhões)
	2014	2015		2014	2015		
REC CORRENTES	11.073,32	13.271,86	19,9%	31.761,32	36.134,22	13,8%	
REC. CAPITAL	3.627,52	1.070,13	-70,5%	7.370,36	1.755,61	-76,2%	
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	200,75	235,90	17,5%	2.562,43	1.969,99	-23,1%	
Total	14.901,59	14.577,89	-2,2%	41.694,11	39.859,83	-4,4%	

No terceiro bimestre de 2015, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 14.577,89 milhões – decréscimo de R\$ 323,69 milhões (- 2,2%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita de Capital.

A Receita Corrente, neste bimestre, apresentou acréscimo de 19,9% (+ R\$ 2.198,54 milhões) influenciada, principalmente, pelo resultado positivo da Receita Tributária e de Outras Receitas Correntes. O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

A Receita de Capital, que apresentou queda de 70,5% (- R\$ 2.557,39 milhões), fruto da redução de 100% (- R\$ -3.375,60 milhões) da Receita de Alienção de Bens. Tal comportamento será pormenorizado na Seção IV.II.

No acumulado, percebe-se um decréscimo de R\$ 1.834,28 milhões (- 4,4%) na Receita Estadual, totalizando R\$ 39.859,83 milhões. O decréscimo foi influenciado pela queda na arrecadação de Receitas de Capital (- R\$ -5.614,75 milhões; - 76,2%), sendo a redução das Receitas de Alienações de Bens e das Operações de Crédito o principal fator a influenciar o resultado acumulado em 2015. A Receita Corrente mostra acréscimo de R\$ 4.372,91 milhões (+13,8%), com destaque para Receitas Tributárias, Receitas de Contribuições e Outras Receitas Correntes que apresentaram acréscimo, comparado ao mesmo período acumulado de 2014.

No 3º bimestre de 2015, as Receitas Estaduais decresceram 2,2%, influenciadas, principalmente, pela Receita de Capital que apresentou redução de 70,5%. Já a Receita Corrente cresceu 19,9% atenuando os efeitos negativos no resultado em comparação com o mesmo período do exercício passado.

No acumulado de 2015, a Receita Estadual decresceu 4,4% influenciada pelo decréscimo de arrecadação da Receita de Capital. A Receita Corrente apresentou crescimento, contudo, tal desempenho, não foi suficiente para compensar o resultado da Receita de Capital.

¹⁸ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

²⁰ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 13.271,86 milhões / + 19,9%
 Acumulado : R\$ 36.134,22 milhões / + 13,8%

Tabela 13

RECEITA CORRENTE, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
TRIBUTÁRIA	6.909,01	7.070,77	2,3%	21.786,55	22.195,92	1,9%
CONTRIBUIÇÕES	261,06	334,25	28,0%	832,08	935,40	12,4%
PATRIMONIAL	2.540,05	1.118,23	-56,0%	4.673,18	3.128,97	-33,0%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,00	-59,4%	0,03	0,03	5,5%
INDUSTRIAL	2,25	3,46	53,5%	52,41	46,63	-11,0%
DE SERVIÇOS	65,55	69,11	5,4%	179,54	180,23	0,4%
TRANSF. CORRENTES	912,67	967,61	6,0%	3.082,63	3.023,46	-1,9%
OUTRAS CORRENTES	382,73	3.708,44	869,0%	1.154,90	6.623,59	473,5%
REC CORRENTES	11.073,32	13.271,86	19,9%	31.761,32	36.134,22	13,8%
Total	14.901,59	14.577,89	-2,2%	41.694,11	39.859,83	-4,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

No 3º bimestre de 2015, merecem atenção, pelo resultado positivo dentre as Receitas Correntes, a Receita Tributária, (+ R\$ 161,76 milhões; +2,3%), a Receita de Contribuições (+ R\$ 73,19 milhões; + 28,0%) e Outras Receitas Correntes (+ R\$ 3.325,71 milhões; + 869,0%), em relação ao mesmo período de 2014.

Por sua vez, a Receita Patrimonial apresentou decréscimo de R\$ 1.421,82 milhões (- 56,0%), em relação ao mesmo período de 2014, não sendo suficiente para prejudicar significativamente o comportamento geral da Receita Corrente (+ R\$ 2.198,54 milhões; + 19,9%), que totalizou, no 3º bimestre de 2015, R\$ 13.271,86 milhões.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 4.372,91 milhões (+ 13,8%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 36.134,22 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo das Receitas Tributárias (+ R\$ 409,37 milhões; + 1,9%), das Receitas de Contribuições (+ R\$ 103,32 milhões; + 12,4%) e de Outras Receitas Correntes apresentou acréscimo de R\$ 2.142,97 milhões (+ 473,5%). As Receitas Patrimoniais (- R\$ 1.544,21 milhões; - 33,0%) ofereceram resistência a esse crescimento das Receitas Correntes.

No terceiro bimestre de 2015, a Receita Corrente apresentou acréscimo, sustentado principalmente por Receitas Tributárias, Receitas de Contribuições e Outras Receitas Correntes, contas essas também responsáveis pelo crescimento no acumulado.



IV.I.1 Receita Tributária

Bimestre: R\$ 7.070,77 milhões / + 2,3%
 Acumulado: R\$ 22.195,92 milhões / + 1,9%

Tabela 14

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.909,01	7.070,77	2,3%	21.786,55	22.195,92	1,9%
ICMS	5.049,58	5.312,69	5,2%	15.871,81	15.604,92	-1,7%
Adicional do ICMS	472,62	499,01	5,6%	1.461,92	1.502,06	2,7%
IRRF	820,16	505,48	-38,4%	1.390,72	1.479,42	6,4%
IPVA	185,90	198,55	6,8%	1.678,99	1.964,68	17,0%
ITD	89,95	113,68	26,4%	273,80	292,13	6,7%
Taxas	290,79	441,37	51,8%	1.109,32	1.352,70	21,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

A Receita Tributária arrecadada no terceiro bimestre de 2015 aumentou 2,3% (+ R\$ 161,76 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 7.070,77 milhões. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação das Taxas, que apresentou aumento de R\$ 150,58 milhões (51,8%) e, com maior intensidade, pela arrecadação do ICMS, que afetou o resultado bimestral com aumento de R\$ 263,11 milhões (+ 5,2%). De modo inverso, o IRRF apresentou decréscimo na arrecadação, comparativamente ao 3º bimestre de 2014, com redução de R\$ 314,69 milhões (- 38,4%), atenuando o acréscimo da arrecadação tributária no bimestre.

No acumulado, a Receita Tributária mostrou desempenho positivo de 1,9%, totalizando R\$ 22.195,92 milhões, representando um aumento de R\$ 409,37 milhões na arrecadação. Embora o somatório do IPVA e Taxas tenha influenciado o aumento da Receita Tributária, a arrecadação foi freada pela variação negativa do ICMS.

A arrecadação de ICMS apresentou resultado positivo no bimestre, com acréscimo de R\$ 263,11 milhões (+ 5,2%).

A arrecadação das TAXAS registrou aumento relevante de 51,8% no bimestre (+ 150,58 milhões).



– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.312,69 milhões / 5,2%

Acumulado: R\$ 15.604,92 milhões / - 1,7%

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva no terceiro bimestre de 2015, com aumento de 5,2% (+ R\$ 263,11 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, informações contabilizadas no SIAFEM, extraídas no SIG0- Sistema de Informações Gerenciais.

No acumulado, entretanto, a arrecadação ainda apresenta variação negativa de -1,7% (R\$ 266,89 milhões), tendo seu montante reduzido para R\$ 15.604,92 milhões.

Quanto ao ICMS há que se destacar alteração na metodologia de análise. Esta, antes realizada por setor econômico, a partir desta edição do Boletim, passa a ser feita por código de receita, isto é, classificação do Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Optou-se por detalhar os grupos que apresentam maior participação na arrecadação do imposto, que juntos concentram cerca de 80% das receitas acumuladas.

Assim, quanto ao imposto, os grupos que possuem maior relevância são:

→ **ICMS Substituição Tributária²¹ (Participação acumulada - 26,5%)**

Bimestre: + 3,9%

Acumulado: + 5,9%

A substituição tributária referente à atividade de combustíveis sofreu impacto de diversas ações no terceiro bimestre de 2015. Os destaques para o ligeiro crescimento do grupo foram: o aumento da arrecadação nas atividades de refino e distribuição de combustíveis (principalmente com o credenciamento das distribuidoras de etanol, conforme Decreto nº 44.883/14); além de ações fiscais realizadas as quais resultaram em lançamentos e recolhimento de impostos não pagos anteriormente.

²¹ O Regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui a determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.



No acumulado, replica-se a relevante participação da arrecadação oriunda do credenciamento de distribuidoras de etanol que, sob o efeito do referido Decreto, tiveram alteração no momento do pagamento do imposto.

→ **ICMS Normal²² (Participação acumulada - 20,6%)**

Bimestre: - 6,9%

Acumulado: - 6,6%

A queda no ICMS normal no bimestre deve-se principalmente a dois motivos:

- A receita atípica de grande impacto, realizada em junho do ano anterior, relativa à venda de elementos combustíveis a um grande contribuinte, inflou a base comparativa desse grupo de receitas no terceiro bimestre de 2014, resultando em queda no mesmo bimestre de 2015.

- O reflexo do arrefecimento das atividades do setor automobilístico (veículos e materiais viários) causado pela baixa concessão de crédito por parte das instituições financeiras.

As referidas justificativas estendem-se à variação negativa do acumulado.

→ **ICMS Energia elétrica (Participação acumulada - 16,2%)**

Bimestre: + 97,2%

Acumulado: + 51,5%

A ascensão do ICMS na Energia Elétrica no bimestre foi relevantemente afetada pelas medidas adotadas pelo governo federal para o realinhamento tarifário das companhias.

No acumulado, a arrecadação foi significativamente atingida pelos fatores citados acima. Acrescenta-se ainda que as principais companhias vêm apresentando reajustes tarifários desde novembro de 2014.

²² ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetorias especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações etc.



→ **ICMS Importação (Participação acumulada - 15,2%)**

Bimestre: + 3,5%
Acumulado: - 23,9%

O comportamento bimestral do ICMS derivado da importação apresentou leve incremento decorrente da retomada momentânea da importação no setor petrolífero.

No acumulado, entretanto, a queda se evidencia. Esta é derivada, principalmente, da redução da importação na atividade de petróleo, dominante quando considerado todo o primeiro semestre de 2015.

→ **ICMS Comunicações (Participação acumulada - 12,5%)**

Bimestre: + 0,2%
Acumulado: + 0,7%

Apesar da variação positiva, o leve crescimento do ICMS nas Comunicações, tanto no bimestre quanto no acumulado, foi significativamente afetado pela convergência de tecnologias e pela migração da utilização das chamadas tradicionais (voz) para aplicações via aplicativos, bem como pela acirrada concorrência do setor. Fatores estes que vêm ocorrendo nos últimos anos, e afetam vultuosamente a arrecadação deste ICMS.

Alterações na legislação impactaram positivamente a receita de IPVA em 2015.

A Resolução nº 827/14 alterou o desconto do IPVA para pagamentos à vista, no ano de 2015, de 10,0% para 8,0%.

Lei Estadual nº 6.931/14 concedeu programa de parcelamento de débitos de IPVA, dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos dentro do primeiro semestre de 2015.

O Decreto nº 44.568/14, que concedia desconto de 50,0% no IPVA das concessionárias, perdeu a vigência no exercício de 2015.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²³):

Bimestre: R\$ 198,55 milhões / + 6,8%
Acumulado: R\$ 1.964,68 milhões / + 17,0%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No terceiro bimestre de 2015, o IPVA apresentou acréscimo de arrecadação de R\$ 12,65 milhões (+ 6,8%). Essa variação foi relevantemente influenciada pelo envio de aproximadamente 120 mil avisos de débito e operações, nomeadas Pavio Curto, realizadas em Niterói e Nova Iguaçu.

²³ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.



No acumulado, houve aumento de R\$ 285,69 milhões (+ 17,0%).

Fatos relevantes ao aumento, neste período, foram: redução de desconto para pagamento à vista (alterado de 10,0% para 8,0%) por determinação da Resolução nº 827/14, art. 14 e § 2º; recolhimentos decorrentes do programa de parcelamento (Lei Estadual nº 6.931/14) a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril de 2015) ou em cota única no mês de fevereiro de 2015; e, adicionalmente, descontinuidade do desconto de 50,0% concedido para as concessionárias, que vigorou em 2014.



– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 113,68 milhões / + 26,4%

Acumulado: R\$ 292,13 milhões / + 6,7%

A arrecadação do ITD aumentou no 3º bimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, apresentando uma variação de 26,4% na arrecadação (+ R\$ 23,73 milhões) e totalizando R\$ 113,68 milhões. O crescimento bimestral deve-se à mudança na sistemática de lançamento do ITD quanto aos fatos geradores da Herança Extrajudicial. Tal alteração teve por objetivo a diminuição dos prazos de tramitação e do tempo para lavratura das Guias de Controle de ITD na Doação e Herança Judicial.

No acumulado, o ITD apresentou crescimento de 6,7% (+ R\$ 18,34 milhões), com o valor de total acumulado de R\$ 292,13 milhões. Embora no acumulado tenha ocorrido aumento na variação, é considerável destacar, neste período, a atual situação econômica nacional, que leva à prática de se postergar a abertura dos inventários.

– Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 505,48 milhões / - 38,4%

Acumulado: R\$ 1.479,42 milhões / + 6,4%

O Imposto de Renda apresentou redução 38,4% (- R\$ 314,69 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao terceiro bimestre de 2014. Tal fato decorreu de ajustes do fluxo de repasses do RIO PREVIDÊNCIA diverso do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

Na análise acumulada, de forma diversa, ocorreu aumento de 6,4% (+ R\$ 88,71 milhões) demonstrando a apropriada tendência de crescimento do imposto.

– **Taxas:**

Bimestre: R\$ 441,37 milhões / + 51,8%
Acumulado: R\$ 1.352,70 milhões / + 21,9%

Tabela 15

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Taxas	290,79	441,37	51,8%	1.109,32	1.352,70	21,9%
Taxes pelo Exercício do Poder de Polícia	43,17	44,41	2,9%	291,72	336,67	15,4%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	36,09	37,44	3,7%	269,67	312,69	16,0%
Outras	7,08	6,96	-1,7%	22,05	23,98	8,7%
Taxes pela Prestação de Serviços	247,62	396,96	60,3%	817,60	1.016,03	24,3%
Emolumentos e Custas Judiciais	69,15	82,61	19,5%	205,32	222,80	8,5%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	66,93	68,50	2,4%	193,40	194,96	0,8%
Outras Taxes pela Prestação de Serviços	111,54	245,85	120,4%	418,88	598,27	42,8%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	100,40	115,32	14,9%	378,15	433,46	14,6%
Outras	11,14	130,53	1071,5%	40,73	164,81	304,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

Nota: (1) Taxes do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou acréscimo de 51,8% (+ R\$ 150,58 milhões) em relação ao segundo bimestre de 2014, totalizando R\$ 441,37 milhões. Esse acréscimo foi resultado, principalmente, do incremento na arrecadação apresentada pelas Taxes pela Prestação de Serviços, especificamente na rubrica Outras Taxes de Prestação de Serviços a qual registrou aumento R\$ 119,38 milhões. O referido crescimento foi relevantemente influenciado pela arrecadação da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio do FUNESBOM.

No acumulado, as Taxas cresceram 21,9% (+ R\$ 243,38 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 1.352,70 milhões. Esse acréscimo foi influenciado, mais uma vez, pelas Taxes pela Prestação de Serviços, com destaque para a rubrica Outras Taxes pela Prestação de Serviços (+ R\$ 134,31 milhões; + 42,8%). O aumento acumulado concentrou-se no 3º bimestre na mesma conta citada no parágrafo anterior.

**IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties****Bimestre: R\$ 1.118,23 milhões / - 56,0%****Acumulado: R\$ 3.128,97 / - 33,0%****Tabela 16****RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.****Receitas Patrimoniais**

(R\$ milhões)

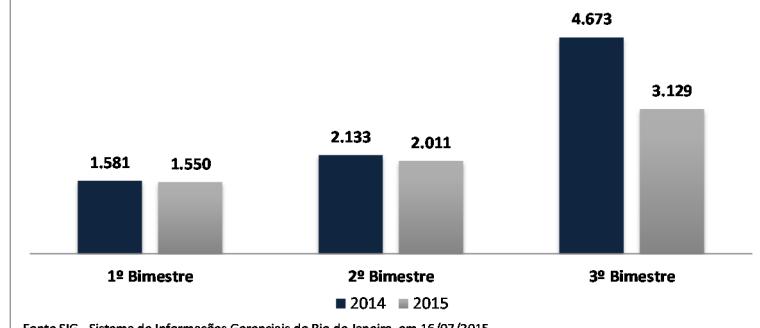
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	2.540,05	1.118,23	-56,0%	4.673,18	3.128,97	-33,0%
Petróleo	2.379,61	952,28	-60,0%	4.215,04	2.640,29	-37,4%
Royalties	634,91	394,36	-37,9%	1.363,12	1.117,80	-18,0%
Part. Especial	1.743,30	557,35	-68,0%	2.850,04	1.520,83	-46,6%
FEP	1,40	0,57	-59,2%	1,88	1,66	-11,9%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	142,18	144,92	1,9%	403,43	397,12	-1,6%
Demais Rec. Patrimoniais	18,26	21,03	15,2%	54,70	91,55	67,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

As Receitas Patrimoniais, no 3º bimestre de 2015, realizaram o valor total de R\$ 1.118,23 milhões, o que representa uma variação negativa de 56,0% (- R\$ 1.421,82 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 60,0% abaixo do valor de 2014.

No acumulado, as Receitas Patrimoniais apresentaram decréscimo de 33,0% (- R\$ 1.544,21 milhões). A receita de petróleo apresentou variação negativa de 37,4% o que impacta significativamente o total das receitas patrimoniais, dada sua representação – aproximadamente 84,4% do total daquelas receitas. As aplicações financeiras apresentaram resultado negativo (- 1,6%) influenciando, em menor intensidade, as Receitas Patrimoniais.

Essas receitas serão detalhadas a seguir em item próprio.

Gráfico 8**Receita Patrimonial Acumulada 2014 x 2015
(em milhões)**



- Petróleo: as receitas de petróleo alcançaram R\$ 952,28 milhões no terceiro bimestre de 2015. Tal resultado retrata uma variação negativa de 60,0% frente a 2014. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu na receita de royalties, que caíram 37,9% (- R\$ 1.427,33 milhões). O *brent* e a *taxa de câmbio*, são indicadores que, além da produção, influenciam a arrecadação do petróleo. Embora tenha havido aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, alcançou 15,97 milhões de m³ - variação de mais 12,1% frente a 2014 - o *brent* apresentou variação negativa de 46,4%, enquanto a *taxa de câmbio* apresentou acréscimo de 35,6% no período, afetando significativamente a arrecadação (conforme Tabela 17). Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 67,0% da produção total brasileira no 3º bimestre de 2015.

Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 3º bimestre de 2015 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 2º bimestre de 2015.

A produção de petróleo, no terceiro bimestre de 2015, correspondeu a 67,0% da produção total brasileira.

Gráfico 9

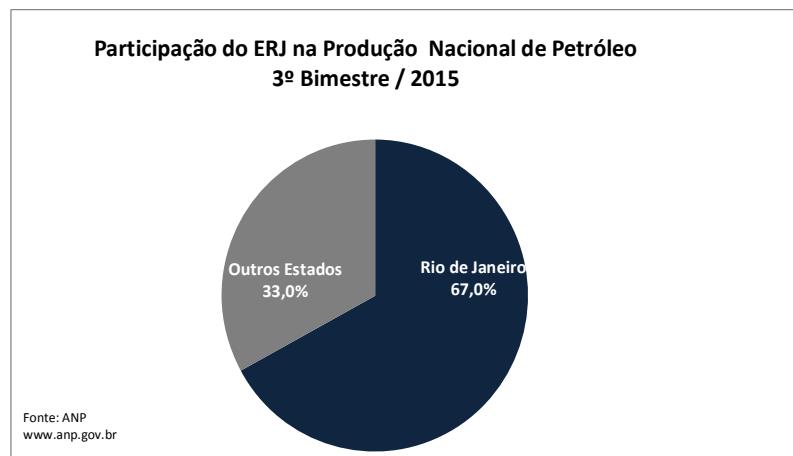


Tabela 17
Participação Governamental do Petróleo

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-ABR)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Produção (milhões de m ³)	14,25	15,97	12,1%	42,57	47,16	10,8%
Brent (US\$)	107,62	57,71	-46,4%	108,47	60,51	-44,2%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,28	3,09	35,6%	2,33	2,80	20,2%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

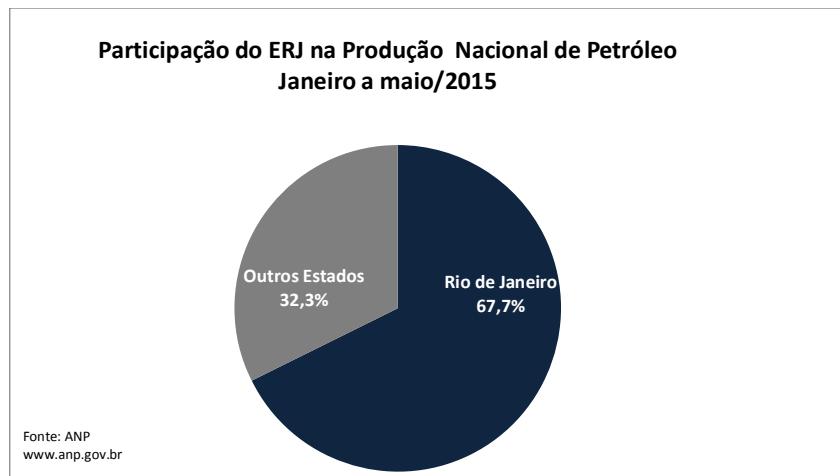
Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º bimestre de 2015 são apresentados os dados de produção do 2º bimestre de 2015.

Ao analisar o acumulado, as receitas de petróleo apresentaram queda de 37,4% (- R\$ 1.574,75 milhões) no acumulado, com destaque para a receita de Participações Especiais que decresceram 68,0% (- R\$ 1.185,96 milhões) em relação ao mesmo período



acumulado de 2014. Embora, a produção acumulada de petróleo tenha aumentado, o *brent* apresentou variação negativa de 44,2% sendo o grande responsável pela queda na arrecadação de petróleo, ainda que com a *tasa de câmbio* acrescida de 20,2% no período.

Gráfico 10



- Aplicações Financeiras: no terceiro bimestre, as receitas advindas das aplicações financeiras cresceram 1,9% (+ R\$ 2,74 milhões) e realizaram R\$ 144,92 milhões. As receitas que sofreram acréscimos mais significativos foram as de Remuneração dos Investimentos do RPPS em Renda Fixa e de Remuneração de Depósitos Bancários- Conta Única – Tesouro com acréscimo conjunto de aproximadamente R\$ 29,03 milhões.

Atenuando o acréscimo no resultado bimestral, o desempenho conjunto das receitas de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados e Remuneração de Depósitos Bancários- Conta Centralizadora apresentou queda de aproximadamente R\$ 27,71 milhões.

No acumulado, as aplicações financeiras alcançaram R\$ 397,12 milhões - variação negativa de 1,6% em relação ao mesmo período de 2014 (- R\$ 6,31 milhões) – em grande parte, pelo comportamento positivo e negativo nas contas citadas na análise bimestral.



IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 4.115,26 milhões / + 478,3%
 Acumulado: R\$ 7.785,88 milhões / + 250,9%

Tabela 18

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	711,59	4.115,26	478,3%	2.218,95	7.785,88	250,9%
Receita de Contribuições	261,06	334,25	28,0%	832,08	935,40	12,4%
Receita Agropecuária	0,01	0,00	-59,4%	0,03	0,03	5,5%
Receita Industrial	2,25	3,46	53,5%	52,41	46,63	-11,0%
Receita de Serviços	65,55	69,11	5,4%	179,54	180,23	0,4%
Multas e Juros de Mora	92,39	123,96	34,2%	271,95	341,74	25,7%
Indenizações e Restituições	116,77	112,64	-3,5%	189,83	199,33	5,0%
Dívida Ativa	24,44	20,76	-15,0%	151,30	70,66	-53,3%
Receitas Diversas	149,13	3.451,08	2214,1%	541,81	6.011,85	1009,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

As Demais Receitas Correntes apresentaram acréscimo de 478,3%, (+ R\$ 3.403,67 milhões) no 3º bimestre em relação a 2014, totalizando R\$ 4.115,26 milhões. O desempenho do grupo foi influenciado, em quase sua totalidade, pela alta nas arrecadações de Receitas Diversas (+ R\$ 3.301,95 milhões; + 2.214,1%), influenciada pelo acréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013²⁴ (+ R\$ 3.295,63 milhões).

No acumulado, houve acréscimo de 250,9% (+ R\$ 5.566,92 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 7.785,88 milhões. Esse acréscimo também foi influenciado pela arrecadação de Receitas Diversas (+ R\$ 5.470,04 milhões; + 1.009,6%).

– Receitas de Contribuições: Houve acréscimo de R\$ 73,19 milhões (+ 28,0%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 334,25 milhões no 3º

²⁴ Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013 - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.



bimestre de 2015. As receitas que mais contribuíram para o resultado bimestral foram a Contribuição de Servidor Ativo e Inativo Civil, a Contribuição de Servidor Inativo Militar, a Contribuição Pensionista Civil e Outras Contribuições Previdenciárias que, juntas, acresceram aproximadamente R\$ 52,15 milhões a arrecadação do 3º bimestre de 2015 em comparação ao exercício anterior.

No acumulado, houve acréscimo de 12,4% (+ R\$ 103,32 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 935,40 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, pelas receitas da Contribuição de Servidor Ativo e Inativo Civil, a Contribuição de Servidor Inativo Militar, a Contribuição Pensionista Civil e Contribuição do Servidor Ativo Civil - Lei nº 6.338/2012²⁵ que representaram elevação de aproximadamente R\$ 172,72 milhões. Já Outras Contribuições Previdenciárias influenciaram negativamente o resultado acumulado, apresentando queda de aproximadamente R\$ 55,51 milhões.

– **Receita Industrial:** apresentou acréscimo de R\$ 1,20 milhões (+ 53,5%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total de R\$ 3,46 milhões. Tal acréscimo deve-se, quase totalmente, à arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que registrou variação positiva na receita originada pelo Instituto Vital Brazil (+ R\$ 1,19 milhões) em relação ao 3º bimestre de 2014.

No acumulado, houve redução de R\$ 5,77 milhões (- 11,0%) nesta receita, totalizando uma arrecadação de R\$ 46,63 milhões. A receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, originada no Instituto Vital Brazil SA. - decorrente da produção de medicamentos para atender convênio firmado com o Ministério da Saúde - foi o principal fator que influenciou o decréscimo (- R\$ 5,72 milhões) do resultado dessa fonte de receita. O resultado bimestral, embora tenha sido positivo, ainda não foi capaz de compensar as perdas acumuladas.

²⁵ Lei nº 6.338/2012 - Dispõe sobre o plano de custeio do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio de Janeiro - RPPS/RJ, altera a Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências



– **Receita de Serviços:** apresentou acréscimo de R\$ 3,56 milhões (+ 5,4%), totalizando R\$ 69,11 milhões. Dentre os serviços que mais afetaram positivamente o resultado, em relação ao terceiro bimestre de 2014, temos os Serviços Administrativos prestados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS), os Serviços de Registro do Comércio prestados pela JUCERJA, os Serviços de Processamento de Dados do DETRAN, Serviços de Inscrição em Concursos Públicos prestados pela Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atém de Outros Serviços Financeiros. Já os Serviços Hospitalares e os Serviços Radiológicos e Laboratoriais, também prestados pela Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, exerceram influência negativa sobre o resultado bimestral.

O resultado acumulado apresenta acréscimo de 0,4% (+ R\$ 0,69 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 180,23 milhões. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelo decréscimo das receitas de Serviços Hospitalares e Serviços de Processamento de Dados, que, em conjunto apresentaram queda de aproximadamente R\$ 25,86 milhões, sendo parcialmente compensados por Outros Serviços Financeiros e Serviços Administrativos, Serviços de Inscrição em Concursos Públicos, e Serviços de Registro do Comércio que em conjunto apresentaram uma variação positiva de R\$ 26,39 milhões.

– **Indenizações e Restituições:** apresentou decréscimo de R\$ 4,13 milhões (- 3,5%) em relação ao 3º bimestre de 2014, totalizando R\$ 112,64 milhões. Esse resultado deveu-se, em parte, ao decréscimo da receita oriunda de Restituições de Convênios relacionados ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, do Ressarcimento de Pessoal Cedido da Área de Segurança e de Outras Restituições relativas ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro que, em conjunto reduziram a arrecadação em aproximadamente R\$ 6,50 milhões. Tal resultado foi atenuado pela variação positiva de R\$ 2,32 milhões na arrecadação em Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios Previdência dos Servidores e de Indenizações por danos causados ao ambiente.

No acumulado, houve uma variação positiva de 5,0% (+ R\$ 9,50 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2014,



totalizando R\$ 199,33 milhões arrecadados. Tal arrecadação foi suportada por Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios Previdência dos Servidores e de Indenizações por danos causados ao ambiente, Ressarcimento de Pessoal Cedido-Área de Segurança e Restituições de Convênios relacionados ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro e ao DETRAN-RJ que, em conjunto sofreram um acréscimo aproximado de R\$ 24,21 milhões. Em contrapartida, as receitas de Outras Restituições relativas ao Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro apresentaram redução de R\$ 13,97 milhões, atenuando o acréscimo de receita no acumulado.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve acréscimo de 34,2% (+ R\$ 31,57 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 123,96 milhões arrecadados. Em grande parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo de Multas e Juros de Mora relativas ao ICMS e ao IPVA e, em menor intensidade, pela arrecadação de Multas Previstas na Legislação de Trânsito que, juntas, arrecadaram aproximadamente R\$ 30,07 milhões.

A receita de Dívida Ativa apresentou decréscimo (- 15,0%; - R\$ 3,68 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2014, alcançando R\$ 20,76 milhões, em grande parte pelo decréscimo da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram acréscimo (+ 25,7%; + R\$ 69,79 milhões) em relação a 2014, impactado pelas mesmas receitas que figuraram no resultado bimestral, sendo responsáveis, aproximadamente, por R\$ 66,51 milhões arrecadados.

A receita da Dívida Ativa apresentou uma queda de 53,3% (- R\$ 80,64 milhões), principalmente influenciada pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS. Há que se acrescentar que a Receita de Dívida Ativa estava elevada em seus patamares



normais, dada a realização do REFIS²⁶ e de recebimento de receita de grande vulto em 2013 e 2014, respectivamente.

- Receitas Diversas: houve acréscimo de 2.214,1% (+ R\$ 3.301,95 milhões) na arrecadação das Receitas Diversas em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 3.451,08 milhões arrecadados no bimestre. O comportamento foi influenciado pelo acréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013²⁷ (+ R\$ 3.180,00 milhões).

No Acumulado houve acréscimo de 1.009,6% (+ R\$ 5.470,04 milhões), totalizando R\$ 6.011,86 milhões, influenciados, da mesma forma que no resultado bimestral, pelo acréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013 (+ R\$ 5.450,00 milhões).

²⁶ **REFIS:** Programa de Recuperação Fiscal, que estabelece procedimentos relativos ao parcelamento e à utilização de saldos credores acumulados do ICMS para liquidação de débitos tributários de ICM e ICMS, inscritos ou não em dívida ativa de que trata o Decreto n.º 44.780/14.

²⁷ **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$967,61 milhões / +6,0%
 Acumulado: R\$ 3.023,46 milhões / - 1,9%

Tabela 19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	912,67	967,61	6,0%	3.082,63	3.023,46	-1,9%
Transf da União	516,15	537,83	4,2%	1.665,87	1.670,65	0,3%
FPE	196,76	219,07	11,3%	596,38	642,48	7,7%
IPI exp	134,89	119,54	-11,4%	386,68	367,23	-5,0%
IOF	0,00	0,02	937,7%	0,02	0,04	129,2%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	5,92	0,40	-93,3%
SUS	91,83	104,26	13,5%	337,44	314,78	-6,7%
Salário Educação	64,74	67,81	4,7%	224,03	269,24	20,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	35,74	42,89	20,0%
Outras Transf. da União	13,64	12,85	-5,8%	79,66	33,59	-57,8%
FUNDEB	388,95	421,96	8,5%	1.343,80	1.327,03	-1,2%
Convênios	7,57	7,80	3,1%	72,91	25,71	-64,7%
Outras Transf. Corr.	0,01	0,02	299,7%	0,05	0,07	42,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

As Receitas de Transferências apresentaram crescimento bimestral de 6,0% (+ R\$ 54,94 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2014. O crescimento é derivado das transferências referentes ao FUNDEB, que apresentaram variação positiva de R\$ 33,01 milhões no período (+ 8,5%).

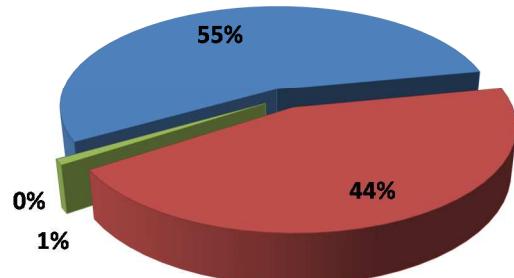
No acumulado, as Receitas de Transferências totalizaram R\$ 3.023,46 milhões, o que representou um decrescimento de 1,9% (- R\$ 59,17 milhões) em relação ao ano passado. A redução se deve à redução da receita de Convênios no valor de 47,20 milhões (- 64,7%) e por conta, também, das receitas relativas às Outras Transferências da União, que apresentaram uma redução de 46,07 milhões (-57,8%).



Gráfico 11

Composição da Receita de Transferências Acumulado 2015

■ Transf da União ■ FUNDEB ■ Convênios ■ Outras Transf. Corr.



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 16/07/2015

IV.I.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no 3º bimestre de 2015, registraram aumento de 4,2% (+R\$ 21,68 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. O acréscimo dos repasses do FPE e do SUS esclarece o resultado positivo bimestral desta conta. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

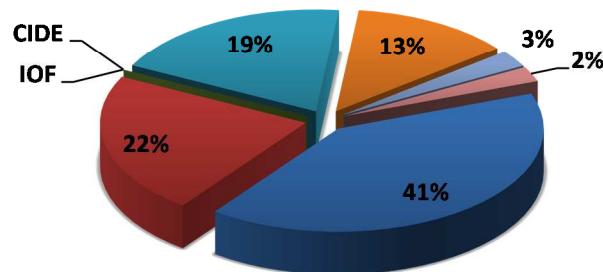
No acumulado, o crescimento de R\$4,78 milhões (+ 0,3%) tornou-se possível pelo desempenho do FPE e das transferências do Salário Educação, ainda que houvesse queda das Outras Transferências da União, dos repasses do SUS e da conta relativa à IPI-Exportação, em comparação ao acumulado de 2014.

Gráfico 12

Transferências da União

3º Bimestre 2015

■ FPE
■ IOF
■ SUS
■ Lei Kandir
■ IPI exp
■ CIDE
■ Salário Educação
■ Outras Transf. da União



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 16/07/2015



– **FPE²⁸**: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação do IR. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O desempenho do 3º bimestre dos recursos do FPE superou, em R\$ 22,31 milhões (+11,3%) o mesmo bimestre de 2014. Tal fato é consequência do crescimento das receitas de Imposto de Renda, na conta do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, em especial na rubrica Rendimentos de Capital, fruto dos acréscimos nominais da arrecadação incidente sobre os fundos e aplicações de renda fixa, bem como operações de swap. Ademais, houve crescimento nos Rendimentos de Residentes no Exterior, reflexo do aumento na arrecadação nos itens “Rendimentos do trabalho de residentes no exterior”, “Juros sobre o capital próprio” e “Juros e comissões em geral”.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 46,10 milhões (+ 7,7%) é, da mesma forma, fruto do desempenho do Imposto de Renda. Esse aumento é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual, no IRRF-Rendimentos de Capital, em grande parte motivada pela arrecadação do imposto incidente sobre fundos de renda fixa, operações de swap e aplicações de renda fixa. Também se destaca positivamente a arrecadação do IRRF- Rendimentos de Residentes no Exterior, na receita oriunda de rendimentos do trabalho de residentes no exterior.

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI sejam distribuídas para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e

O aumento bimestral na arrecadação do Imposto de Renda justifica o desempenho do FPE, compensando a queda de arrecadação no IPI.

A redução no volume de vendas em vários resultou na queda de receita do IPI-Exportação 2015.

²⁸ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de maio e junho de 2015, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/maio2015/analise-mensal-mai-2015.pdf> <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/junho-2015/analise-mensal-jun-2015.pdf>



divulgar os coeficientes de participação dos Estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transfere_nncias

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 11,4% (- R\$ 15,35 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da redução na arrecadação nos itens: IPI Bebidas, resultado da alteração da sistemática de apuração em função da Lei 13.097/15, IPI Automóveis, decorrente da redução no volume de vendas e IPI Outros, consequência do decréscimo na produção industrial.

O acumulado apresentou queda de 5,0% (- R\$ 19,45 milhões), pelo mesmo motivo citado anteriormente.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

No acumulado, o valor recebido de R\$ 0,4 milhão é residual.

- LEI KANDIR: Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. No terceiro bimestre de 2015, a transferência da Lei Kandir apresentou o mesmo valor obtido no mesmo bimestre do ano anterior, R\$ 14,30 milhões.



No acumulado, houve variação positiva de 20,0% (+ R\$ 7,15 milhões), que é justificada pela ausência de repasse no mês de março de 2014 pela União.

-SUS: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²⁹ fixo³⁰ e PAB variável³¹) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram aumento bimestral de R\$ 12,43 milhões (+ 13,5%). Tal aumento evidencia-se na Rede de Teto Estadual.

Apesar do aumento bimestral, o acumulado ainda apresenta decrescimento de R\$ 22,66 milhões (- 6,7%), derivado, principalmente, à redução no repasse de transferências para o bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 12,85 milhões no bimestre, esta receita apresentou decrescimento de 5,8% (- R\$ 0,79 milhão) em relação ao mesmo período de 2014. A redução justifica-se pela queda nas Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro

²⁹ PAB: Piso de Atenção Básica

³⁰ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

³¹ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.



Direto na Escola, para custear o Programa Nacional de Merenda Escolar.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 33,59 milhões, esta receita apresentou decrescimento de 57,8% (- R\$ 46,07 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A redução justifica-se no repasse do Auxílio Financeiro aos Estados (FEX) 2013, repassado ao ERJ em janeiro de 2014, distorcendo a base de comparação desta conta.

- FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O aumento das receitas do FUNDEB no bimestre (+8,5% / + R\$ 33,01 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo, que apresentou acréscimo neste período citado, resultando na arrecadação de R\$ 421,96 milhões desse Fundo.

No acumulado, o decrescimento de R\$ 16,77 milhões (- 1,2%) no resultado é derivado da composição do ICMS nas receitas do fundo no primeiro semestre de 2015, uma vez que houve queda no dois primeiros bimestres do ano na contribuição deste imposto.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 7,80 milhões, apresentando crescimento de 3,1% (+ R\$ 0,23 milhão) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. O aumento deriva-se da conta Outras Transferências de Convênios da União. Para correta análise, deve-se destacar que esta conta, em especial o convênio com o INMETRO, apresentou, em junho de 2014, um estorno no valor de R\$ 3,36 milhões. Há que se considerar, ainda, que o convênio relativo à Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro sob a conta Transferência de Convênio apresentou variação positiva atípica no valor de R\$ 3 milhões no 3º bimestre de 2015.



Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decrescimento de R\$ 47,20 milhões (- 64,7%). Esse resultado explica-se com o desempenho das contas Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Educação, com destaque para o Fundo Nacional de Saúde e Outras Transferências de Convênios da União, nesta destacando-se repasses da Caixa Econômica Federal e Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.



IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 1.070,13 milhões / -70,5%
 Acumulado: R\$ 1.755,61 milhões / -76,2%

Tabela 20

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS DE CAPITAL	3.627,52	1.070,13	-70,5%	7.370,36	1.755,61	-76,2%
Operações de Crédito	166,33	969,77	483,0%	3.734,42	1.429,70	-61,7%
Alienação de Bens	3.376,44	0,84	-100,0%	3.376,44	2,93	-99,9%
Amortiz. de Empréstimos	43,28	60,44	39,7%	133,81	177,11	32,4%
Transf. de Capital	41,42	39,07	-5,7%	125,64	145,87	16,1%
Outras Rec. de Capital	0,05	0,00	0,0%	0,05	0,00	0,0%

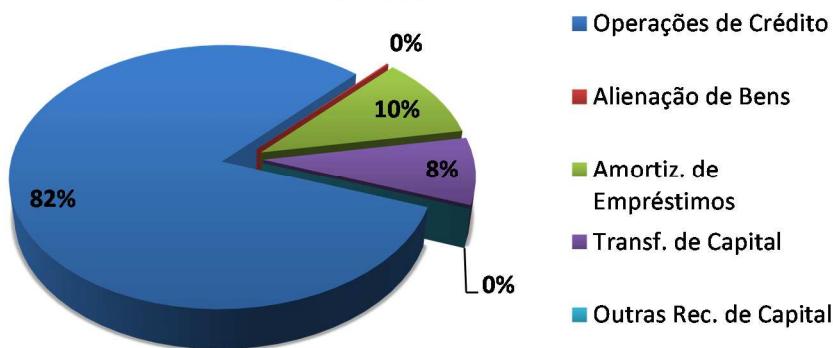
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/07/2015.

As Receitas de Capital apresentaram recuo bimestral de 70,5% (-R\$ 2.557,39 milhões), em relação ao mesmo período de 2014, devido à redução em Alienações de Bens no montante de R\$ 3.375,60 milhões.

Gráfico 13

Composição das Receitas de Capital

3º Bimestre 2015



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 16/07/2015



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: O aumento de 483,0% (+ R\$ 803,44 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado é decorrente do aumento das Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo destinadas ao financiamento (BNDES) do Adicional da Linha 4 do Metrô.

O resultado acumulado representa uma redução de 61,7% (- R\$ 2.304,72 milhões) em relação ao acumulado de 2014. Esse desempenho é resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar os programas Pró – Cidades II do BB e da fase II da Linha 4 do Metrô (BNDES).

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de R\$ 3.375,60 milhões (-100,0%). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro, atípico, da receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014, no valor de R\$ 3.371,00 milhões.

No acumulado, essa conta apresentou decrescimento de 99,9% (- R\$ 3.373,51 milhões). Esse resultado é explicado pelo mesmo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA já citado anteriormente.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital demonstram redução bimestral 5,7% (- R\$ 2,35 milhões). Esse decréscimo é explicado pela redução dos repasses nas Transferências de Outros Convênios dos Municípios, especificamente na conta do Município do Rio de Janeiro.

No entanto, o resultado acumulado apresenta crescimento, encerrando o semestre com arrecadação de R\$ 145,87 milhões (+ 16,1%), R\$ 20,23 milhões a mais que o arrecadado no primeiro semestre do ano anterior. Esse resultado é decorrente das Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes -Dnit.



AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 39,7% (+ R\$ 17,16 milhões) no bimestre. O aumento bimestral justifica-se na conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMF), que estava zerada no terceiro bimestre de 2014. Anteriormente, os recursos do FREMF eram transferidos diretamente ao RIOPREVIDÊNCIA, por determinação do decreto 42.753 de 20 de dezembro de 2010. A partir de novembro de 2014, este procedimento foi alterado e, novamente, o FREMF passou a comportar suas próprias receitas.

O aumento do resultado acumulado de 32,4% (+ R\$ 43,30 milhões) apresentado nesta receita se justifica pelo mesmo motivo apontado anteriormente.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Tabela 21 – Execução da Despesa Total

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A JUN								RS Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	69.015	1.120	67.895	32.799	29.717	
	DESPESA INTRA	2.977	3.037		3.037	2.096	2.049	
	DESPESA TOTAL	70.559	72.052	1.120	70.931	34.895	31.766	
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	74.512	8.668	65.844	29.045	26.471	
	DESPESA INTRA	3.855	3.181	94	3.087	2.517	2.481	
	DESPESA TOTAL	75.350	77.693	8.762	68.931	31.562	28.952	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.020		6.020	4.578	2.615	
	DESPESA INTRA	587	670		670	554	487	
	DESPESA TOTAL	6.530	6.690		6.690	5.131	3.102	
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.881		6.881	4.391	2.953	
	DESPESA INTRA	608	641		641	416	395	
	DESPESA TOTAL	7.451	7.522		7.522	4.806	3.348	
2014	FUNDEB (Conta redutora)							2.829
2015								2.824

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

A Tabela 21 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo.

Inicialmente, ao Poder Executivo fora autorizado na LOA R\$ 75,35 bilhões em despesas. Ao final do 3º bimestre, após as alterações orçamentárias, decorrentes em grande parte de Operações de Crédito (+1,35 bilhão), a dotação alcançou R\$ 77,69 bilhões. Deste valor, R\$ 8,76 bilhões (11,3%) encontram-se contingenciados, medida que vislumbra orientar as despesas orçamentárias à nova ao novo panorama macroeconômico da federação. O montante de despesas empenhadas pelos órgãos do Poder Executivo alcançaram R\$ 31,56 bilhões (45,79% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a dotação inicial era de R\$ 7,45 bilhões. Atualmente, a dotação é de R\$ 7,52 bilhões. Boa parte do orçamento



já foi empenhado (R\$ 4,81 bilhões, ou seja, 63,90% do orçamento disponível).

V.II Créditos Adicionais

A Tabela 22 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados, dentre outras formas, por meio de Convênios e Operações de Crédito.

Até o terceiro bimestre, aproximadamente R\$ 2,41 bilhões foram integrados ao orçamento por meio de créditos adicionais.

Numa análise por função governamental, conforme demonstrado, o maior acréscimo ocorreu na Segurança Pública (R\$ 1,06 bilhão), dos quais R\$ 922 milhões foram por meio de recursos do Tesouro e R\$ 133 milhões de Demais Fontes. Dentro da área, R\$ 848,66 milhões foram alocados na ação Pessoal e Encargos Sociais (folha de pessoal) e R\$ 126,43 milhões na manutenção das atividades Operacionais e Administrativas.

Outra função que teve destaque no período foi a Transporte: acréscimo de R\$ 892 milhões por conta de superávit de Operações de Crédito dos quais R\$ 708 milhões foram alocados na melhoria do sistema metroviário estadual. Ainda na função, dos R\$ 72 milhões acrescidos em Demais Fontes, aproximadamente R\$ 36,58 milhões foram destinados para atividades administrativas e R\$ 22,24 milhões para reforma das unidades do DETRO.

Por fim, a função Administração também apresentou acréscimo. No período, R\$ 535 milhões foram alocados nesta área administrativa. Por meio de recursos do Tesouro, R\$ 140,18 milhões foram alocados para pagamentos de benefícios assistenciais e R\$ 88,51 milhões para pensionistas e aposentados. Já por meio de Demais Fontes, R\$ 63,42 foram acrescidos para suportar o pagamento de depósitos judiciais.

Tabela 22 – Alterações Orçamentárias

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A JUN 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	R\$ Milhões CRÉDITOS ADICIONAIS
Segurança Pública	Tesouro	922
	Demais Fontes	133
Transporte	Operações de Crédito	795
	Demais Fontes	97
Administração	Tesouro	468
	Demais Fontes	66
SUBTOTAL		2.481
OUTRAS DEMANDAS		-67
TOTAL		2.413

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.



V.III Despesas por Fonte de Recursos

Neste primeiro semestre, observou-se um decréscimo de R\$ 2,91 bilhões no total da despesa realizada frente ao mesmo período do exercício anterior.

A queda de 9,0% entre os anos demonstra o momento econômico do estado. Em virtude do atual cenário financeiro, o Governo procurou realizar suas despesas de forma cautelosa nesses primeiros seis meses. O contingenciamento realizado – medida de segurança adotada pelo Poder Executivo para ajustar o orçamento ao novo panorama macroeconômico – contribuiu para o decréscimo constatado.

Observando a Tabela 23, pode-se identificar um menor comprometimento das despesas feitas pelo ERJ a partir de recursos do Tesouro: queda de 18,9% em relação a 2014 em reflexo do desempenho da arrecadação neste ano. Ainda assim os Recursos Provenientes de Impostos (FR 00) continuam sendo responsáveis por grande parte da realização da despesa (os R\$ 10,99 bilhões de despesas realizadas representam 60,7% do total feito com recursos do Tesouro).

As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes (Não Tesouro) totalizaram R\$ 11,31 bilhões no ano, crescimento de 13,3% (+R\$ 1,33 bilhão) frente a 2014. Do total de despesas realizadas com tais fontes, R\$ 8,93 bilhões foram asseguradas a partir de recursos da FR 10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta), principal responsável do total da despesa financiada por recursos de Outras Fontes: no grupo, representam 79,0% do total realizado. As despesas financiadas com os recursos do FUNDEB (FR 15) também apresentaram expressivo destaque no período: R\$ 1,42 bilhão. Aumento de 5,7%, (+R\$ 76,02 milhões) que foram aplicados na Rede Estadual de Ensino.

O Gráfico 14 e o Gráfico 15 ilustram a participação das Fontes de Recursos que compõem os dois grupos (Tesouro e Outras Fontes).

Tabela 23 – Despesas por Fonte de Recursos

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA POR FONTE DE RECURSO		
	JAN - JUN 2014	JAN - JUN 2015	Variação %
RECURSOS DO TESOURO	22.351	18.116	-18,9%
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	16.241	10.995	-32,3%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	162	375	131,6%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.581	1.068	-32,5%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	146	169	15,7%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	533	926	73,7%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	475	505	6,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	2.215	2.115	-4,5%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	917	1.082	18,0%
DEMAIS FONTES*	80	880	1005,5%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	9.982	11.309	13,3%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	7.424	8.928	20,3%
CONVÉNIOS**	453	269	-40,6%
FUNDEB (FR 15)	1.342	1.418	5,7%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	389	266	-31,7%
DEMAIS FONTES***	374	427	14,4%
TOTAL	32.332	29.424	-9,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

** Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

*** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99

Gráfico 14 - Fontes Tesouro

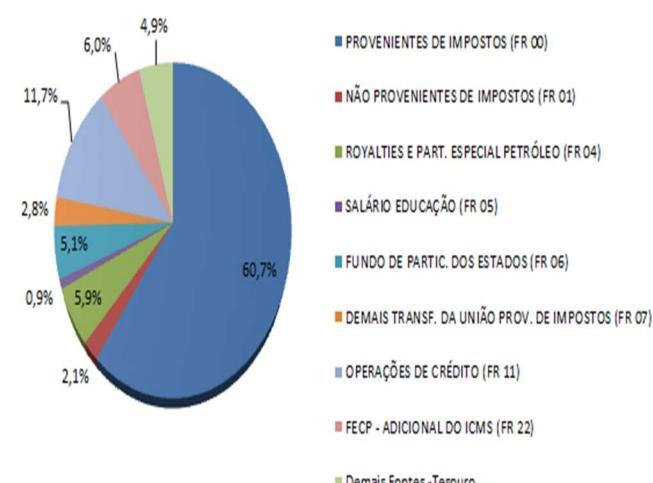
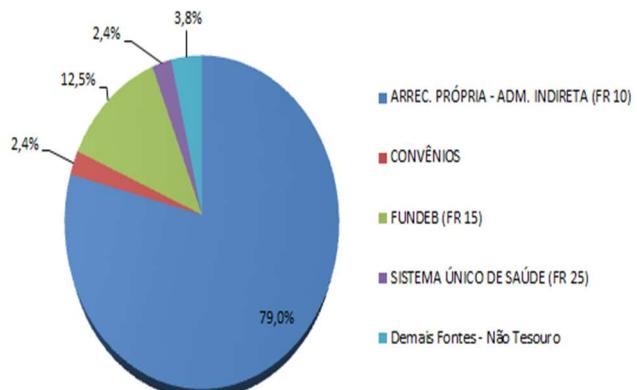


Gráfico 15 – Outras Fontes





V.IV Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da categoria econômica e do grupo de despesa, proporcionando melhor visibilidade das ações executadas pelo governo do Estado.

A Tabela 24 – Despesas por Grupo apresenta a relação entre os dados apurados neste 3º bimestre e no acumulado com os averiguados em 2014, distribuindo as despesas por grupo – entre custeio e capital.

Tabela 24 – Despesas por Grupo

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	MAI A JUN			JAN A JUN			R\$ Milhões
		2014	2015	Variação %	2014	2015	Variação %	
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.916	3.212	10,2%	8.514	9.573	12,4%	
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.249	2.461	9,5%	6.491	7.334	13,0%	
	1.2 - OUTROS PODERES	668	751	12,5%	2.023	2.239	10,7%	
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	613	740	20,7%	1.569	1.773	13,0%	
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.661	4.777	-15,6%	17.780	13.750	-22,7%	
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.006	2.284	13,8%	4.940	5.362	8,5%	
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.777	1.992	12,1%	4.397	4.681	6,5%	
	3.1.2 - OUTROS PODERES	229	292	27,3%	543	681	25,5%	
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.155	2.493	15,7%	6.399	7.384	15,4%	
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.500	1.549	3,3%	6.441	6.238	-3,2%	
CAPITAL	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)			0,0%	1.200	1.005	-16,3%	
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.500	1.549	3,3%	5.240	5.233	-0,1%	
	TOTAL CORRENTE	9.190	8.729	-5,0%	27.863	25.097	-9,9%	
	4 - INVESTIMENTOS	1.211	1.084	-10,5%	2.796	2.502	-10,5%	
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.180	1.069	-9,4%	2.746	2.469	-10,1%	
	4.2 - OUTROS PODERES	31	15	-52,1%	49	33	-33,8%	
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	17	3	-80,8%	34	9	-71,7%	
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	559	554	-1,0%	1.640	1.816	10,7%	
	TOTAL CAPITAL	1.787	1.641	-8,2%	4.470	4.328	-3,2%	
	TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)	10.977	10.369	-5,5%	32.332	29.424	-9,0%	
Despesas Intraorçamentárias		212	211	-0,4%	2.536	2.876	13,4%	
TOTAL GERAL		11.189	10.581	-5,4%	34.868	32.300	-7,4%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 16/07/2015

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, grupo formado pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – esta composta pelos gastos com inativos/pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e com o custeio da



máquina – foi responsável por 85,3% (R\$ 25,09 bilhões) do total liquidado nesse primeiro semestre.

As Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 4,32 bilhões, representando 14,7% do total liquidado pelo estado até o momento.

Cabe destacar que as despesas intraorçamentárias estão excluídas da análise realizada.

Numa análise geral, pode-se observar que a despesa liquidada pelo ERJ com Inativos e Pensionistas registrou crescimento de 15,4% no acumulado (+R\$ 984,05 milhões), em virtude, basicamente, do gasto com inativos da área da segurança e educação além do pagamento de pensionistas realizado pelo Rioprevidência.

As despesas com as Transferências Obrigatorias requereram R\$ 6,23 bilhões até junho (queda de 3,2% frente a 2014). Os Encargos com a União apresentou forte retração de 16,3% enquanto que os repasses assegurados constitucionalmente aos municípios reduziram 0,1%. Vale ressaltar que os dados apurados quanto às Transferências aos Municípios sofreram modificação nesse exercício: antes eram feitos por meio de despesa do ERJ, passando à contabilização via contas redutoras das receitas. Isso implica dizer que para fins de comparação frente ao ano de 2014, tais informações foram extraídas do núcleo da receita do estado, não estando registradas, sua execução, nas despesas realizadas.

No Custo, gastos oriundos de manutenção dos órgãos e com principais programas estratégicos de Governo, foram gastos R\$ 5,36 bilhões: aumentos de 13,8% (+R\$ 277,57 milhões) no bimestre e de 8,5% (+R\$ 422,34 milhões) no acumulado.

Em relação ao nível de Investimentos realizados, os dados contábeis indicam queda de 10,5% (-R\$ 293,33 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2014. A redução dessas despesas pode ser justificada pelo comportamento mais modesto da arrecadação neste primeiro semestre do ano. Até o momento foram liquidados R\$ 2,50 bilhões em despesas do grupo. Os recursos gastos foram aplicados em importantes obras como a implantação de novas linhas metroviárias (R\$ 1,46 bilhão), melhoria no sistema de transporte ferroviário (R\$ 206,07 milhões), e no apoio ao desenvolvimento dos municípios (R\$ 98,39 milhões). Juntas, essas ações requereram 70,5% do total liquidado.



No tocante à Amortização da Dívida, as despesas registradas exibiram variação positiva de 10,7%, ou seja, +R\$ 175,69 milhões, resultado da variação da arrecadação tendo em vista que o pagamento baseia-se na aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real (RLR) - Lei Federal nº 9.496/97.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

➤ Despesas de pessoal

A Tabela 25 - Despesas de Pessoal Principais Áreas examina as despesas com pessoal em relação às áreas de prioridade do ERJ. No acumulado foram liquidados R\$ 9,57 bilhões, montante esse superior em 12,4% (+R\$ 1,05 bilhão) ao do mesmo período de 2014. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 2,52 bilhões), o valor alcança o patamar de R\$ 12,09 bilhões, com incremento de 13,6% reflexo dos gastos com obrigações patronais a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

No âmbito geral o aumento da despesa de pessoal é influenciado pelo incremento de 14,6% concedido aos servidores estaduais que recebem o piso salarial, uma vez que o menor salário do ERJ não pode ser menor que o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

As principais áreas que apresentam maior representatividade no dispêndio foram: Segurança Pública, Educação, Ciência e Tecnologia, Defesa Civil e Saúde. Juntas, esses setores foram responsáveis pela execução de R\$ 5,59 bilhões (58,4% dos gastos realizados no acumulado do ano desconsideradas as despesas intraorçamentárias).

A elevação das despesas na área da Segurança (8,4%; +R\$ 174,06 milhões) e na Defesa Civil (17,3%; +R\$ 97,36 milhões) é oriunda, em parte, da concessão do auxílio moradia (Lei Estadual Nº 6.162/2012) e do reajuste de 11,8% do soldo. Somados, esses benefícios resultaram numa ampliação, frente a 2014, de 3,91% (+R\$ 23,89 milhões), conforme detalhado na Tabela 26 - Principais Gratificações nas áreas da Segurança e Defesa Civil. Além das gratificações mencionadas, o

Tabela 25 - Despesas de Pessoal Principais Áreas

ÓRGÃO	MAI A JUN		VARIAÇÃO %	JAN A JUN		VARIAÇÃO %
	2013	2014		2013	2014	
Segurança Pública	729	646	-11,4%	2.079	2.253	8,4%
Educação	468	501	7,1%	1.349	1.480	9,8%
Ciência e Tecnologia	220	246	11,6%	580	702	20,9%
Defesa Civil	188	220	16,9%	563	660	17,3%
Saúde	50	163	223,7%	484	495	2,3%
DEMAIS ÁREAS	1.261	1.437	14,0%	3.459	3.983	15,1%
SUBTOTAL	2.916	3.212	10,2%	8.514	9.573	12,4%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	84	151	80,2%	2.136	2.522	18,1%
TOTAL GERAL	3.000	3.363	12,1%	10.650	12.095	13,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

Tabela 26 - Principais Gratificações nas áreas da Segurança e Defesa Civil

Detalhamento da Despesa	JAN - JUN		Variação %
	2014	2015	
Soldo	294.393.737	333.725.679	13,36%
Auxílio Moradia	316.449.019	301.009.993	-4,88%
	610.842.756	634.735.672	3,91%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.



crescimento das despesas na área da Segurança tem origem na admissão dos 79 peritos criminais, agentes empossados no intuito de reforçar o corpo técnico da Polícia Civil e de aprimorar o trabalho que está sendo executado, nas gratificações concedidas aos policiais que desempenham suas funções e cumprimem as metas na nova divisão geográfica (RISP), no aumento financeiro dado aos policiais militares que trabalham em prefeituras/concessionárias de serviço público/órgãos de administração direta durante seu horário de folga (PROES), e pelo auxílio disponibilizado aos servidores que prestarem serviços em programas específicos (RAS).

Na área da Educação foram executados R\$ 501,13 (+7,1%, ou seja, +R\$ 33,23 milhões) no bimestre e R\$ 1,48 bilhão no acumulado do ano (+9,8%, ou seja, +131,75 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Reflexo direto da valorização dos servidores da educação através da elevação de 9% da folha salarial dos servidores da educação além dos reajustes do auxílio transporte em 25%, do auxílio qualificação, do crescimento em 10% da gratificação de difícil provimento e da gratificação de agente de pessoal (+ 1.000%).

O ERJ é o ente que paga o maior salário para docentes entre as redes estaduais do país. Enquanto o piso nacional é de R\$ 1.917,78 (R\$ 11,98 a hora/aula), o governo tem pago R\$ 18,42 a hora/aula (iniciais de R\$ 2.948,33 para 40h; R\$ 2.211,25 para 30h e R\$ 1.179,35 para 16h).

Na área de Ciência e Tecnologia foram gastos no bimestre R\$ 245,93 milhões (+11,6%; ou seja; +R\$ 25,51 milhões) e R\$ 701,59 milhões (+20,9%, ou seja, 121,28 milhões) no acumulado conforme demonstrados na Tabela 27. Destaque para a FAETEC que executou R\$ 328,15 milhões no ano, valor esse justificado pela aprovação do novo plano de cargos e salários (Lei nº 6.720 de 24 de Março de 2014), e para a execução de R\$ 297,47 milhões registrada pela UERJ (crescimento de 26,6%; +R\$ 62,53 milhões) em função do novo plano de Regime de Trabalho com Dedicação Exclusiva do corpo docente do quadro permanente (Lei nº 6.328/2014), aderido por 1.023 docentes, e pela reestruturação do plano de cargos e salários dos servidores técnico-administrativos (Lei nº 6.701/2014).

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 3,98 bilhões, registrando variação positiva de 15,1% (+R\$ 523,980 milhões) no ano frente a 2014, justificado pelo crescimento dos vencimentos base dos agentes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Assembléia Legislativa.



Tabela 27 - Detalhamento das despesas da área Ciência e Tecnologia

Unidade Orçamentária	2014	2015	VAR %	Diferença
FAETEC	281.513.374	328.151.309	16,6%	46.637.936
UERJ	234.941.358	297.471.839	26,6%	62.530.480
UENF	38.927.999	47.971.086	23,2%	9.043.087
CECIERJ	6.755.549	9.129.093	35,1%	2.373.544
UEZO	8.276.593	7.397.363	-10,6%	-879.229
FENORTE	3.521.538	4.751.554	34,9%	1.230.016
SECT	3.866.224	3.536.093	-8,5%	-330.131
FAPERJ	2.507.019	3.190.576	27,3%	683.557
Total Geral	580.309.653	701.598.913	20,9%	121.289.260

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.



➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 28 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado no 3º bimestre e no acumulado frente aos mesmos períodos de 2014.

Agrupando as principais ações de áreas finalísticas e o custeio dos demais Poderes, o acumulado de 2015 apresentou uma despesa de R\$ 5,36 bilhões (R\$ 2,28 bilhões apenas no 3º bimestre). Nesse subtotal, não estão incluídos os gasto de custeio com Inativos/Pensionistas, Transferências aos Municípios e Despesas Intra-orcamentárias.

Em sua totalidade, as despesas do grupo contabilizaram R\$ 14,10 bilhões, queda de 22,42% (-R\$ 4,07 bilhões) comparativamente ao mesmo período de 2014.

Tabela 28 - Outras Despesas Correntes

AÇÕES	MAI - JUN		Variação %	JAN - JUN		Variação %	RS Milhares
	2014	2015		2014	2015		
Principais Ações de Saúde *	288.490	505.081	75,1%	788.307	987.265	25,24%	
Demais Poderes	229.226	291.889	27,3%	542.715	681.250	25,53%	
Bilhete Único	109.436	108.098	-1,2%	272.956	300.164	9,97%	
Renda Melhor + Aluguel Social	50.355	46.659	-7,3%	152.556	150.599	-1,28%	
Nutrição Escolar	65.555	45.468	-30,6%	106.875	101.248	-5,26%	
Alimentação dos Apenados e Custodiados	25.147	28.274	12,4%	91.685	81.257	-11,37%	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	7.849	15.084	92,2%	36.515	44.001	20,50%	
Demais Desp. Custeio	1.230.427	1.243.502	1,1%	2.948.071	3.016.235	2,31%	
Subtotal CUSTEIO	2.006.486	2.284.055	13,8%	4.939.680	5.362.020	8,55%	
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.154.570	2.492.578	15,7%	6.399.481	7.383.534	15,38%	
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.499.705		-100,0%	6.440.734	1.004.631	-84,40%	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	128.484	60.706	-52,8%	399.762	354.008	-11,4%	
TOTAL	5.789.245	4.837.339	-16,4%	18.179.657	14.104.193	-22,42%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Própr por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde Privado.

** As Transferências aos Municípios estão sendo contabilizadas por contas retificadoras (No Bimestre R\$1,54 bilhão e no Acumulado R\$ 5,23 bilhões)

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram R\$ 987,26 milhões, elevação de 25,2%, em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais (OS).

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 300,16 milhões, variação positiva de quase 10% (+R\$ 27,2



milhões) em relação a 2014. O aumento ocorreu dado à elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas, iniciado em março de 2014, além do aumento no número de usuários. Desta forma, houve a necessidade de aumentar o repasse feito à Riocard de R\$ 10 milhões para 12 milhões semanais.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílio financeiro á população economicamente menos favorecida, registraram execução de R\$ 150,60 milhões no semestre (variação negativa de 1,28% em relação a 2014). De forma global, juntos, os programas têm apresentado estabilidade em seus gastos.

Tanto em uma análise do 3º bimestre quanto no acumulado, o programa de Nutrição Escolar apresentou redução. No bimestre, houve uma diminuição de R\$ 20,08 milhões (-30,6%). Contudo, o programa continua sendo o maior gasto da função educação, excluídos os Encargos Sociais de Pessoal.

Apesar da queda na execução do programa Alimentação dos Apenados e Custodiados (redução de R\$ 10,43 milhões de despesas feitas no acumulado frente a 2014), a ação representa mais de 75% das despesas feitas pela Secretaria de Administração Penitenciária.

Por fim, o programa de Apoio a Pesquisadores e Estudantes apresentou aumento de 20,5% (+R\$ 7,49 milhões) nas despesas do ano. A ação é responsável por 41,6% das despesas liquidadas da FAPERJ.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 29 apresenta as principais execuções do Governo do ERJ em Investimentos e Inversões Financeiras no exercício.

Nos primeiros seis meses, o projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias representou 58,1% do total dos gastos realizados pelo Estado. R\$ 1,46 bilhão foi executado, sinalizando um acréscimo significativo de 15,5% frente 2014 (+R\$ 195,93 milhões de despesas feitas nesse ano). O projeto contempla as obras da implantação da Linha 4 do metrô. A nova rede, segundo cálculos, irá transportar a partir de 2016 mais de 300 mil pessoas por dia, retirando

Até o 3º Bimestre de 2015, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 14,1 bilhões: um decréscimo de R\$ 4,07 bilhões (-22,42%) frente ao apurado no mesmo período de 2014.

Tabela 29 - Investimentos e Inversões Financeiras do Estado

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A JUN		Em R\$ Milhares
	2014	2015	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	1.262.510	1.458.436	15,5%
Melhoria no Sistema de Transp Ferroviário	3.460	206.067	5855,0%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	40.295	98.394	144,2%
Implementação do Arco Metropolitano	211.002	88.997	-57,8%
Abastecimento de Água	94.582	86.641	-8,4%
SUBTOTAL	1.611.849	1.938.535	20,3%
DEMAIS AÇÕES	1.217	573	-52,9%
TOTAL	2.829.120	2.511.712	-11,2%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



das ruas cerca de 2 mil veículos por hora/pico. Com a nova linha, o passageiro poderá utilizar todo o sistema metroviário da cidade com uma única tarifa, deslocando-se da Barra da Tijuca à Pavuna. O projeto é o maior legado em transporte que a população do Rio de Janeiro ganhará com os Jogos Olímpicos. Após passar por uma fase de testes, a Linha 4 entrará em operação no primeiro semestre de 2016 quando estarão funcionando as estações Nossa Senhora da Paz, Jardim de Alah, Antero de Quental, São Conrado e Jardim Oceânico. Essa última está em fase de acabamento e será uma estação multimodal contendo integração entre o Metrô e o BRT TransOeste. A estação Gávea teve o projeto alterado para ampliar a possibilidade de futuras expansões da malha metroviária. As obras avançam também na ponte estaiada sobre o canal da Barra da Tijuca, único trecho onde os trens da linha 4 poderão ser vistos.

No tocante à ação Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário, projeto que busca oferecer mais conforto e segurança aos passageiros de trem bem como atender aos padrões definidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), o ERJ tem promovido intervenções (obras de reforma e modernização) em seis estações: em São Cristóvão, Engenho de Dentro e Deodoro as obras estão em andamento, enquanto que em Magalhães Bastos, Vila Militar e Ricardo de Albuquerque as ações já estão em etapa final. O projeto é uma parceria da SuperVia com o Governo de Estado. Até o momento foram investidos R\$ 206,06 milhões, nessa ação.

Na ação Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios foram realizados repasses no total de R\$ 98,39 milhões. Por meio do Programa Somando Forças, cuja finalidade é promover uma melhoria na qualidade de vida da população dos municípios beneficiados, o ERJ realizou importantes obras de infraestrutura. Localidades como Itaboraí, Queimados, Cabo Frio, Saquarema, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio Bonito e Rio das Ostras receberam grande parte desses recursos (72,2%; R\$ 71,01 milhões).

Uma das obras em execução é a construção do Paço Municipal e do prédio anexo, em Queimados, na Baixada



Divulgação
Construção da Ponte estaiada na Barra da Tijuca – Linha 4 do Metrô RJ



As estações do Sistema de Transporte Ferroviário, situadas próximas a locais que sediarão competições dos Jogos Olímpicos, seguirão os padrões internacionais de acessibilidade e infraestrutura em moldes semelhantes ao projeto da Estação Intermodal do Maracanã, inaugurada em julho de 2014.



Fluminense. O prédio principal abrigará secretarias municipais, além do gabinete do prefeito, gerando uma economia aos cofres do município de mais de R\$ 2 milhões anuais por redução do custeio (corte de despesa com aluguel).

Tabela 30 – Execução da Despesa Total

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A ABR								R\$ Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.794	1.463	67.331	22.664	19.668	
	DESPESA INTRA	2.977	3.020		3.020	1.953	1.857	
	DESPESA TOTAL	70.559	71.814	1.463	70.351	24.617	21.524	
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	74.319	9.178	65.141	19.120	17.159	
	DESPESA INTRA	3.855	3.039	95	2.944	2.366	2.338	
	DESPESA TOTAL	75.350	77.358	9.273	68.085	21.486	19.497	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	5.936	0,0	5.936	3.433	1.688	
	DESPESA INTRA	587	595	0,0	595	499	467	
	DESPESA TOTAL	6.530	6.530		6.530	3.933	2.155	
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.943	0,0	6.943	3.376	1.896	
	DESPESA INTRA	608	608	0,0	608	345	327	
	DESPESA TOTAL	7.451	7.551		7.551	3.722	2.223	
2014	FUNDEB (Conta redutora)							1.963
2015								1.908

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/05/2015.



V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ³², FECAM³³ e FEHIS³⁴.

A Tabela 31 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais, com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas, até o terceiro bimestre de 2015.

Ressalta-se que a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparéncia tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde, são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ, a receita base é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS, o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias, que são base para os cálculos da maioria dos índices, apresentaram ligeiro crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. A exceção fica por conta dos recursos provenientes dos royalties, que afetam diretamente o

Tabela 31 – Execução dos Índices Constitucionais

PERÍODO	EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			R\$ Milhares
	JAN - JUN	2014	2015	
EDUCAÇÃO				
RECEITA BASE	17.041.222	17.154.340	0,7%	
DESPESA LIQUIDADA	4.371.673	4.560.752	4,3%	
FUNDEB	2.829.158	2.824.340	-0,2%	
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.260.305	4.288.585	0,7%	
% ÍNDICE	25,7%	26,6%	0,93%	
SAÚDE				
RECEITA BASE	17.041.204	17.154.300	0,7%	
DESPESA LIQUIDADA*	1.295.806	1.566.692	20,9%	
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.044.945	2.058.516	0,7%	
% ÍNDICE	7,6%	9,1%	1,5%	
FAPERJ				
RECEITA BASE	10.168.310	10.216.003	0,5%	
DESPESA LIQUIDADA	130.791	139.105	6,4%	
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	203.366	204.320	0,5%	
% ÍNDICE	1,3%	1,4%	0,1%	
FECAM				
RECEITA BASE	4.023.038	2.482.594	-38,3%	
DESPESA LIQUIDADA**	107.869	38.528	-64,3%	
MÍNIMO A SER APLICADO	201.152	124.130	-38,3%	
% ÍNDICE	2,7%	1,6%	-1,1%	
FEHIS				
RECEITA BASE	1.469.564	1.510.891	2,8%	
DESPESA LIQUIDADA	75.020	62.953	-16,1%	
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	146.956	151.089	2,8%	
% ÍNDICE	5,1%	4,2%	-0,9%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

³² FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

³³ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁴ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



índice do FECAM. A frustração na entrada destes recursos gerou uma queda de 38,3% na receita base deste índice.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. O percentual mínimo de 25% na Educação vem sendo cumprido ao longo do ano, impulsionado, sobretudo, pela despesa de pessoal. Na Saúde, embora o montante aplicado ainda esteja inferior aos 12%, a execução em relação à receita base segue em ritmo mais acelerado do que no ano anterior. Cenário semelhante ocorre com o índice da FAPERJ.

Já os índices do FECAM e do FEHIS apresentam despesas liquidadas e percentuais de aplicação inferiores aos verificados no primeiro semestre do ano anterior.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

➤ Educação

Até o 3º bimestre, o índice da Educação atingiu uma aplicação de 26,6% da receita base de cálculo (demonstrado na Tabela 31). A despesa liquidadada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 4,56 bilhões, um aumento de 4,3% (+R\$ 189,08 milhões) em relação a 2014. A Tabela 32 demonstra a despesa executada da função por grupo de despesa.

A despesa de pessoal aplicada com recursos do Tesouro se destaca pela variação positiva de 23,3% quando comparado a 2014 (+R\$ 290,66 milhões). A maior parcela deste aumento está alocada na Secretaria de Educação (R\$ 574,30 milhões) com o pagamento da folha dos profissionais do ensino fundamental e do ensino médio. Outra justificativa do aumento foi o aporte de recursos do Tesouro no RIOPREVIDÊNCIA para atender ao pagamento de inativos e pensionistas. A FAEDEC realizou R\$ 412,21 milhões neste período, nomeando 143 concursados em diversas áreas, tais como Agente Administrativo, Professor de 20 horas e de 40 horas e Professor de Ensino Superior.

**Tabela 32 – Aplicação na Função
Educação**

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO			Participação em 2015	
	JAN - JUN		Variação %		
	2014	2015			
Pessoal	1.247.211	1.537.869	23,3%	33,7%	
Outras Desp. Correntes	3.105.623	3.022.533	-2,7%	66,3%	
Custeio*	276.465	198.193	-28,3%	4,3%	
FUNDEB*	2.829.158	2.824.340	-0,2%	61,9%	
Investimento/Inversões	18.839	350	-98,1%	0,0%	
RP Cancelado	-	-	-	-	
TOTAL	4.371.673	4.560.752	4,3%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral



A despesa de custeio, quando comparada ao montante apurado no primeiro semestre do ano passado, apresentou uma variação negativa de 28,3% (-R\$ 78,27 milhões). A SEEDUC foi responsável por esta variação deixando de executar R\$ 62,22 milhões na fonte do Tesouro e passando a utilizar Outras Fontes (FR 05) para compensar as despesas.

Na composição das Outras Despesas Correntes, além do custeio já mencionado, o FUNDEB representou a maior despesa do grupo com participação de 61,9% do total aplicado na função, mesmo com a pequena variação negativa de 0,2% (-R\$ 4,82 milhões).

A Tabela 33 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas até junho de 2015.

Tabela 33 – Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Em R\$	
	JAN - JUN		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	568.155.360	627.631.742	10,5%	13,8%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	73.322.283	73.844.409	0,7%	1,6%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	428.284.991	501.765.657	17,2%	11,0%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	388.786.892	428.433.618	10,2%	9,4%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	58.102.510	78.398.454	34,9%	1,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	13.510.924	15.132.578	12,0%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	12.352.486	11.205.441	-9,3%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.542.515.446	1.736.411.899	12,6%	38,1%
FUNDEB**	2.829.157.644	2.824.340.079	-0,2%	61,9%
RP Cancelado**				
TOTAL DO ÍNDICE	4.371.673.090	4.560.751.977	4,3%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A Secretaria de Estado de Educação se destaca com a maior participação na composição do índice entre as unidades orçamentárias (com 13,8%), com uma execução total de R\$ 627,63 milhões (+R\$ 59,48 milhões em relação ao mesmo período de 2014). Nesse acréscimo, as despesas de pessoal realizadas com recursos do Tesouro se destacaram, com acréscimo de R\$ 121,62 milhões. O FUNDEB (FR 15) teve 61,9% de participação na aplicação na rede de ensino.



A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou até junho um acréscimo de R\$ 73,48 milhões (+17,2%). Do montante executado pela Universidade (R\$ 501,76 milhões), o grupo de pessoal consumiu 80,3% do total aplicado. No custeio, observa-se uma queda de 7,5% (-R\$ 8,05 milhões) devido aos ajustes nas despesas com pessoal contratado.

Em relação à FAETEC, foi registrado um acréscimo R\$ 39,65 milhões aplicados basicamente em despesas de pessoal. O custeio, juntamente com o investimento, foi reduzido com perdas na ordem de R\$ 20,49 milhões quando comparado ao mesmo período de 2014, devido a procedimentos de reavaliação das despesas.

A UENF – Universidade Estadual Norte Fluminense – exibiu um crescimento de 34,9% em relação ao primeiro semestre de 2014. Em 2015, a execução da universidade atingiu R\$ 78,40 milhões, com destaque para as despesas de pessoal. Esta evolução se deve ao cumprimento da Lei Estadual nº 6.828 que majorou os vencimentos dos servidores da UENF em duas parcelas, sendo a última executada em março de 2015, além do aporte ao RIOPREVIDÊNCIA.



Campus da UENF-Parque Califórnia
Campos Goytacazes



- Educação - Outras Fontes de Recursos

A Tabela 34 abaixo apresenta a destinação das Fontes Não Tesouro na Função Educação. Receitas responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área.

No período de janeiro a junho, a despesa apresentou uma variação positiva de 5,3% (+R\$ 85,32 milhões). O valor total de recursos Não Tesouro, aplicados na Função Educação, atingiu R\$ 1,69 bilhão.

Tabela 34 – Aplicação na Função Educação

FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN - JUN		Variação %	Participação em 2015	Em R\$
	2014	2015			
FUNDEB (FR 15)	1.342.051.069	1.418.069.415	5,7%	83,8%	
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	146.083.735	168.967.127	15,7%	10,0%	
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	23.263.499	26.523.680	14,0%	1,6%	
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	18.853.514	20.097.368	6,6%	1,2%	
SUS (FR 25)	16.565.424	16.496.358	-0,4%	1,0%	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	48.719.425	20.989.868	-56,9%	1,2%	
CONVÊNIOS (FR 12-13)	11.757.621	19.111.108	62,5%	1,1%	
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	-	2.357.683		0,1%	
TOTAL	1.607.294.286	1.692.612.607	5,3%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

A execução da despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) alcançou uma participação de 83,8% em relação às outras fontes. No acumulado até junho, foram executados R\$1,42 bilhão, registrando um acréscimo de 5,7% (+R\$ 76,02 milhões) em relação a 2014. A despesa financiada pela FR 15 foi destinada quase integralmente para cobrir a folha de pessoal (R\$ 1,32 bilhão), bem como os auxílios concedidos aos profissionais da área. Estes benefícios, que integram as ações de valorização dos profissionais, totalizaram R\$100,17 milhões. Em 2015, o ano letivo começou com mais docentes em sala de aula com a contratação de professores pela SEEDUC. Em junho, mais 1.697 vagas foram preenchidas, sendo 982 docentes com carga horária de 30 horas e 715 docentes com carga horária de 16 horas.

O Salário Educação (FR 05), contribuição social arrecadada pela União e distribuída às Secretarias de Educação de Estados e



Escolas da rede estadual ampliam a contratação de novos docentes.



Municípios através do FNDE, apresentou um acréscimo de 15,7% (+R\$ 22,88 milhões) quando comparado a 2014. Foram desembolsados R\$ 168,97 milhões com ações realizadas na Secretaria de Educação, sendo R\$ 75,29 milhões com despesas alocadas no Programa de Alimentação Escolar, para o preparo e fornecimento de merenda escolar aos alunos da rede estadual; R\$ 70,30 milhões com despesas inerentes ao custeio relacionadas ao funcionamento das escolas; R\$ 16,19 milhões com despesas para atender ao Programa de Manutenção através de descentralização às unidades escolares, dentre outras despesas.

A FR 24 - Transferências da União – aumentou 14,0% (+R\$ 3,26 milhões), executando R\$ 26,52 milhões até o bimestre. Desse montante, R\$ 25,96 milhões foram aplicados pela SEEDUC no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; e R\$ 565,74 mil foram direcionados pela FAETEC aos profissionais da rede ligados ao PRONATEC.

Os recursos diretamente arrecadados (FR 10) foram aplicados nas universidades (UERJ/UENF/UEZO) e CECIERJ. O valor liquidado atingiu R\$ 20,10 milhões, com uma variação positiva de 6,6% (+1,24 milhão). Os recursos foram aplicados quase integralmente na ação Integração UERJ/Sociedade, com desembolso de R\$ 18 milhões.

Os recursos do SUS (FR 25), executados pela UERJ, foram totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Foram desembolsados R\$ 16,50 milhões na compra de medicamentos, de produtos alimentícios e de material cirúrgico, de laboratório e de enfermagem. O Hospital Universitário possui atendimento de alta complexidade em diversas especialidades médicas.

Com recursos de Operação de Crédito (FR11), foram aplicados R\$ 20,99 milhões até o 3º bimestre; um decréscimo de 56,9% (-R\$ 27,73 milhões) se comparado com 2014. A maior concentração das grandes obras ocorreu nos três últimos anos, entretanto, a SEEDUC não deixou de executar reformas e novas construções nos colégios estaduais. Em Macaé, as intervenções já estão ocorrendo no Colégio Estadual Maria Yedda Linhares, com previsão de desembolso de R\$ 1,12 milhão suportado pelo programa Pró Cidades II.



Modelo de Educação Integral desenvolvido no Colégio Chico Anysio. Atualmente 13 escolas da rede adotaram esta metodologia.



➤ Saúde

Até o terceiro bimestre de 2015, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 20,9% em relação ao mesmo período do ano passado, +R\$ 270,89 milhões, conforme demonstrado na Tabela 35.

Tabela 35 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015	Em R\$
	2014	2015			
Pessoal	540.898.276	561.289.473	3,8%	35,8%	
Outras Desp. Correntes	723.831.409	995.477.670	37,5%	63,5%	
Investimento/Inversões	29.612.929	6.991.699	-76,4%	0,4%	
Amortização da Dívida	1.463.203	2.933.419	100,5%	0,2%	
TOTAL	1.295.805.816	1.566.692.261	20,9%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

Tabela 36 – Repasse para OS's

REPASSE PARA AS OS's - 2015			Em Milhões R\$
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A JUN	
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	19,26	
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	32,96	
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	66,34	
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	28,44	
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	45,78	
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	67,45	
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	14,26	
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	32,01	
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	36,72	
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	18,06	
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	2,61	
HOSPITAL ESTADUAL ROCHA FARIA	CAMPO GRANDE	4,01	
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	27,29	
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	20,18	
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	43,23	
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	13,52	
TOTAL REPASSADO		472,12	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.



Higiene; R\$ 6,43 milhões com Medicamentos em Geral; dentre outras despesas.

4- Apoio às UPA's 24 horas Municipalizadas – despesa realizada de R\$ 45,30 milhões, repassadas conforme Tabela 38 abaixo.

No grupo Investimento/Inversões foi constatada uma redução de 76,4% (-R\$ 22,62 milhões) em relação ao ano anterior, justificado pelo corte de orçamento realizado neste exercício de 2015, frente às frustrações de arrecadação de receita.

No grupo de Pessoal houve um acréscimo de 3,8% (+R\$ 20,39 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo do aumento dos vencimentos do pessoal estatutário do Fundo Estadual de Saúde (+R\$ 74,90 milhões), com consequente acréscimo na gratificação de adicional por tempo de serviço (+R\$ 25,73 milhões) e na contribuição patronal de pessoal civil (+R\$ 13,83 milhões). Há de se destacar que, em diversas áreas, houve corte de gratificações de pessoal com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ devido à diminuição considerável de orçamento.

Tabela 37 – UPA's por OS do ERJ em 2015

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$ VALORES REPASSADOS JAN A JUN
SÃO GONÇALO I	4.195.708
MESQUITA	5.987.086
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	6.325.751
SÃO GONÇALO II	4.129.078
NOVA IGUAÇU II	5.036.971
CAMPOS dos GOYTACAZES	7.024.736
SÃO PEDRO DA ALDEIA	3.981.058
CAXIAS II	5.730.592
ITABORAÍ	4.102.482
BOTAFOGO	1.024.097
ENGENHO NOVO	3.751.064
ILHA DO GOVERNADOR	3.751.064
PENHA	3.751.064
COPACABANA	1.008.879
JACAREPAGUÁ	993.991
MARÉ	3.751.064
QUEIMADOS	2.190.004
TIJUCA	1.100.583
IRAJÁ	8.010.674
NOVA IGUAÇU I	3.071.539
BANGU	4.942.000
NITERÓI	4.910.813
CAMPO GRANDE II	3.087.934
CAXIAS I	4.136.223
MARECHAL HERMES	6.019.633
REALENGU	4.792.000
RICARDO DE ALBUQUERQUE	5.262.469
SANTA CRUZ	4.495.900
MAGÉ	5.363.990
CAMPO GRANDE I	3.090.204
TOTAL REPASSADO	125.018.651

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

Tabela 38 – UPA's

Municipalizadas do ERJ em 2015

UPA'S MUNICIPALIZADAS do ERJ	Em R\$ VALORES REPASSADOS JAN A JUN
PETROPÓLIS	4.800.000
ANGRA DOS REIS	2.400.000
ITAPERUNA	2.400.000
DUQUE DE CAXIAS	2.400.000
ITAGUAÍ	2.400.000
MARICÁ	2.400.000
RIO BONITO	2.400.000
TERESÓPOLIS	2.400.000
VOLTA REDONDA	2.100.000
ARARUAMA	2.400.000
BELFORD ROXO	2.400.000
NILÓPOLIS	2.400.000
TRÊS RIOS	2.400.000
BARRA MANSA	2.400.000
CABO FRIO	2.400.000
RESENDE	2.400.000
MACAÉ	2.400.000
NOVA FRIBURGO	2.400.000
TOTAL REPASSADO	45.300.000

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.



Tabela 39 – Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	JAN A JUN		Variação %	Participação em 2015	Em R\$
	2014	2015			
FES - Fundo Estadual de Saúde	1.128.476.576	1.359.648.151	20,5%	86,8%	
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	142.430.904	145.551.714	2,2%	9,3%	
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	24.818.443	23.205.740	-6,5%	1,5%	
SES - Secretaria de Estado de Saúde	79.893	38.286.655	47822,5%	2,4%	
TOTAL DO ÍNDICE	1.295.805.816	1.566.692.261	20,9%	100,00%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve crescimento em relação a 2014: variação positiva de R\$ 3,12 milhões (+2,2%), refletindo o ritmo lento de execução orçamentária deste exercício de 2015. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram R\$ 1,61 milhão (-6,5%) em relação ao terceiro bimestre do ano anterior. Essa diminuição se refere à baixa arrecadação nesse início de exercício. Sua participação na execução do índice é de 1,5% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados, em sua maior parte, a Pessoal e Encargos Sociais.



➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 40 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 40 – Função Saúde – Outras Fontes

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Em R\$	
	JAN A JUN		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	95.750.044	84.896.542	-11,3%	24,5%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	-	4.643.079		1,3%
CONVÊNIOS (FR 13)	5.136.052	699.927	-86,4%	0,2%
CONVÊNIOS (FR 19)	-	7.522.974		2,2%
SUS (25)	370.379.922	249.165.689	-32,7%	71,8%
TOTAL	471.266.019	346.928.211	-26,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Neste terceiro bimestre de 2015, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25) apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período de 2014 (queda de 32,7%; -R\$ 121,21 milhões). Essa diminuição das despesas financiadas com a fonte do SUS provém do repasse a menor desse recurso pelo governo federal diante da crise econômica apresentada em nosso país.

Consequentemente, pelo lado da receita, houve um decréscimo da arrecadação de 12,6% (-R\$ 47,12 milhões). Em 2014, a arrecadação até o terceiro bimestre alcançou R\$ 374,10 milhões, e, em 2015, R\$ 326,98 milhões.

Do montante de R\$ 249,16 milhões executados na FR 25, R\$ 105,55 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 52,07 milhões foram aplicados na Operacionalização das UPA's 24hs Próprias geridas por Gestão Compartilhada; R\$ 31,99 milhões foram para a Contratação de Serviço de Saúde Privado; R\$ 14,34 milhões para a Prestação de Assistência Móvel de Urgência e Emergência; dentre outras despesas de menor vulto.

Comparada à execução do terceiro bimestre de 2014, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram uma queda de



R\$ 10,85 milhões (-11,3%). Dos R\$ 84,90 milhões executados nesse ano, R\$ 71,76 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 62,71 milhões destinados a Medicamentos, R\$ 7,08 milhões a Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 12,03 milhões com FR 10, sendo R\$ 4,15 milhões aplicados em Serviços de Assistência à Saúde, R\$ 2,11 milhões em Serviços de Asseio e Higiene e R\$ 1,76 milhão em Descentralização para Órgãos Estaduais.

Destaques na Área de Saúde do ERJ neste 3º Bimestre de 2015

**Clínica da Família em
Cardoso Moreira e
Conceição de Macabu**

Cerca de 24 mil moradores de Cardoso Moreira e Conceição de Macabu ganharam duas novas Clínicas da Família, inauguradas em junho de 2015. Cada unidade atenderá até 12 mil pacientes por mês. As duas unidades receberam do Governo do ERJ um investimento de R\$ 1,3 milhão cada, e se somam as outras 12 Clínicas já entregues.

**UPAs atingem mais de 28
milhões de
atendimentos no ERJ**

As 58 UPAs distribuídas nos municípios fluminenses bateram novos recordes: em maio de 2015 o número de atendimentos chegou a 28 milhões, sendo que 99,5% dos casos foram resolvidos nas próprias unidades, desafogando os grandes hospitais. Já foram realizados mais de 23 milhões de exames e 1,2 milhão de atendimentos odontológicos, além de terem distribuídos cerca de 187 milhões de medicamentos.

**Hospital Dona Lindu
completou 5 anos de
funcionamento**

A unidade completou, em junho de 2015, 5 anos de funcionamento com 17.402 cirurgias realizadas, sendo 1.646 somente em 2015, contando de janeiro até maio. O Hospital realiza aproximadamente 3.140 atendimentos ambulatoriais e 13 mil exames por mês. Além disso, 18 edições de mutirões de cirurgias promovidos pela unidade já beneficiaram, desde 2012, 510 pacientes.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 139,10 milhões financiados com recursos do Tesouro, um acréscimo de 6,4% (+R\$ 8,31milhões) comparado ao mesmo período de 2014. A despesa liquidada representou 1,4% da receita base do índice, percentual compatível com o período de 2015 (Tabela 31).

Na Tabela 41 demonstramos as atividades da FAPERJ ao longo do período. As despesas liquidadas com maior relevância foram do projeto Apoio a Estudantes e Pesquisadores, atingindo o montante de R\$ 43,51 milhões (variação de 21,1%) com o atendimento aos bolsistas da Fundação. Outra atividade com aumento significativo do valor aplicado foi o Núcleo de Pesquisa e Tecnologia, com gastos na ordem de R\$ 36,66 milhões, contemplando despesas do Projeto Pensa – Rio e projetos de pesquisas multidisciplinares abrangendo áreas relevantes e estratégicas para o Estado do Rio de Janeiro.

A FAPERJ investiu R\$ 14,56 milhões, até o terceiro bimestre, na ação que atende: os auxílios à pesquisa, à organização de eventos de ensino e pesquisa, à editoração e à pesquisador visitante (pesquisador de reconhecida excelência); o apoio à infraestrutura de acervos e à participação em reunião científica; e a instalação de equipamentos a recém doutorados, promovendo programas e pesquisas individuais ou institucionais.

Nesse primeiro semestre, a FAPERJ apoiou projetos (dentro do Programa de Apoio à Ciência e Tecnologia e Inovação) realizando repasses no valor de R\$ 22 milhões, por meio de descentralizações dentro da UERJ, UENF e CECIERJ (conforme demonstrado na Tabela 42 ao lado).

A FAPERJ terá a sua primeira sede própria. O prédio histórico, que terá o nome de Palácio da Ciência, está sendo restaurado e modernizado. Já foram investidos na Nova Sede R\$ 2.02 milhões.

Em relação às despesas cobertas pelas Outras Fontes, a variação negativa de 20,3% (-R\$1,80 milhão) decorre da menor aplicação de recursos no FATEC, cujo montante aplicado apresentou queda na

Tabela 41 – Execução Orçamentária Fonte Tesouro - FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EM R\$
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A JUN		Variação %
	2014	2015	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	35.920.477	43.510.393	21,1%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	9.618.139	36.663.073	281,2%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	41.719.907	14.557.805	-65,1%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	851.057	11.722.949	1277,5%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	17.904.401	9.025.725	-49,6%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	8.316.425	7.867.412	-5,4%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	4.543.019	5.111.445	12,5%
Pessoal e Encargos Sociais	3.215.590	4.088.832	27,2%
Inovação Tecnológica	5.724.324	3.188.367	-44,3%
Nova sede da FAPERJ	1.549.440	2.028.735	30,9%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	756.793	685.122	-9,5%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	587.783	598.091	1,8%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	60.940	37.160	-39,0%
Despesas Obrigatorias	17.187	14.066	-18,2%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	5.771	5.372	-6,9%
TOTAL	130.791.253	139.104.547	6,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015

Tabela 42 – Descentralizações FAPERJ

DESCENTRALIZAÇÃO DA FAPERJ JAN/JUN/2015			
Programas de Apoio à Ciência e Tecnologia			
UERJ	Desenv Estudos e Pesquisas através da UERJ	PROATEC PRO-CIÊNCIA	9.025.725
UENF	Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	Estudantes Bolsistas Produção Acadêmica - Tutoria	5.111.445
CECIERJ	Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	Incentivo à Docência Pré-Vestibular Social	7.867.412
TOTAL GERAL			22.004.582

Tabela 43– Execução Orçamentária

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		Variação %
	JAN A JUN	2015	
2014	2015		
Inovação Tecnológica	688.261	5.777.525	739,4%
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	4.081.684	822.681	-79,8%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	594.120	491.100	-17,3%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	3.534.347	-	-100,0%
	8.898.412	7.191.306	-20,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015



ordem de 79,8%. Foram expressivos os gastos financiados com recursos de convênio (FR 13), desembolsados R\$ 6,26 milhões nas ações realizadas nos projetos de Inovação Tecnológica, no âmbito do Programa "TECNOVA – RIO INOVAÇÃO 2013", em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. (Tabela 43)

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Até o 3º bimestre de 2015, o FECAM liquidou R\$ 38,54 milhões, redução de 64,3% (execução a menor de R\$ 69,33 milhões) comparando ao mesmo período de 2014, sem cumprir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 31.

As ações realizadas em 2015 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 44 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício sem o abatimento dos R\$ 13,7 milhões de Restos a Pagar.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 22,75 milhões, correspondendo a 59,03% do total liquidado no Fundo.



Tabela 44 - Índice FECAM

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONÁVEL PELA EXECUÇÃO	JAN - JUN
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Indenização de benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos campos hídricos. Elaboração de projeto executivo e execução das obras de controle de cheias e rec. Ambiental	INEA	22.751.530
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste Total	Obras de ampliação do sistema coletor de esgotos sanitários da lagoa da tijuca Obras de esgotamento sanitário do eixo olímpico	CEDAE	4.567.564
Apoio a Projetos de Saneamento, Proteção e Recuperação do Ambiente	Serviços de operação e manutenção da rede automática de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia.	INEA	4.198.314
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de controle de inundações e recuperação ambiental Produção de empreendimento habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida	INEA	2.252.883
Rio Mais Limpo	Obras de modernização do sistema de esgotamento sanitário da praia de são conrado	CEDAE	2.218.827
Demais Ações	-	-	2.553.015
TOTAL GERAL			38.542.133

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Valores integrais dos programas sem o abatimento de Restos a Pagar.

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto por 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 22) aplicados na área de habitação pelas: Secretaria de Obras – SEOBRAS; Secretaria de Habitação – SEH; Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ; Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última secretaria é responsável pelo Aluguel Social às famílias atingidas por intempéries ou retiradas de áreas de risco.

Na Tabela 45 abaixo são discriminados os gastos do índice do FEHIS destacando os órgãos executantes, as ações, os principais projetos e o montante liquidado até Junho de 2015.





Tabela 45 - Índice FEHIS

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	DESPESA LIQUIDADA JAN - JUN	Em R\$
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Contrapartida no âmbito do programa minha casa minha vida e Pagamento de Indenização para desocupação de imóvel		14.872.309
	Urbanização das Comunidades - PAC	Pagamento de Indenização para desocupação de imóvel		4.126.085
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Pagamento de mediação e Pagamento de Indenização para desocupação de imóvel		4.061.122
Outros				3.053.400
				26.112.916
SEH	Relocação de Moradores de Assentamentos Populares - Áreas Risco	Pagamento de aluguel provisório - Jan até Jun e Pagamento de Diária		407.924
	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Fornecimento de material para a vila da melhor idade		85.176
				493.100
ITERJ	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS e Pagamentos de Diárias		1.429.236
	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Fornecimento de cestas básicas para o assentamento terra e pagamento de diária		311.731
	Assentamento e Reassentamento de Famílias Assitenciadas pelo ITERJ	Prestação de serviços de projeto básico necessário a urbanização e implantação de 45 e 120 unidades habitacionais, nas colônias Curupaiti Jacarepaguá e em lazareto município de Nova Friburgo, respectivamente.		311.019
	Outros			274.548
				2.326.534
CEHAB	Recuperação e Melhoria de Unidades Habitacionais	Recuperação dos Condomínios: morada de ilhá-tijolinho, residencial cidade (11 blocos), itararé-aquários (17 blocos), ex-combatente (24 blocos), Cosmorama (30 blocos), Del- Castilho (55 blocos), Guadalupe (7 blocos), Tertuliano Potyguara (70 blocos) e o conjunto Terra Nova Iapi-Pilares.		1.327.313
	Produção de Unidades Habitacionais	Construção de Unidades Habitacionais – em Laje de Muriaé (188), Porciúncula (20), Casimiro de Abreu (90) e locação de veículos referente aos meses de Janeiro e Fevereiro.		488.254
				1.815.567
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.		32.204.799
		TOTAL GERAL		62.952.915

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

O FEHIS executou montante de R\$ 62,95 milhões no acumulado deste 3º bimestre de 2015. Desse montante, 41,5% dos recursos foram liquidados pela SEOBRAS em ações de urbanização no Complexo do Alemão, no complexo das Comunidades e no complexo de Manguinhos – justificado basicamente pela contrapartida no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, visando à construção de dois condomínios: Jardim Arara/Jardim Tucano e Jardim Rouxinol, no Complexo do Alemão.

Na CEHAB, as ações de recuperação e melhoria das unidades habitacionais visam conservar e valorizar condomínios populares. Para tanto, foram realizados recuperação estrutural de revestimento e telhados, do sistema de esgoto da parte externa,

Tabela 46

Aluguel Social 2015	
Municípios Beneficiados	JAN - JUN
Manguinhos	12.528.286
Região Serrana	11.126.776
Niterói	6.958.558
São Gonçalo	1.591.180
Total	32.204.799

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.



de impermeabilização das caixas d’água e cisternas, a construção ou reforma de quadras poliesportivas, além de reparos nos muros e calçadas.

Outros 51,2%, do total gasto pelo FEHIS, foram aplicados na política assistencialista de apoio financeiro à população desabrigada ou alocada em áreas consideradas de risco – Aluguel Social -, que sofreram com catástrofes do meio ambiente concentradas em Manguinhos, Região Serrana, Niterói e São Gonçalo.

**BOX 01- EVOLUÇÃO DAS DESPESAS METROVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS**

Neste Box 01, abordaremos a evolução dos gastos com as principais obras e aquisições no sistema de transporte do ERJ. Os dois principais projetos executados pelo Governo do Estado estão atinentes ao sistema metroviário e ao sistema ferroviário: Implantação de Novas Linhas Metroviárias (desde 2010 foram gastos R\$ 7,21 bilhões); e Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (foram executados R\$ 972,35 milhões desde 2009).

O quadro abaixo apresenta detalhadamente os gastos anuais com os dois projetos.

DESPESAS COM IMPLANTAÇÃO DE NOVAS LINHAS METROVIÁRIAS								
ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
VALOR		105.000.000	356.620.047	787.231.477	2.013.892.897	2.074.519.631	1.871.680.851	7.208.944.903
DESPESAS COM MELHORIA NO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PET II								
ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
VALOR	34.000.000	17.958.859	91.616.864	267.188.710	78.364.916	211.224.243	271.995.113	972.348.705

❖ Despesas com Implantação de Novas Linhas Metroviárias

A nova Linha 4 do Metrô vai ligar a Barra da Tijuca a Ipanema. De acordo com dados projetados, o novo projeto irá transportar mais de 300 mil pessoas por dia, retirando das ruas cerca de 2 mil veículos por hora/pico. Serão seis estações (Jardim Oceânico, São Conrado, Gávea, Antero de Quental, Jardim de Alah e Nossa Senhora da Paz) com 16km de extensão. A ligação entre os bairros da Zona Sul com a Zona Oeste da cidade estará à disposição da população em julho de 2016. Com a construção da Linha 4, o passageiro poderá utilizar todo o sistema metroviário da cidade com uma única tarifa, deslocando-se da Barra até a Pavuna e gastando apenas 13 minutos para ir da Barra a Ipanema e 34 minutos da Barra ao Centro.





A estação Antero de Quental, no Leblon, foi a quarta estação 100% aberta e se junta às estações Jardim Oceânico, São Conrado e Nossa Senhora da Paz. Todas já estão recebendo acabamentos.

Em julho deste ano, a Estação Jardim Oceânico começou a receber o arco de 68 metros de comprimento e 10,7 metros de largura no vão central da superfície da estação.

Três dos 15 trens da Linha 4 do Metrô já estão no Rio e passam por testes dinâmicos. Nesta fase, as composições circulam nos trilhos do Metrô-Rio sem passageiros e fora do horário de funcionamento do metrô. No segundo semestre, eles vão começar a operar com usuários nas linhas 1 e 2.

O primeiro trem chegou em janeiro e foi apresentado no início de fevereiro pelo Governo do ERJ. Outros dois trens chegaram em fevereiro e foram levados ao Centro de Manutenções da Metrô-Rio onde foram montados e passaram por testes. A linha terá mais 12 trens que desembarcarão no Brasil até o fim deste ano.

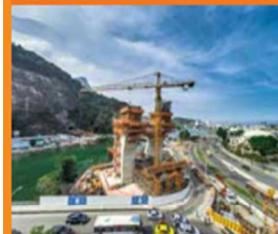
O projeto para os 15 trens, fabricados na China, é o mesmo das composições que operam nas linhas 1 e 2 desde 2012.

As novas composições começarão a circular na Linha 4 no fim do primeiro semestre de 2016, ampliando a frota do metrô no Rio de 49 trens para 64. Os novos trens têm maior espaço interno, seguindo padrões internacionais, com capacidade para 1,8 mil pessoas.

No 1º semestre de 2016, as estações Nossa Senhora da Paz, Jardim de Alah, Antero de Quental, São Conrado e Jardim Oceânico estarão em funcionamento. O cronograma prevê que a nova linha estará aberta aos usuários em junho de 2016 (operação assistida). Nessa fase, os trens circularão fora do horário de pico e com intervalos maiores para que os últimos ajustes operacionais sejam realizados. Em julho, um mês antes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, a começará a operacionalização nos mesmos horários das linhas 1 e 2.

Como estão as obras

Ponte Estaiada



As estruturas de concreto que vão fixar os estaias alcançaram 46m, mais da metade da altura que terão.

Caverna



A caverna que vai conectar o túnel em rocha com o trecho escavado pelo Tatuzão foi concluída em julho.

São Conrado



É a primeira estação a receber os trilhos por onde passarão os trens. O local já conta escadas rolantes.

Poço de ventilação



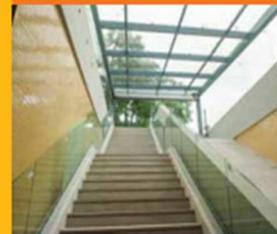
Foi finalizada a escavação do poço que servirá como área de ventilação e saída de emergência da Linha 4, no Leblon.

Túnel na Zona Sul



O Tatuzão escavou 2km na Zona Sul. Entre General Osório e Nossa Senhora da Paz, há 1,2km de trilhos instalados.

Jardim Oceânico



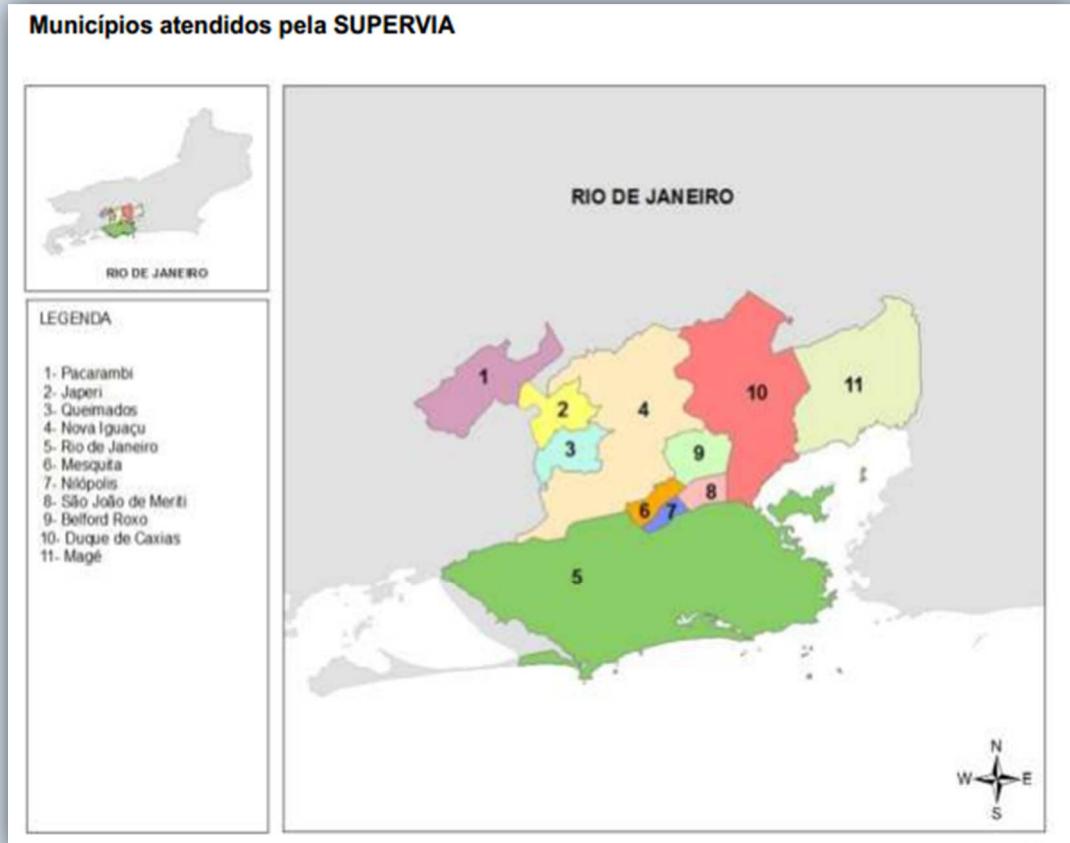
Acesso da rua Fernando de Matos está pronto, com cobertura de vidro, piso de granito, escada rolante e painel.



❖ Despesas com Melhoria do Sistema de Transporte Ferroviário – PET II

O sistema ferroviário urbano do Grande Rio atravessa 12 municípios ao longo de 102 estações espalhadas por 270 quilômetros de trilhos. Todo o sistema se encontra em processo de modernização, desde a reforma das estações até a compra de novos trens. Ao todo estão sendo investidos R\$ 3,3 bilhões pelo Governo do Estado e pela concessionária SuperVia na revitalização da rede ferroviária, responsável pelo transporte de aproximadamente 670 mil pessoas diariamente.

Desde 2012, a concessionária colocou em operação 68 dos 100 novos trens comprados pelo ERJ, cada um com capacidade de transportar até 1.200 passageiros. Em 2007, a SuperVia transportava, em média, 325 mil passageiros por dia e contava com apenas 10 trens refrigerados, o equivalente a 6% de um total de 173 composições. Atualmente, são 201 trens, sendo 167 refrigerados (mais de 76% da frota) utilizados por mais de 650 mil pessoas diariamente.



Em 2016, o processo de renovação completa da frota será concluído e os passageiros dos trens do Rio terão à disposição composições novas e refrigeradas. Até 2016, toda a frota será climatizada.

Diversos outros investimentos foram feitos ao longo dos anos, como por exemplo, a construção de um novo Centro de Controle Operacional, o mais moderno do Brasil. O Centro é capaz de acompanhar com detalhes, e em tempo real, toda a movimentação operacional. Além disso, foram realizadas ações de recuperação de trilhos e rede aérea e reforma/ construção de novas estações ao longo dos oito ramais operados pela SuperVia.



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro publicou a Resolução SEFAZ nº 903 em 10 de junho de 2015, a qual elevou a Cota Financeira total, no terceiro bimestre, em R\$ 876,67 milhões em relação à primeira resolução do ano. Vale destacar que desse montante 20,1% referem-se às Fontes de Recursos do Tesouro e 79,9% às demais fontes.

Verifica-se que do total da Cota liberada até o terceiro bimestre de 2015, 37,3% destinam-se às FR do Tesouro, e 62,7% às Outras FR. Já quanto à evolução da utilização por fonte de recursos no mesmo período, o percentual das FR do Tesouro continua sendo maior em relação às Outras FR, 98,7% e 78,5%, respectivamente.

No tocante à execução orçamentária e emissão das Programações de Desembolso nas áreas prioritárias (Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social), é possível observar que o consumo da cota financeira relativa às FR do Tesouro ocorreu de forma ágil, com destaque para a área de Educação, a qual utilizou 99,5% da cota liberada.

O Tesouro Estadual adimpliu 95,7% das Programações de Desembolso emitidas, sendo que a área de saúde teve 97,3% das PD's honradas em relação às emitidas no primeiro semestre.

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento para as Programações de Desembolso foi de 18 dias no terceiro bimestre de 2015, sendo de 12 dias para áreas prioritárias e de 26 dias para áreas não prioritárias.

A maioria das PD's (80,4%) foi paga pela Secretaria de Fazenda em até 15 dias, somente 1,9% foi pago acima de 45 dias, o que representa R\$ 11,65 milhões.

Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ JUNHO DE 2015					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	3.568	2.515	2.096	2.068	1.980
FR - Outras	3.811	3.000	3.529	2.769	2.708
Total geral	7.379	5.516	5.626	4.837	4.687

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2015

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	70,5%	120,0%	82,2%	98,7%	95,7%
FR - Outras	78,7%	85,0%	92,3%	78,5%	97,8%
Total geral	74,7%	98,0%	87,7%	86,0%	96,9%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2015

Tabela 48

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2015 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	104	73	52	52	47
SAÚDE	1.615	1.136	919	905	880
SEGURANÇA	327	238	227	226	210
ASSISTÊNCIA SOCIAL	236	209	200	196	188
DEMAIS ÁREAS	1.287	859	697	690	654
TOTAL GERAL	3.568	2.515	2.096	2.068	1.980

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2015

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	70,7%	140,6%	70,8%	99,5%	91,1%
SAÚDE	70,3%	123,6%	79,6%	98,4%	97,3%
SEGURANÇA	72,6%	104,6%	94,9%	99,2%	93,1%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	88,8%	104,7%	93,7%	98,1%	95,9%
DEMAIS ÁREAS	66,7%	123,1%	80,4%	98,9%	94,7%
TOTAL GERAL	70,5%	120,0%	82,2%	98,7%	95,7%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2015

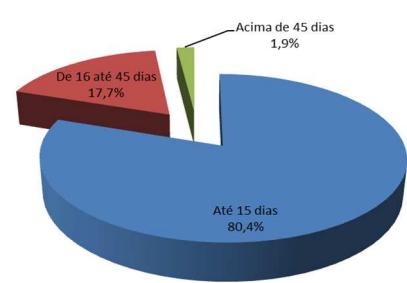
Tabela 49

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

3º BIMESTRE DE 2015

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	12
NÃO PRIORITÁRIAS	26
MÉDIA GERAL	18

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
3º BIMESTRE 2015

Dessa forma, observa-se que o Tesouro Estadual continua buscando manter a celeridade no pagamento das PD's, principalmente no que tange às áreas prioritárias.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

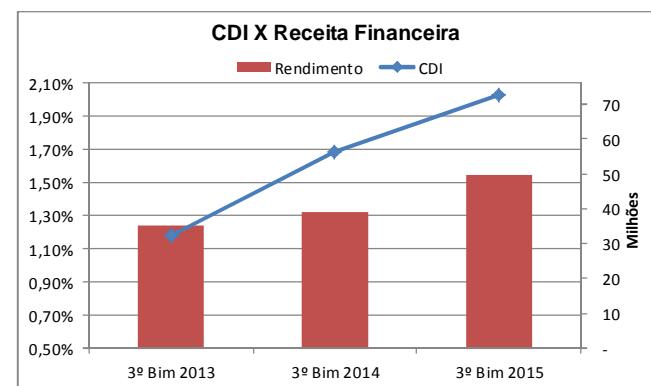
O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 191^a reunião³⁵, elevou a taxa SELIC em 0,50% p.p passando a vigorar a taxa SELIC de 13,75% a.a. Essa é a quarta alta consecutiva no ano de 2015. Segundo o COPOM, a medida visou assegurar a convergência da trajetória da inflação para a meta de 4,5% a.a. estabelecida pelo mesmo para 2015.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no terceiro bimestre de 2015, obtendo em média 98,7% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos). Quanto à receita financeira, o montante registrado no 3º bimestre de 2015 apresentou alta de 12% em relação ao bimestre anterior.

O mesmo ocorre se compararmos o 3º bimestre de 2015 com o mesmo período do exercício anterior, pois verificou-se aumento de 27,7% na receita financeira registrada. Atribui-se tal resultado à evolução da taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - *benchmark*) que apresentou crescimento de 20,6% no período de 12 meses.

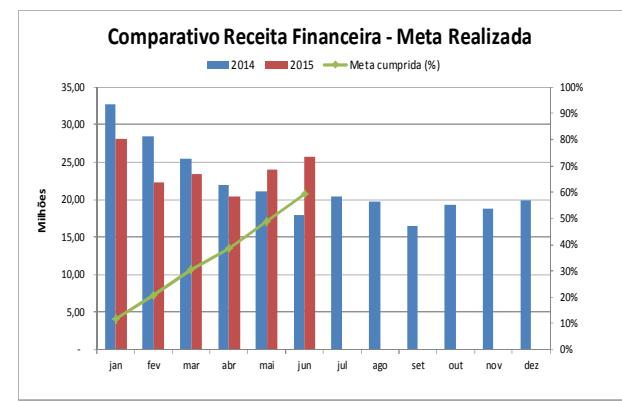
Analizando-se o período de janeiro a junho de 2015, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 144 milhões, montante este que representa 59% dos R\$ 242,8 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual² (LOA) para todo o ano de 2015.

Gráfico 17



Fonte de Dados: SIG e CVM

Gráfico 18



Fonte: SIG

³⁵ Reunião realizada nos dias 02 e 03 de junho de 2015.² Lei nº 6.955 de 13 de janeiro de 2015



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a junho de 2015, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 67,13 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 43,3%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica, o restante subdivide-se em: 31,6% para despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, 24 % para despesas de água e esgoto, e 1,1% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Nesse sentido, no exercício de 2015, foram disponibilizados R\$ 345,45 milhões neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 142,72 milhões, ou seja, 41,3%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abrange atualmente 18 concessionárias.

Gráfico 19
Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos

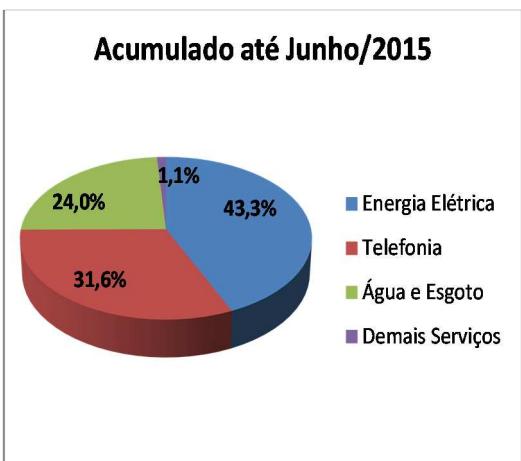
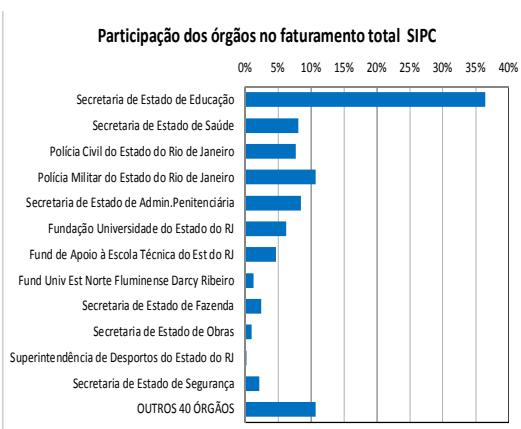


Gráfico 20



Considerando o faturamento de 2015, através do SIPC, foram registrados R\$ 188,0 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 52,1 milhões, ou seja, 27,7 % do total.

A celeridade na quitação das obrigações está diretamente relacionada à evolução das descentralizações orçamentárias e transferências de cota financeira.



No 3º bimestre alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, dentre eles estão a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Universidade do Estado do RJ (UERJ), a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), entre outras.

Por outro lado, cabe destacar o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Secretaria de Estado Assist. Social e Dir. Humanos (SEASDH), da Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) os quais honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fundação Departamento Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fundação Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), dentre alguns outros.

VI.4.1 Características de Consumo

Analizando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 3º bimestre de 2015, verifica-se um aumento global de 1,3 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em março e abril de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,74 milhões, sendo R\$ 6,38 milhões de demanda contratada e R\$ 0,35 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a junho de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,17 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 102,43 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento

Tabela 50
Faturamento Acumulado por Serviço de Agua e Esgoto

R\$ mil	FAVORECIDOS	1º Bim/15	2º Bim/15	3º Bim/15
	ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	35	50	52
	ÁGUAS DE NITERÓI	1.146	1.243	1.129
	ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	99	110	88
	ÁGUAS DO IMPERADOR	81	112	94
	ÁGUAS DO PARAÍBA	1.030	1.188	1.115
	CEDAE	9.907	10.049	10.514
	FÓZ ÁGUAS	4.405	3.134	3.379
	C. ÁGUAS DE JUTURNÁIBA	91	141	159
	PROLAGOS	110	179	196
	SAAE/B. MANSA	47	66	70
	SAAE/V. REDONDA	112	42	115
	Total Faturado	17.062	16.313	16.910

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias



abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 44,75 milhões, tendo sido quitado R\$ 8,33 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 3º bimestre de 2015, foram faturados R\$ 16,91 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE comprehende cerca de 62,2 % deste total.

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento às regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

No terceiro bimestre deste ano, foram pagos pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro R\$ 37,57 milhões em precatórios judiciais.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 733 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 9,50 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo,

Tabela 51

PAGAMENTOS DE RPV - 3º BIM. 2015		
MÊS	QUANTIDADE	R\$ mil
MAIO	419	5.289.489,03
JUNHO	314	4.211.248,33
TOTAL	733	9.500.737,36

Fonte: SUCADP em 30/06/2015



possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁶.

Nota-se um aumento crescente nessas obrigações judiciais de pagamento, que pode ser justificado pela criação dos Juizados Especiais Fazendários, tornou a satisfação das obrigações contra as Fazendas Públicas mais célere.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 3º bimestre de 2015, o montante de R\$ 47,07 milhões.

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 3º bimestre de 2015, R\$ 1,29 bilhão com o serviço da dívida³⁷. A importância desembolsada foi 11,3% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extralimite, que foi 52,1% superior ao pago no 2º bimestre, devido aos pagamentos de Juros e Encargos dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil S.A. (Pró-Cidades I e II).

Do total pago no 3º bimestre de 2015, R\$ 839,60 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁸, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela

Gráfico 21



³⁶ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³⁷ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁸ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.



Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 119,10 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³⁹ alcançou R\$ 2,07 milhões, 42,7% inferior em relação ao 2º bimestre de 2015.

Tabela 52

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							R\$ mil
	2º bim 2015			3º bim 2015			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	645.130	513.128	1.158.258	551.826	739.466	1.291.293	11,49%
INTRALIMITE	453.668	407.727	861.394	429.773	409.836	839.609	-2,53%
EXTRALIMITE	191.462	105.401	296.864	122.053	329.631	451.684	52,15%
INTERNA	107.670	51.890	159.560	106.980	308.873	415.853	160,62%
EXTERNA	83.792	53.511	137.303	15.073	20.757	35.830	-73,90%
ADM. INDIRETA HONRADA	2.402	1.218	3.621	1.956	119	2.075	-42,69%
TOTAL	647.532	514.346	1.161.879	553.783	739.585	1.293.368	11,32%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	302.953	407.727	710.680	310.682	409.836	720.518	1,38%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	453.668	407.727	861.394	429.773	409.836	839.609	-2,53%
Amortização do resíduo	(150.714)	-	(150.714)	(119.091)	-	(119.091)	-20,98%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se uma queda de 73,9% em relação aos meses de março e abril, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais ocorridos no bimestre anterior. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representou 2,8% do total de serviço pago.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

Gráfico 22

No 3º bimestre de 2015, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 95,18 bilhões, 2,4% maior que no bimestre anterior.



³⁹ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



O estoque da dívida interna cresceu 1,9%, quando comparado ao 2º bimestre de 2015. Parte desse aumento é justificada pela variação do IGP-DI⁴⁰ e pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso.

Tabela 53

	R\$ mil		
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	92.957.548	95.179.664	2,39%
INTERNA	82.540.159	84.099.549	1,89%
Dívida com a União	66.240.802	66.913.928	1,02%
Outras Dívidas Contratuais	16.299.357	17.185.620	5,44%
EXTERNA	10.290.501	10.952.739	6,44%
Com Aval do Tesouro Nacional	10.285.919	10.947.973	6,44%
Mobiliária	4.582	4.766	4,03%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	126.888	127.377	0,39%
DÍVIDA FINANCEIRA	92.957.548	95.179.664	2,39%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	40.691.347	40.158.554	-1,31%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,28	2,37	3,75%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 3º Bim/15 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 11,5% do total da dívida financeira, encerrou o 3º bimestre de 2015 com saldo de R\$ 10,95 bilhões, ou seja, 6,4% superior ao 2º bimestre de 2015, justificada pela variação positiva do dólar⁴¹ no período e em virtude do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 127,38 milhões, representando um aumento de 0,4% em relação ao saldo verificado em março e abril de 2015.

Tabela 54

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	939.787	1,21%	0,99%
2,1 - 4	196.338	0,25%	0,21%
4,1 - 6	68.595.076	88,35%	72,07%
acima de 6,1	7.910.327	10,19%	8,31%
Subtotal	77.641.528	100,00%	81,57%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	7.680.258	43,79%	8,07%
2,1 - 4	1.695.374	9,67%	1,78%
4,1 - 6	8.162.505	46,54%	8,58%
Subtotal	17.538.136	100,00%	18,43%
Total	95.179.664		100,00%

⁴⁰ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º bimestre fechou em 1,3% (IGP-DI de abr/15 e mai/15) e nos últimos 12 meses (de jun/14 a mai/15) em 4,8%.

⁴¹ A cotação do dólar (US\$) no dia 30 de junho de 2015 foi de 3,1026. Ou seja, 3,6% superior à cotação do dia 30 de abril de 2015 que foi de 2,9936.



Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 81,6% do estoque. Desse montante, 72,1% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,4%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo⁴² representam 8,5% e, desse percentual, apenas 1% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴³. No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 23 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 23%. O Gráfico 24 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado contrate novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁴ e ao prazo médio de repactuação⁴⁵, estes atingiram 11,5 anos e 10,7 anos, respectivamente.

Gráfico 23

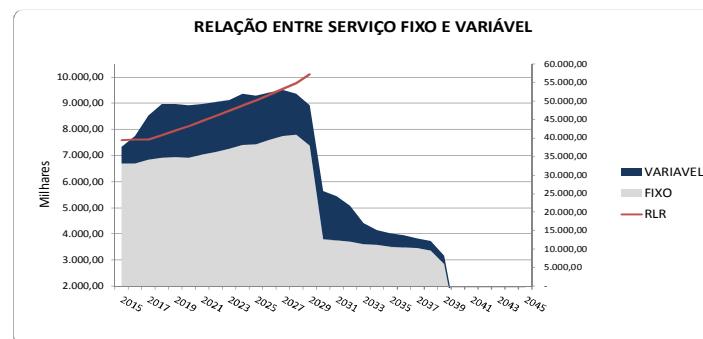
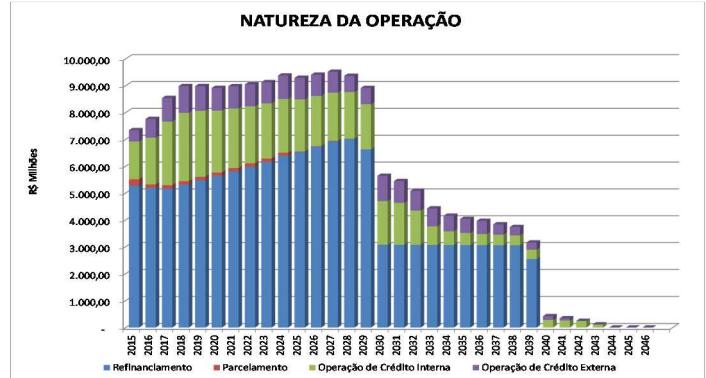


Gráfico 24



⁴² Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴³ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

⁴⁴ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁴⁵ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).



Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 55

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	R\$ mil	Índices	%	R\$ mil	Índices	%	R\$ mil
IGP-DI	65,29%	64.751.188,76	IGP-DI	64,68%	63.044.515,35	IGP-DI	68,13%	73.573.319,60
DÓLAR	22,30%	22.113.050,30	DÓLAR	22,69%	22.113.050,30	DÓLAR	20,48%	22.113.050,30
TR	1,30%	1.293.594,72	TR	1,33%	1.293.594,72	TR	1,20%	1.293.594,72
TJLP	6,95%	6.892.908,42	TJLP	7,07%	6.892.908,42	TJLP	6,38%	6.892.908,42
LIBRA	0,00%	4.766,27	LIBRA	0,00%	4.766,27	LIBRA	0,00%	4.766,27
IENE	0,13%	129.648,93	IENE	0,13%	129.648,93	IENE	0,12%	129.648,93
SELIC	1,45%	1.439.960,53	SELIC	1,48%	1.439.960,53	SELIC	1,33%	1.439.960,53
IPCA	2,35%	2.327.550,35	IPCA	2,39%	2.327.550,35	IPCA	2,16%	2.327.550,35
S/ CORREÇÃO	0,22%	221.849,10	S/ CORREÇÃO	0,23%	221.849,10	S/ CORREÇÃO	0,21%	221.849,10
TOTAL	100,00%	99.174.517,38	TOTAL	100,00%	97.467.843,97	TOTAL	100,00%	107.996.648,22

jun/16

jun/16

jun/16

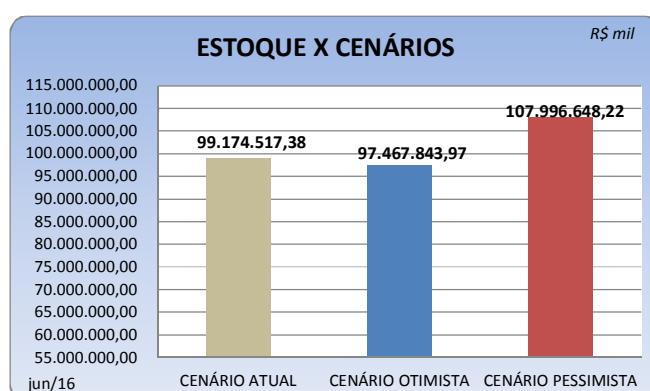
IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,5% a.a. e 14,7% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões e, em valores relativos, de 10,8%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,4% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 64,7% no cenário otimista para 68,1% no cenário pessimista.

Analizando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – IGP-DI variou 0,68%, em junho. A variação registrada em maio foi de 0,40%. Em junho de 2014, a variação foi de -0,63%. No acumulado de 2015, o IGP-DI variou 4,50%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 3,21%. No acumulado em 12 meses a taxa ficou em 2,10%. O IGP-DI de junho foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 30 do mês de referência.

Gráfico 25





O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,43%, em junho. No mês anterior, o índice apresentou variação de 0,19%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,82%, em junho, ante 0,72%, no mês anterior. Seis das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram aumento em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em junho, taxa de variação de 1,84%, após alta de 0,95% no mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 11,77 bilhões para 19,05 bilhões e de 14,1% para 20 %, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função de desembolsos ocorridos no período referente a operações de crédito já assinadas junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 56 e Tabela 57 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 56, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 187,2 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais de 2,4% do mesmo. Constatata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 57, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,2 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Tabela 56

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+141.948,85	+1.889
Iene Japonês	+10%	+5.071,05	+0,068
Libor	+1,0%	+187.262,46	+2,492

Tabela 57

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.210.717,84	+2,229
Iene Japonês	+10%	+12.964,89	+0,014



Foram liberados R\$ 969,77 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em maio e junho:

- R\$ 459,82 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 209,50 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 199,92 milhões destinados ao Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA PROCOL (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 93,80 milhões destinados ao Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 3,10 milhões destinados para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microrregiões Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,21 milhões destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 1,33 milhão destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 94,66 mil destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA).



Tabela 58

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30/06/2015

R\$ mil

	2015		2016/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.429.700	5.200.790	2.665.820
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	980.559	3.274.272	550.006
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	6.770	-
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	6.943	195.752	97.229
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	5.538	5.538
4. PMAE II - BNDES	-	1.580	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	2.212	25.781	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	59.356	198.714
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	-	550.778	-
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	1.591	2.909	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	9.044	125.199	248.525
10. PROCOI - CAIXA	199.924	400.012	-
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	-	346.604	-
12. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	760.845	1.553.993	-
Demais	449.141	1.926.518	2.115.814
13. PET II - BIRD	3.173	31.794	-
14. RIO RURAL I - BIRD	7.826	14.945	-
15. PROFAZ - BID	1.872	27.960	-
16. PRÓ-GESTÃO I -BIRD	11.434	23.541	-
17. PRODETUR - BID	551	123.094	123.756
18. PSAM - BID	-	431.404	849.908
19. PET II Adicional - BIRD	211.194	548.809	705.301
20. PROVIAS - CAF	93.795	278.584	151.828
21. ARCO METROPOLITANO	108.064	132.866	-
22. INCLUSÃO SOCIAL - BID	234	120.166	51.479
23. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	11.000	144.842	141.457
24. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	48.514	92.086
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.047.892
Total	1.429.700	5.200.790	3.713.712

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2015.

(1) Valores realizados em 2015, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2015



Tabela 59

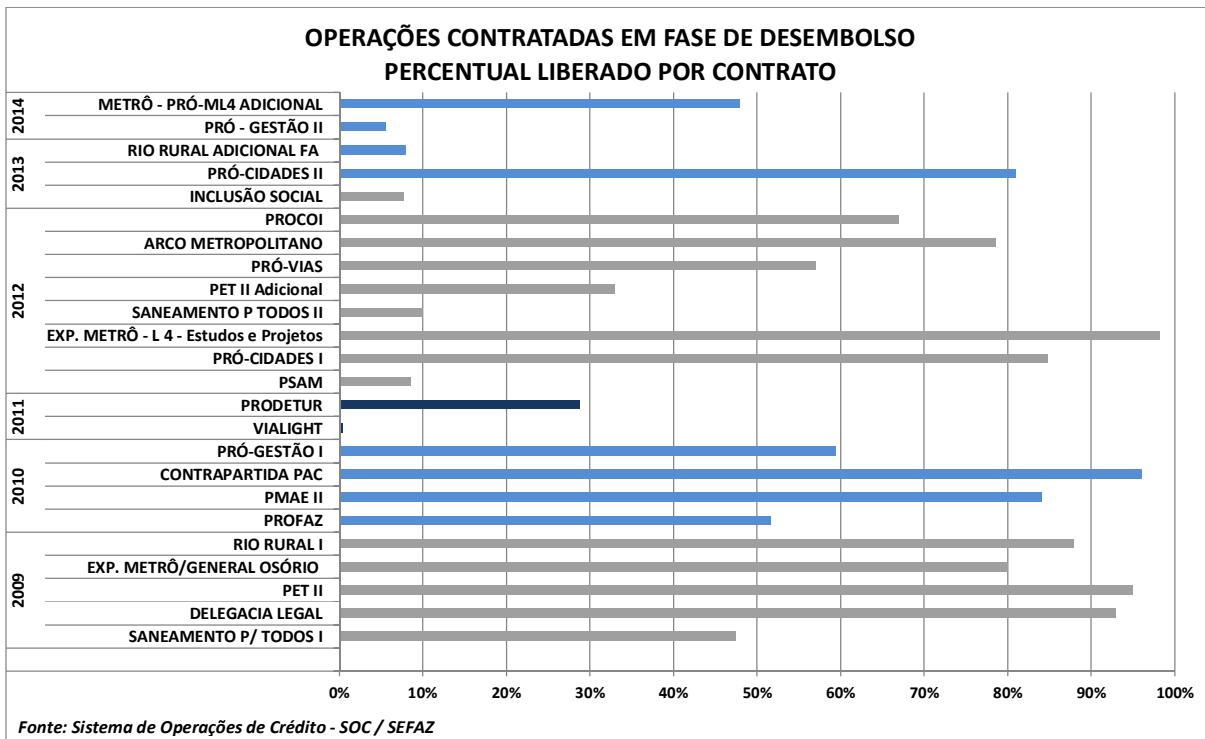
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 30.06.2015

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ÓRGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	265.018.807,84	47%	558.000.000,00	265.018.807,84
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	201.452.604,72	95%	662.007.070,00	384.982.758,76
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPC	DÓLAR	39.500.000,00	34.682.926,82	88%	123.520.450,00	70.730.094,39
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	10.207.218,28	52%	61.788.525,26	20.747.129,70
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532.6633	4.256.348.7751	84%	9.982.000,00	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052.9005	293.942.055,40	96%	606.046.612,59	580.265.132,74
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	11.085.653,62	59%	58.392.338,30	27.446.554,52
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	32.437.760,43	29%	350.235.200,00	70.190.994,69
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	1.413.386.658,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.165.796.744.5876	1.477.585.800.4400	85%	3.645.563.000,00	3.093.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,95	78.540.851,83	98%	157.954.512,77	155.045.924,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	41.647.726,28	10%	415.372.248,98	41.647.726,28
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	195.787.212,53	33%	1.876.260.000,00	518.849.545,28
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	180.948.826,66	57%	999.655.692,50	435.351.054,91
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	157.175.970,35	79%	625.420.000,00	368.520.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	799.859.773,08	67%	1.199.871.427,00	799.859.773,08
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.677.246,24	8%	187.626.000,00	11.099.166,05
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.002.782.130.4084	1.149.487.775.2700	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPC	DÓLAR	100.000.000,00	7.723.008,27	8%	312.710.000,00	20.000.000,00
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243,1400	6%	150.100.800,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	3.000.000.000,00	1.446.006.678.8700	48%	3.000.000.000,00	1.446.006.678,87

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 26



Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁶

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2015 com 488 Convênios de Despesa e 299 Convênios de Receita vigentes⁴⁷.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁴⁸. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴⁹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontram-se vigentes 274 convênios, beneficiando 68 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 202,67 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 214 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual até os meses de maio e junho de 2015 foi de aproximadamente R\$ 3,09 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2015, o total de 23 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,83 bilhão⁵⁰. Dessa importância, R\$ 1,01 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 821,55 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

⁴⁶ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁷ Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa – são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁸ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁹ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁵⁰ Valor original desconsiderando os aditivos.



Neste bimestre, 03 (três) linhas iniciais de atuação foram definidas pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, que disciplina e promove as referidas concessões no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro:

SANEAMENTO: Desenvolvimento de projeto(s) com objetivo de universalizar e tratar o esgotamento sanitário para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas, a fim de alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara.

MOBILIDADE URBANA: Desenvolvimento e implementação de projeto(s) de mobilidade urbana, dentro de modelos racionais e que melhor se apliquem, com o concurso da iniciativa privada, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km e a viabilização da Linha 3 do metrô entre estações de Arariboia e Guaxindiba (próximo da BR 101), beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas ou 350 mil passageiros/dia.

FRONTEIRA TECNOLÓGICA: Desenvolvimento de projeto de implantação de rede banda larga viável e atraente à iniciativa privada, onde esteja definida a melhor tecnologia e os investimentos necessários para mudar o padrão de serviços públicos prestados à população, a fim de otimizar a tecnologia disponível de acesso a redes e que acelerar a universalização da internet no provimento de serviços públicos e no cotidiano das cidades fluminenses.

Somando-se a esta determinação, foi editado neste bimestre o Decreto 45.294 de 24 de junho de 2015, que deve ser observado na apresentação de estudos técnicos com a finalidade de subsidiar a administração pública estadual na estruturação de empreendimentos objetos de concessão comum, permissão de serviços públicos e também de parceria público-privada.

Este comando legal foi editado com fundamento nas transformações experimentadas pela Administração Pública em decorrência da adoção de práticas orientadas pela busca de maior transparéncia e consensualidade na relação com os administrados.